



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

“TRANSPARÊNCIA”:
PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE UMA FÓRMULA DISCURSIVA DO
NEOLIBERALISMO

SÃO CARLOS
2020



Universidade Federal de São Carlos

Livia Beatriz Damaceno

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

“TRANSPARÊNCIA”:
PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE UMA FÓRMULA DISCURSIVA DO
NEOLIBERALISMO

LIVIA BEATRIZ DAMACENO
Bolsista: CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Luciana
Salazar Salgado.

São Carlos - São Paulo - Brasil
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Livia Beatriz Damaceno, realizada em 11/03/2020:

Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado
UFSCar

Prof. Dr. Sírio Possenti
UNICAMP

Prof. Dr. Helio de Oliveira
UNIFEOP

Damaceno, Livia Beatriz

"Transparência": produção e circulação de uma fórmula discursiva do neoliberalismo / Livia Beatriz Damaceno. -- 2020.

110 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Luciana Salazar Salgado

Banca examinadora: Sirio Possenti, Helio de Oliveira

Bibliografia

1. Análise do Discurso francesa. 2. Fórmula Discursiva. 3. Transparência.
I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

Para Daniel

AGRADECIMENTOS

Ao Daniel, meu companheiro de vida que foi indispensável para a realização desta pesquisa.

À Prof^ª. Dr^ª Luciana Salgado pela sua orientação precisa e cuidadosa.

Aos professores Dr. Sírio Possenti e Dr. Helio de Oliveira pela atenção e recomendações que sem dúvida tornaram esta dissertação muito melhor.

À minha família, Claudia, Ricardo e Juliana pelo amor e apoio todos esses anos.

Aos amigos Julio, Manoel e Evandro pelas conversas sobre a pesquisa, política, etc.

Aos colegas do grupo COMUNICA pelo companheirismo na jornada da pesquisa.

Aos Professores do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística, especialmente a Prof^ª. Dr^ª. Mônica Baltazar Diniz Signori, cuja orientação na graduação me possibilitou trilhar o caminho até a pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que propiciou essa pesquisa.

Sempre que retira uma máscara encontra, por trás dela, o inimigo. Em função do segredo que supõe por trás de tudo, em função do desmascaramento, tudo se transforma para ele [o paranóico] numa máscara. O paranóico não se deixa enganar: ele é aquele que vê através das coisas.

Elias Canetti

RESUMO

Esta pesquisa se desenvolve no âmbito da análise do discurso de matriz francesa (conforme lineamentos atuais da disciplina, discutidos, entre outros, em MAINGUENEAU, 2015) acerca do termo “transparência”, que hipotetizamos ser uma *fórmula discursiva* por atender, em sua circulação atual, às propriedades propostas pela teoria de Krieg-Planque (2010), que são: ser uma estrutura formal cristalizada, funcionar numa dimensão discursiva, ter um caráter polêmico e estabelecer-se como um referente social. O tema investigado na pesquisa é importante para a compreensão de parte da conjuntura política atual, da forma como ela se materializa em diferentes grupos sociais, considerando que, nos dados observados preliminarmente, “transparência” se coloca, muitas vezes, como condição para o funcionamento das instituições. O levantamento das ocorrências do termo e suas variantes (como, por exemplo, “transparente”) se dá por meio da noção de percurso (MAINGUENEAU, 2015). A coleta das ocorrências é feita a partir dos aplicativos Google (Google Search, Google Tendências, Google Alertas), do buscador DuckDuckGo, em três protocolos de internet (IPs) distintos e desvinculados das contas Google, a fim de diversificar os resultados, evitando o viés de dispositivos pessoais. A análise dos sentidos mobilizados pelos atores sociais para compreender a dimensão discursiva e a dimensão polêmica da fórmula, e assim se voltar para a circulação dessa expressão, com o intuito de entender um pouco das práticas que cristalizam e, ao mesmo tempo, são instituídas por ela. Além disso, explora-se o funcionamento discursivo das relações de poder que permeiam essas práticas. Isto é, as disputas pelo sentido entre as instituições e os sujeitos, que ocorrem em um dado espaço público e em um dado momento, a forma como se produzem as subjetividades adaptadas à produção e aceitação da política e economia neoliberais. A pesquisa conclui que essa fórmula funciona como uma suposta cura para a corrupção, portanto é portadora de valor positivo, desejável e inquestionável, ao mesmo tempo em que é um vetor de demonização do que não é transparente.

Palavras-chave: Análise do Discurso francesa; Fórmula discursiva; Transparência.

ABSTRACT

This research is carried out within the scope of the French discourse analysis (according to the discipline's current guidelines, discussed, among others, in MAINGUENEAU, 2015) about the term “transparency”, which we hypothesized to be a discursive formula for meeting, in its current circulation, to the properties proposed by the theory of Krieg-Planque (2010), which are: to be a crystallized formal structure, to function in a discursive dimension, to have a controversial character and to establish itself as a social referent. The theme investigated in the research is important for understanding part of the current political situation, as it materializes in different social groups, considering that, in the data observed preliminarily, “transparency” is often placed as a condition for the functioning institutions. The survey of the occurrences of the term and its variants (such as, for example, “transparent”) occurs through the notion of route (MAINGUENEAU, 2015). The collection of occurrences is made from the Google applications (Google Search, Google Trends, Google Alerts), from the DuckDuckGo search engine, in three different internet protocols (IPs) and disconnected from Google accounts, in order to diversify the results, avoiding the personal device bias. The analysis of the senses mobilized by the social actors to understand the discursive dimension and the controversial dimension of the formula, and thus turn to the circulation of that expression, in order to understand a little of the practices that crystallize and, at the same time, are instituted by she. In addition, the discursive functioning of power relations that permeate these practices is explored. That is, the disputes for meaning between institutions and subjects, which occur in a given public space and at a given time, the way in which subjectivities adapted to the production and acceptance of neoliberal politics and economics are produced. The research concludes that this formula works as a supposed cure for corruption, therefore it has a positive, desirable and unquestionable value, at the same time that it is a vector of demonization of what is not transparent.

Keywords: Discourse Analysis; Discursive formula; Transparency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Captura de tela de um alerta do Google Alerta, acesso em 12/04/2018.	24
Figura 2 – Captura de tela da página inicial do Google Search, a partir da pesquisa pelo termo "transparência" em 31/01/2019.....	28
Figura 3 - Captura de tela da página de busca do Google Tendências, com o resultado para o termo "transparência" de 2004 a 2018, acesso em 22/10/2018.....	29
Figura 4 – Captura de tela - Assuntos e consultas relacionados ao termo "transparência" no Google Tendências, acesso em 22/10/2018, no Brasil.....	30
Figura 5 – Captura de tela - Interesse pelo termo "transparência" por sub-regiões do território brasileiro no Google Tendências, acesso em 22/10/2018.....	30
Figura 6 – Captura de tela - Relatório de notificações no Google Alertas, acesso em 02/02/2018.....	31
Figura 7 – Captura de tela da página inicial do DuckDuckGoSearch, a partir da pesquisa pelo termo "transparência", acesso em 31/07/2018.....	32
Figura 8 - Captura de tela da organização do córpus, em 24/07/2019.....	36
Figura 9 - Captura de tela da organização do córpus, em 24/07/2019.....	37
Figura 10 - Captura de tela da página inicial do site do Movimento Transparência Partidária, acesso em 29/04/2018.	52
Figura 11 - Captura de tela da notícia da seção Extra do jornal O Globo, publicado em 24/11/2016.....	54
Figura 12 - Captura de tela da notícia da seção Extra do jornal O Globo, publicado em 24/11/2016.....	55
Figura 13 – Captura de tela da notícia publicada no El País, acesso em 16/01/2020....	57
Figura 14 - Captura de tela da página da Wikipédia do termo "Transparência" (24/06/2019).	67
Figura 15 - Captura de tela da aba 'Sustentabilidade' do site da Empresa Shell, disponível em https://www.shell.com.br/sustentabilidade/transparencia-e-anti-corrupcao.html , acesso em 17/01/2020.....	79
Figura 16 - Cabeçalho do prêmio do Instituto Innovare publicado no site https://www.premioinnovare.com.br/ . Acesso em 13/03/2019.	80
Figura 17 - Captura de tela do anúncio publicado no site OLX, em 04/05/2018.....	82
Figura 18 - Captura de tela do anúncio publicado no site OLX, em 23/04/2018.....	83

Figura 19	–	Charge.	Disponível	em:	
https://www.humorpolitico.com.br/oliveira/transparente-demais/ , acesso em 17/11/2019.					98
Figura 20	–	Charge.	Disponível	em:	
https://linhaslivres.wordpress.com/2015/04/11/charge-do-eder-cade-a-transparencia/ , acesso em 17/11/2019.					98
Figura 21	–	Charge.	Disponível	em:	
https://paulgettynascimento.blogspot.com/2014/05/portal-da-transparencia.html , acesso em 17/11/2011.					99
Figura 22	- Ícone da seção "Transparência" da CGU de Pernambuco. Disponível em:				
http://www.cge.pe.gov.br/?portfolio=transparencia . Acesso em 21/03/2020.					100
Figura 23	- Painel de informações sobre a LAI. Disponível em:				
https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br . Acesso em: 21/03/2020.					101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Córpus de Análise.....	41
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
A PESQUISA COM FÓRMULAS DISCURSIVAS: POSTULADOS TEÓRICOS E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	19
1.1. A noção de percurso na pesquisa com fórmulas discursivas	19
1.2. A noção de fórmula discursiva: uma proposta teórico-metodológica	22
1.3. Algumas considerações sobre a coleta de dados	25
1.4. Ferramentas de coleta	27
1.5. Apresentação do corpúsculo: delimitação e organização	33
CAPÍTULO 2	
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE “TRANSPARÊNCIA”	42
2.1 “Transparência” e a internet: um caso de determinismo tecnológico	42
2.2 Neoliberalismo e “transparência”	47
2.3 Estado de Exceção e <i>transparência</i>	49
2.4 O neoliberalismo no Brasil e a Lei de Acesso à Informação	59
CAPÍTULO 3	
A CIRCULAÇÃO DO TERMO “TRANSPARÊNCIA” COMO FÓRMULA DISCURSIVA	63
3.1 Cristalização	61
3.2 Dimensão discursiva.....	71
3.3 Referente social.....	75
3.4 Polêmica.....	85
CAPÍTULO 4	
CONTEXTOS DISCURSIVOS DA FÓRMULA “TRANSPARÊNCIA”	94
Nomes próprios.....	94
Textos-chave.....	96
Citações de autoridade.....	97
Charges.....	98
Estrato gráfico e icônico.....	100
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação a partir das eleições para o DCE na UFSCar em 2016. Consideradas um reflexo da conjuntura conturbada do período, essas eleições foram marcadas por várias polêmicas e muita polarização. O que chamou a nossa atenção foi um item em um panfleto intitulado “10 motivos para votar na Chapa 1- Nova UFSCar”. Trata-se do item “9 – uma chapa que preza pela transparência”. Esse uso do termo surpreendeu pelo fato de que, até então, só havíamos visto “transparência” em contextos como disputas partidárias, políticas públicas de divulgação de informação, em discussões mais amplas sobre funcionamento do Estado, etc. Não nos ocorreu que “transparência” poderia circular em uma eleição para um Diretório Central dos Estudantes como pauta fundamental de uma chapa, como uma qualidade que um grupo reivindicava para si.

Por estar frequentando, no 2º semestre de 2016, a disciplina, “Comunicação e Espaço Público: fórmulas discursivas”, em que era apresentada a metodologia dos estudos das fórmulas discursivas conforme proposta por Alice Krieg-Planque (2010), pude compreender de certos aspectos da circulação dos discursos em uma sociedade: por exemplo, como uma palavra “explode” de uma maneira relativamente rápida no espaço público e seu uso se torna obrigatório para os atores sociais. A partir desse quadro teórico-metodológico, decidimos acompanhar, durante 2017, em um movimento de pré-coleta, ocorrências do termo “transparência” utilizando motores de busca como *Google Search* e *DuckDuckGo*, com o intuito de desenvolver um projeto de pesquisa.

O momento seguinte foi o de ampliação das perguntas que nortearam a construção desse projeto de pesquisa: como esse termo toma lugar no espaço público? Quais práticas discursivas ajudam a construir a sua circulação? Como o termo emergiu nas configurações que se delimitavam a partir das relações de poder que entravam em vigor? Em quais enunciados ele se materializa?

A partir das inquietações expostas acima, levantamos alguns dados que nos indicariam os contextos históricos da emergência de *transparência* no espaço público brasileiro. A criação da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação de 2011¹ é uma evidência de certa demanda por uma prática denominada “transparência”, no que

¹ A Lei de Acesso à Informação prevê a regulamentação do direito constitucional de acesso às informações públicas, possibilitando que qualquer pessoa requeira informações públicas de órgãos e entidades públicas.

diz respeito às políticas públicas. Tendo em mente que a criação de uma lei pode revelar a consagração pública de uma fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE, 2012), já que ajuda o termo a proliferar e reforçar as práticas que suscita, decidimos tomar tal acontecimento como uma referência para a construção do *córpus*, inclusive sua delimitação temporal.

Assim, partindo do corte temporal que vai de 2011 (ano da criação da Lei de Acesso à Informação) até 2018, esta pesquisa relata usos do termo “transparência” e as discursivizações dos eventos que integram parte da história de um período político recente do Brasil. Nosso recorte contempla acontecimentos como, por exemplo, as Manifestações de Junho de 2013², cujo espectro assombrou as eleições de 2014 por indicar a possibilidade de uma reforma total e radical do sistema político brasileiro. Em 2014, a reeleição de Dilma Rousseff foi contestada pela oposição; tal contestação ajudou a instaurar um ambiente político hostil e polarizado, em que “transparência” aparecia, de acordo com alguns grupos sociais, como um remédio para os males brasileiros, mas se tornaria um veneno para o já fragilizado espaço público, como veremos adiante. Em 2016, a conclusão do golpe parlamentar³ depôs a presidenta eleita e consagrou um uso específico do termo “transparência”, que inclusive deu nome a um Ministério do governo que então se constituía⁴. Depois do “governo de transição” de Michel Temer, as eleições presidenciais de 2018 consolidaram uma fratura social. A adoção das novas tecnologias de comunicação digital, naquele período, ajudou a agravar a complexidade da situação política: pacotes de disparos de mensagens via *WhatsApp*, baseadas em *fake-news*, ajudaram a disseminar um “programa de verdade” criado pela candidatura da extrema-direita, influenciando os resultados da disputa (SALGADO; OLIVA, 2019). A maioria das mensagens, veiculadas via aplicativos, tinha por mote uma suposta corrupção praticada pelos governos anteriores, as práticas discursivas reforçavam uma semântica da “transparência”, que se opunha a “corrupção”.

² As Manifestações de Junho de 2013 integram um ciclo de revoltas que se instauravam ao redor do mundo há alguns anos, tais como: Occupy Wall Street (2011); os Indignados na Espanha (2011); o Movimento dos Cidadãos Indignados na Grécia (2010-2012); as revoltas da Primavera Árabe (2010-2012) etc. Tal ciclo confrontava diretamente as agendas neoliberais e as políticas de austeridade que aos poucos se instalavam nos países emergentes, segundo uma lógica de operação anti-hierárquica e não polarizada (para além de noções tradicionais de “direita” e “esquerda”). Ver Hardt e Negri (2014).

³ Para ver sobre o golpe parlamentar ver: GERALDES et. al (orgs.). **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília: FAC Livros, 2016. Disponível em: https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_midiamisoginiagolpe.pdf

⁴ A então chamada Controladoria Geral da União passa a se chamar Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 30 de setembro de 2016 segundo Lei nº 13.341. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/historico/historico>. Acesso em 24/12/2019.

Levando em conta o problema apresentado acima, buscamos, com esta pesquisa, investigar uma rede discursiva a partir do fio condutor “transparência”, levando em consideração as instituições e atores sociais que ajudam a tecer essa rede.

Exposto o problema que motivou a pesquisa, vamos a uma breve apresentação das proposições teórico-metodológicas que guiaram nossas investigações.

As noções propostas por Krieg-Planque (2010) guiaram nossos modos propósitos de coleta e análise do *cópus*; a partir delas, testamos nossa hipótese de que “transparência” circula como uma fórmula discursiva. Para a autora, uma fórmula discursiva é:

um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público (KRIEG-PLANQUE *in* MOTTA; SALGADO, 2011, p.12).

Uma fórmula discursiva é, então, um objeto linguístico e discursivo que pode ser descrito a partir de sua circulação no espaço público, no interior de uma conjuntura e segundo as relações de poder que constroem tal conjuntura e são construídas por ela. Para que possamos observar os múltiplos empregos de “transparência” no espaço público, é necessário observar o funcionamento de suas propriedades. Afinal, para ser uma fórmula discursiva, uma unidade lexical (simples ou complexa) deve manifestar quatro propriedades: i) ter um caráter cristalizado, isto é, ter uma superfície linguística relativamente estável; ii) se inscrever em uma dimensão discursiva, pois o termo aparece em um dado momento e em um dado lugar, atesta a convergência de questões sociais e é constituído por elas; iii) funcionar como um referente social, já que uma fórmula é um signo conhecido por todos, e os atores sociais se veem obrigados a se posicionar sobre o termo ou o que ele provoca; iv) ter um caráter polêmico, ou seja, o termo é efeito de disputas a partir dos múltiplos posicionamentos em que ele se manifesta. A noção de *percurso*, proposta por Maingueneau (2008), deu conta de investigar as relações de sentidos inesperados que a fórmula discursiva faz circular.

Após apresentar brevemente o quadro teórico-metodológico utilizado, tratamos da circulação do termo “transparência” considerando as propriedades acima. Tal quadro nos permitiu investigar os enunciados em que o termo circula e que partem de posicionamentos distintos que não necessariamente se anulam, mas se alimentam mutuamente, constituindo, através da circulação e da conseqüente atribuição de sentidos

a uma estrutura formal, sua emergência no espaço público. Em outras palavras, a coleta de dados nos levou a perceber certos campos em que o termo aparece de maneira mais frequente, em que pudemos depreender as condições de emergência e de recepção dos discursos que seus múltiplos usos mobilizam.

Para reconstituir o percurso feito em nossa pesquisa, optamos por organizar esta dissertação em quatro capítulos, que apresentamos a seguir.

No Capítulo 1, “A pesquisa sobre fórmulas discursivas: postulados teóricos e considerações metodológicas” discutimos as questões metodológicas que serviram de base para a realização deste trabalho, como os processos que utilizamos para coletar os dados, partindo da noção de *percurso* proposta por Maingueneau (2008), em nossa busca por mapear a circulação do termo nos diversos dados que compõem nosso *cópus*. Esse capítulo também discute as ferramentas utilizadas para a coleta de dados e a forma de tratamento do *cópus* em uma pesquisa sobre fórmulas discursivas.

No Capítulo 2, “Condições de produção dos discursos sobre a ‘transparência’”, descrevemos as condições de produção em que o termo se materializa, quais as condições de emergência e de recepção, quais as forças em embate que propiciam o funcionamento do termo como uma fórmula discursiva.

No Capítulo 3, “A circulação do termo ‘transparência’ como fórmula discursiva”, indicamos a maneira como as quatro propriedades que caracterizam a fórmula discursiva se manifestam na circulação do termo “transparência”, assim como a produção dos sentidos que a fórmula constrói e pela qual é construída.

No Capítulo 4, “Contextos discursivos da fórmula ‘transparência’”, apresentamos dados que indicam a circulação do termo “transparência” como uma fórmula discursiva, como, por exemplo, textos-chave, citações de autoridades, nomes de instituições, de eventos, de prêmios, através dos quais verificamos sua consagração.

Diante das questões acima e dos dados analisados, pudemos compreender o funcionamento do termo “transparência” como uma fórmula discursiva, cujo processo de aceitabilidade se dá a partir de uma conjuntura histórica específica, de acirramento de políticas econômicas neoliberais. Vemos nas páginas a seguir os múltiplos usos do termo “transparência” que convergem com a intrincada configuração política que se instaura no espaço público, a partir de delineamentos precisos daquilo que o termo designa no interior das relações de poder manifestas pela ordem dos discursos.

CAPÍTULO 1

A PESQUISA COM FÓRMULAS DISCURSIVAS: POSTULADOS TEÓRICOS E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1.1. A noção de percurso na pesquisa com fórmulas discursivas

A circulação das fórmulas corresponde à unidade que Maingueneau denomina “percurso”, uma vez que toda fórmula se insere em segmentos sociais diversos, em múltiplos posicionamentos diante dos quais os enunciadores são obrigados a se posicionar em relação ao conjunto das forças sociais. Uma fórmula discursiva materializa a efervescência das questões sociopolíticas em debate no interior do espaço público.

Outros trabalhos já mostraram a importância da noção de percurso, proposta por Maingueneau (2008), em pesquisas sobre fórmulas discursivas (por exemplo, SILVA, 2014; OLIVEIRA, 2013; QUARTAROLLA, 2017; BELO, 2017), tal noção pode ser de grande auxílio para a metodologia adotada na pesquisa que embasa esta dissertação. Para isso, se faz necessária uma breve exposição das noções de *unidades tópicas* e *unidades não-tópicas* na Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2008). As unidades tópicas correspondem àqueles espaços que são constituídos a partir de um delineamento prévio pelas práticas verbais, por exemplo, o discurso socialista; ao passo que as unidades não-tópicas são constituídas pelo próprio pesquisador, em outras palavras, elas são independentes dos espaços dados de antemão que delineiam ou constituem as unidades tópicas. Tanto os percursos quanto as formações discursivas são unidades não-tópicas.

Maingueneau (2008) levanta o problema das diferentes concepções acerca da noção de *formação discursiva* no interior das diferentes vertentes da Análise do Discurso. Segundo o autor, sendo essa uma noção fundamental para a área, é preciso distinguir essas unidades, para mais clareza em suas investigações. O conceito de formação discursiva, desenvolvido tanto na obra de Michel Foucault (2008), quanto na obra de Michel Pêcheux (1975), diz respeito à entidade reguladora dos enunciados, é a formação discursiva que corresponde à autorização para um enunciado se realizar ou não. A noção tem “uma dupla paternidade” (MAINGUENEAU, 2008, p. 12), assim

como uma dupla filiação teórica, e é a partir dessa articulação que Maingueneau propõe uma distinção que engloba os dois diferentes tipos de unidade descritos acima: as unidades tópicas e as unidades não-tópicas.

Sendo assim, uma formação discursiva pode, portanto, integrar textos de diversos gêneros e diversos tipos de discurso, já que “todo tipo é uma rede de gêneros, todo gênero se reporta a um tipo” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66). Assim como ocorre com os percursos. Neste caso, trata-se de desfazer as estruturas de unidades pré-instituídas, delineando articulações não previstas, isto é, a atualização de relações inesperadas que constituem o interdiscurso: “não se trata de procurar o ‘verdadeiro’ sentido de certa expressão, mas, antes de tudo, de explorar uma disseminação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 95).

Atualmente, os recursos fornecidos pela informática e pela web⁵ facilitam consideravelmente as investigações relacionadas a unidades de percurso. Em nosso caso, ao levantarmos a hipótese de que se trata de uma fórmula, investigamos as ocorrências do termo “transparência” por meio de diversas ferramentas online, considerando que o termo circula em variados tipos de discursos, gêneros discursivos e é disputado por diferentes formações discursivas em constante “peleja”.

A fim de ilustrar os tipos de dados que consideramos válidos, seguem excertos do *cópus*. O excerto 1 foi retirado do romance *O Círculo*, de Dave Eggers (grifos nossos):

Excerto 1. “Como sabem”, disse, “a **transparência** é uma coisa que defendemos aqui no Círculo. Vemos um sujeito como Stewart como uma inspiração — um homem que está disposto a abrir sua vida a fim de ampliar nosso conhecimento coletivo. Ele tem **filmado e gravado todos os movimentos de sua vida** já faz cinco anos e isso tem representado uma vantagem inestimável para o Círculo e, em breve, aposto, para toda a humanidade. Stewart? Stenton olhou para a plateia e localizou Stewart, o **Homem Transparência**, de pé, com o que parecia uma pequena **lente de telefoto** pendurada no pescoço. Era careca, de uns sessenta anos, ligeiramente curvado, como se fosse por causa do peso do dispositivo que repousava em seu peito. Recebeu uma salva de palmas antes de se sentar.

“Enquanto isso”, disse Stenton, “existe outra área da vida pública da qual queremos e esperamos **transparência**, e isso é **democracia**. Temos sorte de ter nascido e crescido numa **democracia**, mas uma **democracia** que sempre passa por aprimoramentos.

⁵ Web ou World Wide Web (WWW) é o sistema hipertextual de documentos em hipermídia (conjunto de várias mídias) que funciona por meio da *internet*. Isto é, são os conjuntos de páginas que podem ser acessados pelos endereços de rede (URLs) através de navegadores como: Google Chrome, Mozilla Firefox, Opera, entre outros. Não confundir com “internet”, termo que designa um sistema global de redes de computadores interconectados por um conjunto próprio de protocolos.

Quando eu era criança, para combater acordos políticos feitos por baixo dos panos, por exemplo, os cidadãos exigiram as Leis de Liberdade de Informação. São leis que dão aos cidadãos acesso a reuniões, transcrições. Eles podem assistir a audiências públicas e solicitar documentos. E no entanto, tanto tempo passado desde a fundação desta **democracia**, todos os dias nossos líderes eleitos ainda se veem embrulhados em algum escândalo, em geral relacionados ao fato de terem feito algo que não deviam fazer. **Algo secreto, ilegal, contra a vontade e contra o melhor interesse da república.** Não admira que a confiança pública no Congresso esteja em onze por cento.” (EGGERS, 2014, p. 180).

Podemos ler acima um exemplo do termo “transparência” cujo sentido deriva do interior de um dispositivo de vigilância (cuja figura da “lente de telefoto” serve de um exemplo concreto). Vigilância essa na qual o conceito parece, segundo os enunciadores cujas vozes aparecem no excerto, adquirir uma relação de similaridade com o conceito de “democracia”, como se essas fossem sinônimas ou, até mesmo, uma pré-condição que envolve pressuposição recíproca: “democracia” só existe se existir “transparência” e “transparência” só existe se existir “democracia”. Tal exemplo é importante no percurso em questão quando indica que o uso do termo “transparência” transcende o campo político (que aparecerá como um campo principal nas análises que se seguem) para outros campos em que também servem de termômetro da situação sociopolítica, como, no caso, a literatura.

No exemplo a seguir, vemos o termo “transparência” migrar ainda para outro campo, o da moda (grifos nossos):

Excerto 2. Acaba de ser lançado, em São Paulo, o relatório “**Índice de Transparência da Moda Brasil**”, co-realizado pelas equipes brasileira e global do movimento Fashion Revolution, para analisar em que medida vinte grandes marcas e varejistas de moda estão **comunicando ao público** sobre suas cadeias produtivas – e incentivar uma maior **prestação de contas** em relação aos impactos socioambientais do setor (Fashion Revolution, publicado em 28/04/2018).

No excerto 2, fala-se de um relatório sobre a regulamentação jurídica, ambiental e trabalhista da produção têxtil no Brasil. O termo “transparência” retoma o intertexto jurídico, quando se apresenta como uma “prestação de contas”, quando está “comunicando ao público” algo que se configura como um cumprimento das regulamentações exigidas para esse tipo de produção. Nesse exemplo, além de aparecer em outro campo, também aparece em um outro gênero que não tinha aparecido até agora, o relatório, gênero típico de materialização de prestações de contas.

Em nossas investigações do funcionamento do termo “transparência” como uma fórmula discursiva, a noção de percurso ajuda a apreender toda a heterogeneidade de textos, de gêneros e campos presentes no extenso corpus. Toda essa diversidade indica uma dispersão, em que um determinado grupo de atores sociais põe em circulação os sentidos que o termo veicula.

1.2. A noção de fórmula discursiva: uma proposta teórico-metodológica

A noção de fórmula discursiva de Alice Krieg-Planque, que tomamos aqui como fundamento da pesquisa, foi desenvolvida com base em uma série de pesquisas anteriores. Entre elas, a autora põe em relevo a obra de Jean-Pierre Faye intitulada *Langages totalitaires* de 1972, em que o filósofo discorre sobre o percurso da “fórmula” “Estado total”, pois essa pesquisa investiga as condições de produção e circulação das narrativas em que tal fórmula aparece. Uma outra pesquisa é destacada pela autora como precursora: é a de Marianne Ebel e Pierre Fiala sobre as fórmulas “*Überfremdung*” e “*xenofobia*” que circularam na Suíça ao longo da década de 1970. A obra de Faye fornece um protótipo para as noções de gênese, circulação e cristalização; a pesquisa de Ebel e Fiala funciona como ponto de partida para as discussões da fórmula como referente social e como objeto polêmico, como se detalhará mais adiante, no capítulo 3.

Segundo Krieg-Planque, a fórmula é “um conjunto de formulações que, pelo seu emprego em um momento e em um espaço público dados, cristalizam interesses políticos e sociais que estas formulações contribuem ao mesmo tempo para construir” (2010, p. 9). Com base nisso, buscamos, nesta pesquisa, compreender, com base em um recorte histórico delimitado, até onde e de que forma o termo “transparência” pode ser considerado uma fórmula. Nossa verificação se concentra na circulação do termo nos discursos do espaço público brasileiro, como algo amplamente partilhado segundo as determinações dos regimes discursivos que o regulam.

Essa abordagem se encontra na interface dos estudos da Comunicação, que historicizam retomadas temáticas, com a Análise do Discurso, que fornece um quadro teórico que permite analisar a materialidade linguística e as institucionalidades constitutivas dos discursos que circulam. No âmbito dessa interface, Krieg-Planque propõe uma definição de comunicação que é muito proveitosa para o estudo das fórmulas discursivas, considerando-a como um “conjunto de saberes e habilidades

relativos à antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p.26).

Tal definição possibilita considerar as formas de circulação da fórmula no espaço público como manobras de irrigação discursiva, nos termos de Krieg-Planque, produzidas pelos atores que enunciam a fórmula tendo no horizonte variados interlocutores. E é precisamente essa interlocução ampla e variada que institui o que estamos chamando de espaço público. Segundo Krieg-Planque, um lugar de projeção midiática

por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.114).

É no espaço público que os dispositivos institucionais e tecnológicos das sociedades apresentam “a um público os múltiplos aspectos da vida social” (FERRY apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 14-15). A publicização é, assim, o que constitui esse espaço público, possibilitando a existência política, jurídica, técnica e sociológica de uma sociedade.

Feitas essas considerações iniciais sobre como tratamos o termo “transparência”, cabe dizer que, quanto à constituição do *cópus*, levamos em conta o que Krieg-Planque ressalta sobre a noção de *interpretante razoável*, que habilita o pesquisador a assumir as decisões relativas aos recortes e concepções, trata-se de uma estratégia de leitura do *cópus*. Segundo as palavras da autora:

o interpretante razoável é aquele que não é nem inteiramente invadido pelo já-dito de toda palavra, aturdido pelo dialogismo no qual cada palavra se produz, sufocado pela memória interdiscursiva de que o mais singelo dos discursos é depositário (...), nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional, que ele reconhece como parâmetros de representação de uma língua “correta”. (KRIEG-PLANQUE, *apud* MOTTA; SALGADO, 2011, p.30)

Assim, como foi dito na introdução, tomamos como referência a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), entendendo que ela funciona como um paradigma de uma cultura emergente que assume soluções políticas a partir do uso de tecnologias digitais, e em que “transparência” é um dos termos que sintetiza, de maneira metonímica, as condições de produção que propiciam tal emergência. No Projeto de

Cooperação Técnica entre a Controladoria Geral da União e a UNESCO (Brasília, 2010) intitulado “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã”. Constam os seguintes pontos na proposta de uma Lei de Acesso à Informação:

a) O entendimento do acesso à informação como um direito humano dos cidadãos e cidadãs brasileiros; b) a determinação que a Administração Pública apresente uma conduta pró-ativa em matéria de transparência de suas informações; c) a necessidade de se criar uma cultura do acesso à informação. Cultura essa que deve envolver, ativamente, a população e os servidores públicos; d) documentos e informações reveladoras de condutas que resultaram em violação de direitos humanos não são passíveis de sigilo; e) criação de estruturas, em cada Ministério, para a implementação da Política de Acesso; f) nova política de classificação e reclassificação de documentos sigilosos, com regras mais transparentes e prazos reduzidos (BRASÍLIA, 2010, p. 25).

Circunscrevemos o nosso objeto a partir desses pontos, buscando ocorrências em que “transparência” designa a prática de disseminar informações para o público. Por isso, em nossa coleta, selecionamos ocorrências que condiziam com nosso problema e descartamos, a partir de limpeza do *córpus*, ocorrências em que a palavra não condizia com o estatuto de uma fórmula, como no caso:

Camisa Azul Com **Transparência** Ysc Azul M

My Way Brechó

Descrição: Camisa azul com **transparência**, sem manga da marca YSC Tamanho: 40 Marca: Ysc

Medidas: Comprimento: 63 cm.



Sinalizar como irrelevante

Figura 1 - Captura de tela de um alerta do Google Alerta, acesso em 12/04/2018.

Nota-se que “transparência” aparece na Figura 1, referindo-se a um fenômeno físico, em que a passagem de luz nos permite ver através de um objeto, que não é o que procuramos, o que procuramos é uma metáfora sociopolítica desse mesmo fenômeno óptico.

1.3. Algumas considerações sobre a coleta de dados

Estamos passando pela emergência de um paradigma que valoriza certo entendimento da cultura de dados, “abertos” aparentemente apenas àqueles que integram os “vetores” do controle dos fluxos informacionais que, ao privilegiarem os compartilhamentos de dados, operam uma manutenção das características do livre mercado e pressupõem que tudo pode ser informatizado. Portanto, esses fluxos informacionais podem ser controlados dentro dos limites formadores de um mecanismo de captura por parte das relações de poder hegemônicas (SALGADO; OLIVA, 2019). O funcionamento sistêmico atual do mercado provoca a expansão do processo de globalização e o consolida, expandindo também o capital, que se vale do acesso à informação por meio do qual o capitalismo inclui para explorar. Por exemplo, a gratuidade dos principais aplicativos de celular é uma estratégia de expansão de seu uso, o que provoca uma abertura para a captura de dados dos usuários, isto é, a privacidade do usuário é trocada pelo acesso ao aplicativo.

Essa forma de globalização só é possível graças aos “progressos” propiciados pelo *meio técnico-científico informacional*, que funciona como um meio organizador da sociedade, resultante da articulação entre as técnicas que se fazem presentes em um dado espaço e as crenças que regulam tanto as práticas sociais quanto as relações pessoais, atravessadas pelos paradigmas científico, tecnológico e informacional (SANTOS, 1994). Cria-se a ilusão de plena conexão e informação em uma difusão ampla e neutra, de acesso “democrático”, reforçada pela ideia de uma “aldeia global”. Para Santos (2012, p. 28):

A ideologia de um mundo só e da aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade. Mas ainda estamos longe desse ideal, todavia alcançável. A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez potencial e a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a noção da fluidez, quem, todavia, é fluido realmente? Que empresas são realmente fluidas? Que pessoas?

Longe de funcionar como um “mundo sem fronteiras”, o processo de globalização é um fator de instauração de uma totalidade que é uma grande massa territorial totalitária, na medida em que unifica para rastrear, mas não distribui efetivamente o que resulta desse rastreamento. Mais além: cria realidades informacionais cruzando os dados que coleta e não os distribui amplamente como informação, senão na medida em que interessa ao funcionamento do sistema global.

Dessa forma, as ferramentas do Google, assim como outros buscadores usados em nossas investigações, como o DuckDuckGo, são parte de um conjunto de conhecimentos instaurados pelas relações de poder vigentes segundo suas potencialidades econômicas e utilidades políticas, e operaram, assim, a manutenção da hegemonia da globalidade totalitária, conforme descrito por Milton Santos na passagem supracitada. Nessa conjuntura, segundo Silveira (2019, p. 50):

O fenômeno das plataformas online e dos mecanismos de busca na internet não podem ser desconsiderados quando pretendemos discutir a democracia, a formação das preferências políticas e das opiniões da população. O modelo de negócios das corporações, proprietárias das plataformas, está baseado na coleta de dados de cada um de seus usuários. O objetivo é alimentar bancos que serão tratados por algoritmos de aprendizagem de máquina ou por diversas soluções que compõem o chamado *big data*. As estruturas de dados e seu tratamento algorítmico estão a serviço de quem tiver recursos financeiros suficientes para obter diferentes amostras de segmentos e de perfis de usuários com os padrões especificados pelos compradores. Essa nova fase da internet reforça o poder do capital, ou seja, o poder econômico daqueles que podem pagar para coletar, organizar e analisar gigantescas estruturas de dados que serão processados em *data centers* com milhares de servidores.

Não se trata, aqui, de expor uma falha concernente à coleta de dados em meios digitais, mas de esclarecer as condições de ordem política que permeiam esse importante exercício. A partir do momento em que estamos cientes das condições de limitação impostas pelo funcionamento da rede de dispositivos algorítmicos, tomamos nossa posição concessiva de, apesar das condições descritas, usar o próprio elemento coercitivo como um dado a mais para guiar nossas investigações.

Para lidar com o direcionamento tendencioso dos resultados, utilizamos três máquinas de usuários diferentes, dois navegadores distintos (Mozilla e Google Chrome) com contas desvinculadas, e três IPs⁶ diferentes.

1.4. Ferramentas de coleta

As principais ferramentas escolhidas para nossas investigações foram os buscadores Google Search, Google Tendências, Alertas do Google e DuckDuckGoSearch.

O Google Search é um motor de busca que rastreia palavras-chave em uma vasta base de dados, a partir de documentos alojados na web. O rastreamento funciona por meio de uma indexação que analisa o conteúdo das páginas e cataloga os arquivos que são armazenados em um banco de dados⁷ alocado em uma vasta quantidade de servidores que hospedam o site do Google. As páginas da web são documentos que podem ser mostrados por um navegador, que são agrupadas de maneira que se conectem em um website, por exemplo, o Google Search. Ao realizar uma consulta, a ferramenta calcula níveis de adequação condizentes com as palavras-chave pesquisadas. Quanto menor o número de palavras, maior a precisão:

⁶ IP, ou Endereço de Protocolo da Internet, é um rótulo numérico que designa cada um dos dispositivos conectados a internet. Entendemos por *máquinas* os computadores utilizados para a coleta de dados. Dependendo do lugar em que se usa uma máquina conectada à internet, o IP será diferente. Por exemplo, se alguém usa uma máquina em seu local de trabalho, ele se conecta a um IP diferente do que se conecta quando usa essa mesma máquina em casa.

⁷ Bancos de dados desse tipo são conjuntos de arquivos interligados, eles contêm registros de pessoas, lugares e coisas no mundo, tratados como coleções organizadas de dados relacionados para criar informações que direcionam as pesquisas. Esses tipos de conjuntos são a principal ferramenta de negócios do Google. A empresa vende os dados, tanto para o setor público quanto para o setor privado, expondo informações relevantes dos usuários, que se reverterá em lucros para o setor privado e controle social para o setor público. É importante ressaltar que a estrutura sistemática dos dados não sofre alterações por muitos anos, o que prolonga a manutenção de seu funcionamento.

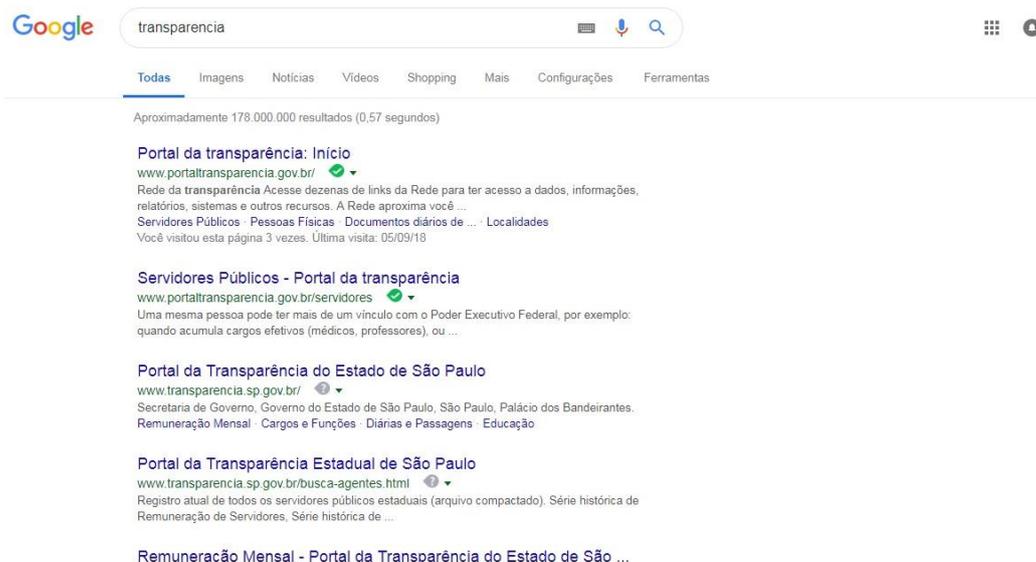


Figura 2 – Captura de tela da página inicial do Google Search, a partir da pesquisa pelo termo "transparência" em 31/01/2019.

Podemos ver na imagem acima a disposição de resultados obtidos a partir de uma busca pelo termo “transparência”. É importante reparar como os dados são guiados, em sua maioria, para a exposição de dados relacionados à remuneração de servidores públicos. Isso mostra parte da lógica que rege o funcionamento da ferramenta: ela devolve aos usuários justamente os dados que eles mesmos fornecem em suas buscas.

O Google Tendências é uma ferramenta que permite visualizar os temas mais pesquisados em determinado recorte espaciotemporal, assim como em qual espaço e tempo um tema dado foi mais pesquisado (em termos quantitativos). Quando inserimos uma palavra na ferramenta, o buscador calcula as tendências (trends) relacionadas a essa palavra, apresentando gráficos e mapas que registram os números de ocorrências concernentes a cada recorte de tempo e espaço:

Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. Um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade. Uma pontuação de 0 significa que **não havia dados suficientes sobre o termo** (GOOGLE, 22/10/2018).

O enunciado em negrito suscita algumas questões: quem julga o que são “dados suficientes” ou insuficientes “sobre o termo”? O que se entende por suficiente? Quais são as relações de forças envolvidas nesse pré-julgamento? São questões implícitas que costumam passar despercebidas ao usuário pouco atento às questões

políticas que recobrem uma “simples” pesquisa no site. Questões essas que não cabe a esta pesquisa responder, mas que nos indicam algo importante em nossas investigações: o sistema rastreia e cruza esses dados e decide, de maneira opaca e soberana, o que ou não expor a seu usuário.

Abaixo podemos ver como o gráfico da ferramenta sobre o interesse pelo assunto se apresenta em uma busca pelo termo “transparência”, no período entre 2004 e 2018:

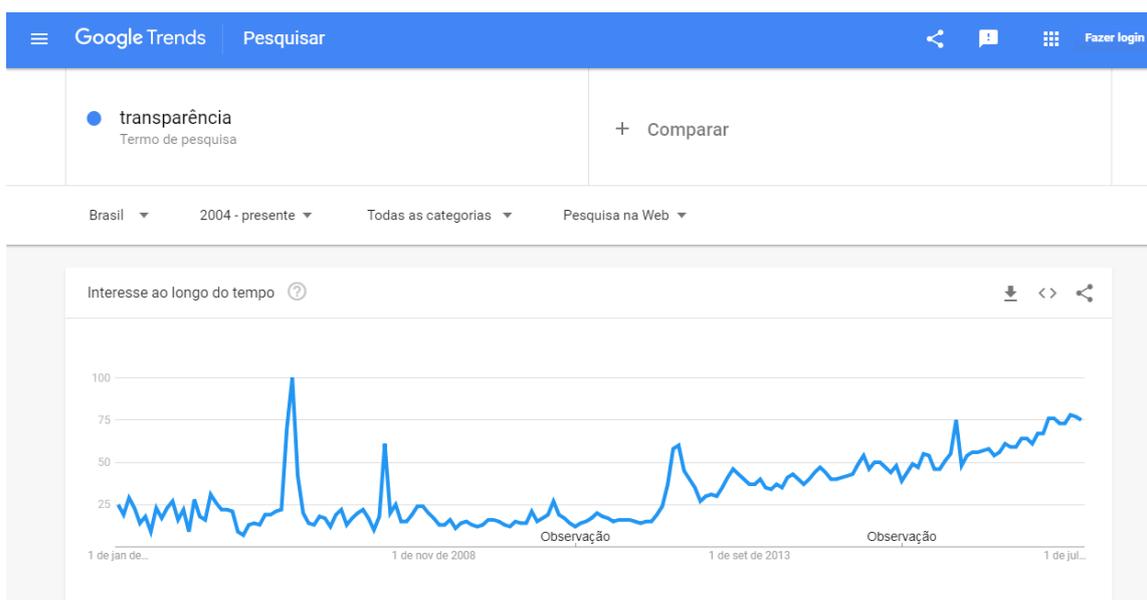


Figura 3 - Captura de tela da página de busca do Google Tendências, com o resultado para o termo "transparência" de 2004 a 2018, acesso em 22/10/2018.

Na imagem seguinte, podemos observar os assuntos relacionados e as consultas frequentemente feitas pelos usuários, de acordo com a ferramenta. No caso do termo “transparência”, a busca por “Portal da Transparência”, seja do governo federal quanto dos governos estaduais, é listada como a mais contínua:

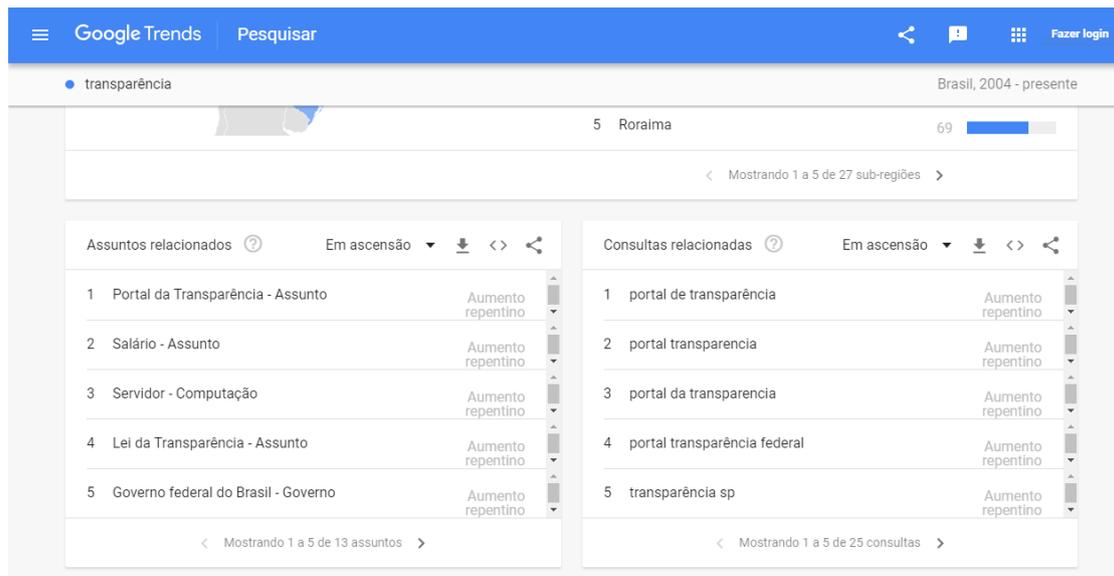


Figura 4 – Captura de tela - Assuntos e consultas relacionados ao termo "transparência" no Google Tendências, acesso em 22/10/2018, no Brasil.

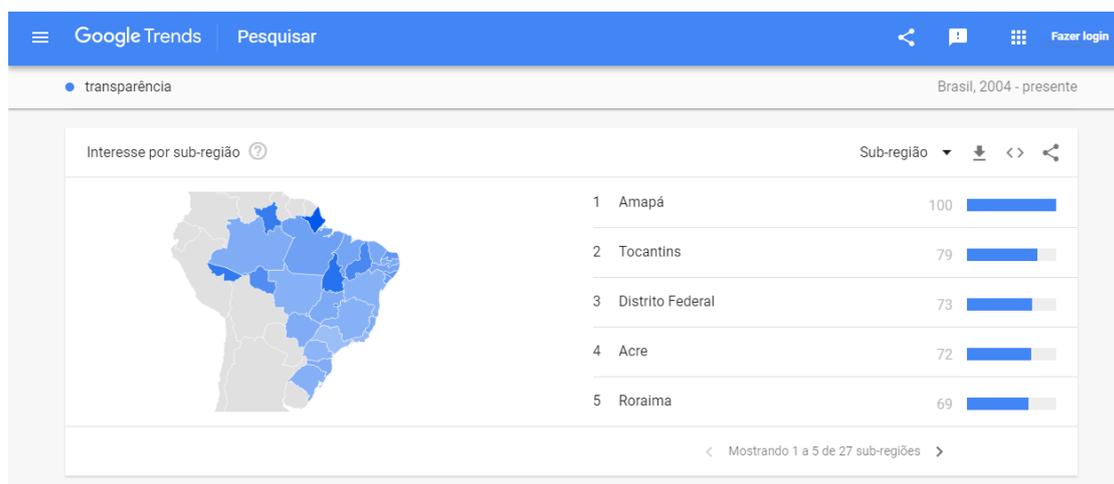


Figura 5 – Captura de tela - Interesse pelo termo "transparência" por sub-regiões⁸do território brasileiro no Google Tendências, acesso em 22/10/2018.

A ferramenta Alertas do Google é um serviço que detecta os conteúdos indexados a partir de uma palavra-chave, em tempo real nas páginas da web, enviando uma notificação aos usuários que se cadastram via email. Os conteúdos recebidos nessas notificações são dos mais diversos meios (como emissoras de rádios, plataformas de vídeos e de textos digitais etc.), tipos de discursos (por exemplo, o jornalístico,

⁸ A ferramenta chama de sub-regiões cada um dos estados. Não existe justificativa para esse critério de divisão regional relacionada às buscas nem no site da empresa Google, nem em sites sobre marketing digital ou conteúdos sobre o Google Tendências. Como a divisão regional das riquezas se dá pelos estados, o mesmo acontece com o capital gerado a partir do excedente dos fluxos de informação, os estados mais populosos tendem a gerar mais dados. Os dados de cada estado indicam costumes e formas de vida que lhe são correspondentes.

religioso, institucional, literário, etc.) e gêneros discursivos (tais como notícias, relatórios, documentos, anúncios, entre outros).

Abaixo vemos uma imagem de um relatório de notificações dos alertas do Google, enviado por email:



Figura 6 – Captura de tela - Relatório de notificações no Google Alertas, acesso em 02/02/2018.

Nas ocorrências acima, podemos ver diferentes usos do termo, que recobrem diferentes sentidos, possibilitando uma triagem na coleta de dados. No caso, a notificação sobre o MPF nos interessa, ao passo que a notificação sobre o vestido de Bruna Marquezine não corresponde ao campo semântico em que nossas investigações se debruçam.

O funcionamento técnico do buscador DuckDuckGoSearch é semelhante ao Google Search, com a diferença de que, conforme se declara nos termos de uso, há uma preocupação com a privacidade do usuário, já que aparentemente os dados de pesquisa não são rastreados, no entanto, a ferramenta não funciona com a mesma precisão que as ferramentas do Google, que conta com um acúmulo de dados quantitativamente superior. Portanto, os dados são de certa forma, menos direcionados segundo o perfil do usuário a partir de seu histórico de navegações e, por isso, menos fechados do que os dados obtidos com o buscador do Google, o que torna a busca menos automática.

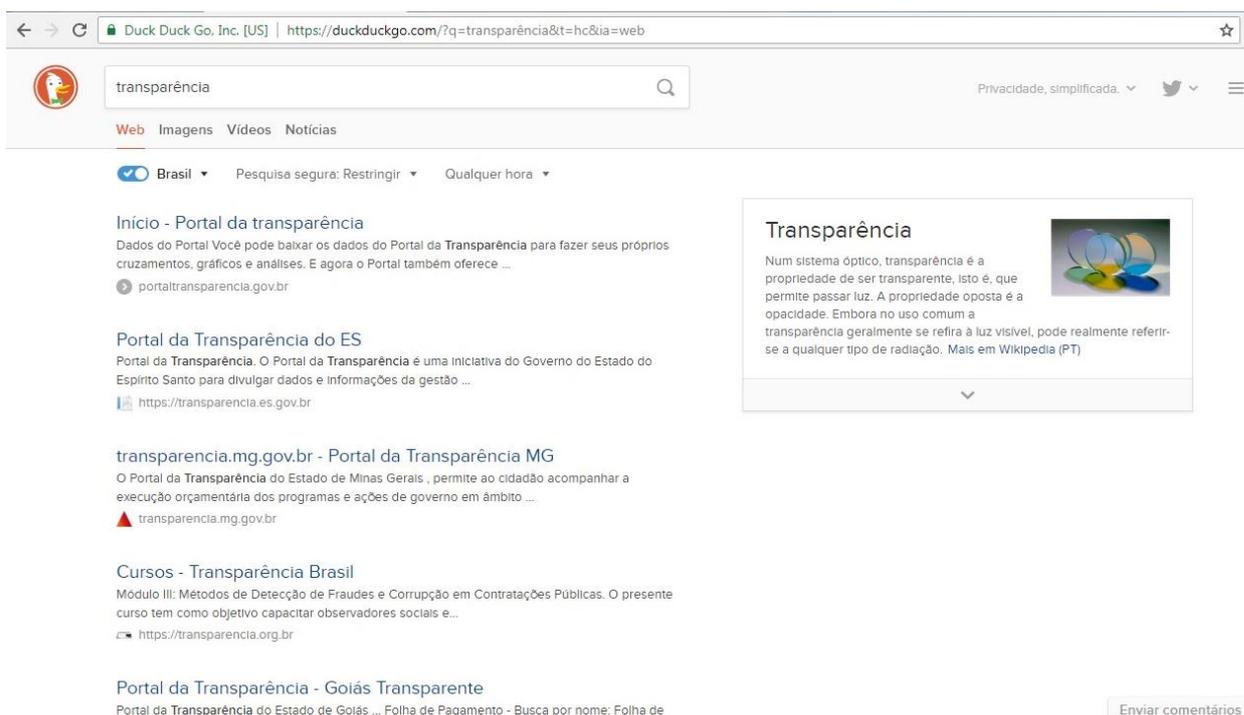


Figura 7 – Captura de tela da página inicial do DuckDuckGoSearch, a partir da pesquisa pelo termo "transparência", acesso em 31/07/2018.

Na imagem acima, o buscador (DuckDuckGoSearch) apresenta resultados diferentes em relação ao buscador do Google: os Portais de Transparência dos governos de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, do Governo Federal e um anúncio de cursos oferecidos pela ONG Transparência Brasil. Enquanto o buscador do Google exibia somente páginas referentes ao Estado de São Paulo nos primeiros resultados, o que nos indica um cruzamento de dados, apesar de termos usado navegadores distintos e desvinculados de qualquer conta. A única forma de evitar esse tipo de enviesamento seria pesquisar a partir de IPs correspondentes a cada um dos outros estados do país. O DuckDuckGoSearch ofereceu outra lógica de operação, nem melhor nem pior, por um lado mais regionalmente diversificado, por outro, menos prático a um usuário comum a quem interessam os serviços oferecidos pelo seu próprio estado. Para nossa pesquisa, tal diferença nos possibilita um equilíbrio em relação à coleta de dados, já que cada um oferece um tipo de dispersão dos dados.

Cada uma dessas ferramentas tem uma finalidade específica em nossa pesquisa. O Google Search fornece a quantidade de páginas relacionadas ao termo pesquisado para medir o grau atual de relevância do termo no banco de dados do buscador mais abrangente e hegemônico. Além disso, a ferramenta permite depreender

o conteúdo relacionado a esse valor quantitativo. O Alertas do Google, por sua vez, fornece informações diariamente acerca do que está sendo dito sobre o termo, isto é, fornece os dados que permitem observar quais relações semânticas o envolvem em cada período específico. O Google Tendências possibilita a visualização dos “picos”, quando e em quais regiões geográficas houve maior número de ocorrências do termo. E é de suma importância para que possamos buscar acontecimentos relacionados à impulsão do termo (por exemplo, se houve um pico em maio de 2012, procuramos acontecimentos relacionados à “transparência” no mesmo período).

Os critérios para escolha desse conjunto de ferramentas se devem, principalmente, à observação de pesquisas anteriores realizadas a partir de quadros teóricos semelhantes como Oliveira (2013), Silva (2014) e Quartarolla (2017). Tais pesquisas mostraram que geralmente conteúdos amplamente veiculados nas mídias digitais correspondem ao que hegemonicamente circula no espaço público. Sendo assim, tais ferramentas são, talvez, as que nos oferecem quantidades de informação satisfatórias, devido ao seu poder globalizante.

Nossas buscas, no entanto, não se restringiram às ferramentas apresentadas acima. Lançamos mão de outros recursos importantes, como visitar sites de organizações governamentais e não-governamentais, instituições jurídicas, empresariais e documentos impressos. O tratamento de todo o *cópus* foi realizado a partir da conversão do material coletado para as extensões .pdf e .jpeg, que facilita o armazenamento e o acesso ao *cópus*. Ressaltamos, ainda, que não existe qualquer garantia de que um conteúdo postado em um site, e até mesmo o próprio site, perdurem.

1.5. Apresentação do *cópus*: delimitação e organização

Estamos inseridos, após nossa coleta de dados, em uma problemática representacional e interpretativa que implica em um objeto de estudo que “é definido através das hipóteses de representações sóciodiscursivas que se supõem dominantes num dado momento da história de uma sociedade (são, então, sócio-históricas), e que caracterizam um determinado grupo social” (CHARAUDEAU, 2011, p. 11). Essas hipóteses precisam ser bem construídas, já que uma pesquisa inscrita nessa problemática lida com tipos de dados muito diversos que nem sempre se “mostram” como parte do *cópus*. Em nosso caso, a hipótese inicial é a de que o termo

“transparência” circula como uma fórmula discursiva. Para verificá-la é preciso compreender a disseminação das representações sociodiscursivas do termo, quais os grupos sociais que se constituem e, por conseguinte, ajudam a constituir os discursos sobre “transparência”. A nossa inserção nessa problemática obriga certo posicionamento a respeito da noção de sujeito. Por estar envolvido nas práticas discursivas, o sujeito pode ser ativo ou passivo, nos termos de Charaudeau (2011, p.12). Retomando a noção de comunicação de Krieg-Planque, sobre saberes e habilidades que atuam sobre um projeto de dizer, a concepção de sujeito que atende aos nossos propósitos é a de um sujeito ativo, e por isso nossa posição pode ser descrita da seguinte maneira:

[A concepção de sujeito ativo] não nega o jogo da sobredeterminação do sujeito, mas, em vez de fazer do sujeito uma ilusão, faz algo de positivo. Existem, em toda sociedade, discursos de doxa (lugares comuns, estereótipos, saberes compartilhados). Estes circulam e se repartem de maneira não aleatória em diferentes grupos sociais. Assim sendo, todo sujeito é portador de alguns desses discursos, e essa condição revela seu posicionamento social. Podemos então dizer que, de uma certa maneira, esse sujeito é “responsável” por suas representações, o que não quer dizer que seja consciente disso (CHARAUDEAU, 2011, p. 12).

Em outras palavras, o sujeito enquanto “produtor” de práticas discursivas é considerado aqui como um sujeito que contribui para a circulação de um enunciado. O que parece especialmente verificável no caso de uma fórmula discursiva, pois ela obriga a tomada de posição, o sujeito é convocado a se pronunciar. Essa posição nos orientou na construção do corpus, constituído por “signos-sintomas” (CHARAUDEAU, 2011, p. 12) que seriam representantes desses conjuntos de valores. Em nossa pesquisa, o termo “transparência” é o fio condutor de nossas investigações, é o percurso que contribuiu para a reunião de enunciados de gêneros e tipos textuais variados, veiculados em vários dispositivos comunicacionais e diferentes suportes materiais, que, por sua vez, implicam múltiplas redes interdiscursivas que nos ajudam a compreender o funcionamento formulaico do termo “transparência”.

Para organizar nosso corpus, seguimos o método “caramujo”, conforme descrito por Charaudeau:

Procedemos, de nossa parte, segundo o método do caramujo: partir de um primeiro corpus nuclear determinado segundo parâmetros de tempo, espaço, gêneros, dispositivos, locutores, temas etc., em função dos objetivos de análise que foram propostos; para depois estender

progressivamente esse corpus confrontando-o com outros, tanto quanto for necessário, em função das questões que surgem à medida que prosseguem as análises (CHARAUDEAU, 2011, p.15).

O corpus nuclear foi organizado segundo as ocorrências coletadas na ferramenta do Google Search a partir dos picos de ocorrência com o número 100 do Google Tendências, lembrando que esse número, segundo a ferramenta, corresponde a um pico de popularidade do termo pesquisado, e pode indicar que o termo participa de um regime de circulação considerado “formulaico”. Esse corpus nuclear serviu como ponto de partida para as nossas investigações acerca da circulação de “transparência”. Abaixo seguem as semanas em que o termo atingiu o pico de popularidade de acordo com a ferramenta Google Tendências:

- 2011: semana do dia 24-04-2011 a 30-04-2011;
- 2012: semana do dia 24-06-2012 a 30-06-2012;
- 2013: semana do dia 02-06-2013 a 08-06-2013;
- 2014: semana do dia 28-09-2014 a 04-10-2014;
- 2015: semana do dia 14-06-2015 a 20-06-2015;
- 2016: semana do dia 13-11-2016 a 19-11-2016;
- 2017: semana do dia 28-05-2017 a 03-06-2017;
- 2018: semana do dia 26-08-2018 a 01-09-2018.

Não descartamos os dados referentes à circulação entre os números 50 e 99, já que mostram que o termo suscita algum interesse dos usuários, isto é, circula de uma maneira “banal”. Uma fórmula não “vive” só de explosões e picos de interesse, seus enunciadores, por acharem que o termo é de conhecimento de todos, contribuem para sua circulação por meio de reformulações, retomadas, refutações, até que esse termo se torne um lugar-comum em um dado espaço público, em um dado momento.

Os dados coletados, conforme citado acima, foram convertidos em .pdf e .jpeg, e, em seguida, reunidos em uma pasta nomeada “CÓRPUS”, seguida de uma pasta nomeada “CÓRPUS INICIAL”, depois com o nome da ferramenta “Google Tendências”, pois os dados foram coletados segundo os resultados apresentados pela ferramenta, nos servindo como referência, seguido de pastas correspondentes ao ano (2011, 2012, 2013,...). Dentro da pasta do ano 2011, por exemplo, criamos pastas para

os dados coletados de acordo com o número 100, e com os números de 50 a 99, que correspondem ao número de interesse de pesquisa conforme explicitado no tópico 1.4.

Após essa organização inicial, ao ler e reler os dados coletados, já encerrado o período de coleta, decidimos ordenar o corpus de análise pelos seguintes critérios: gênero discursivo, suporte material e fonte, para as análises linguístico-discursivas apresentadas nesta dissertação. Para ilustrar essa organização, segue a pasta “notícias”, que contém os dados separados pelas fontes (que, sabemos, não são nada neutras na medida em que são atravessadas por interesses políticos e financeiros, como qualquer empresa privada), conforme a imagem a seguir:

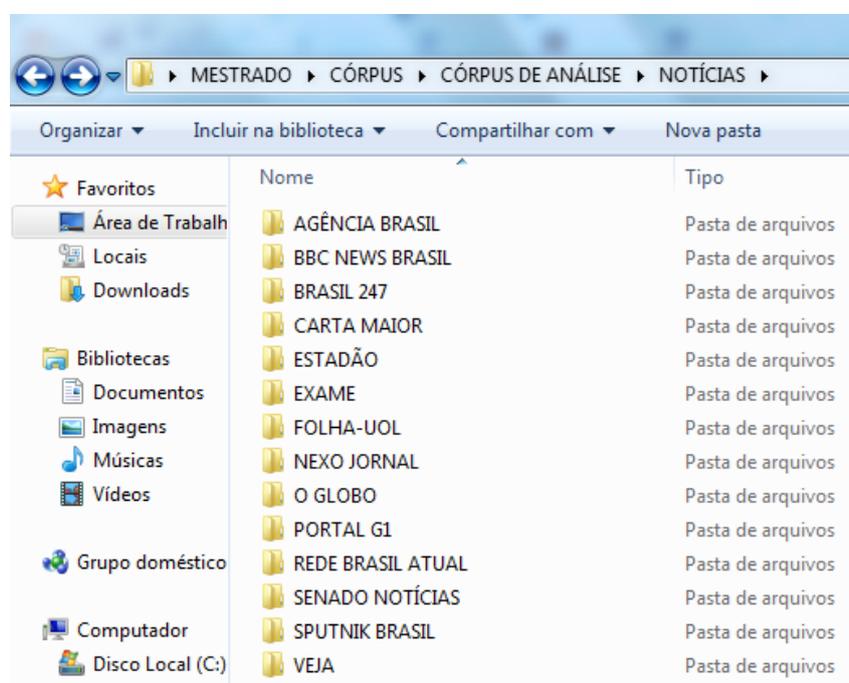


Figura 8 - Captura de tela da organização do corpus, em 24/07/2019.

Visitamos sites institucionais como o do então chamado Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (atualmente Controladoria-Geral da União), em que coletamos alguns dados acerca da criação da Lei de Acesso à Informação. Além disso, coletamos dados no site da Câmara dos Deputados Federais, relativos aos projetos de lei. Tais dados estão alocados nas pastas mencionadas acima.

No interior das pastas, os dados são arquivados da maneira que podemos observar no exemplo a seguir da pasta “PORTAL G1”:

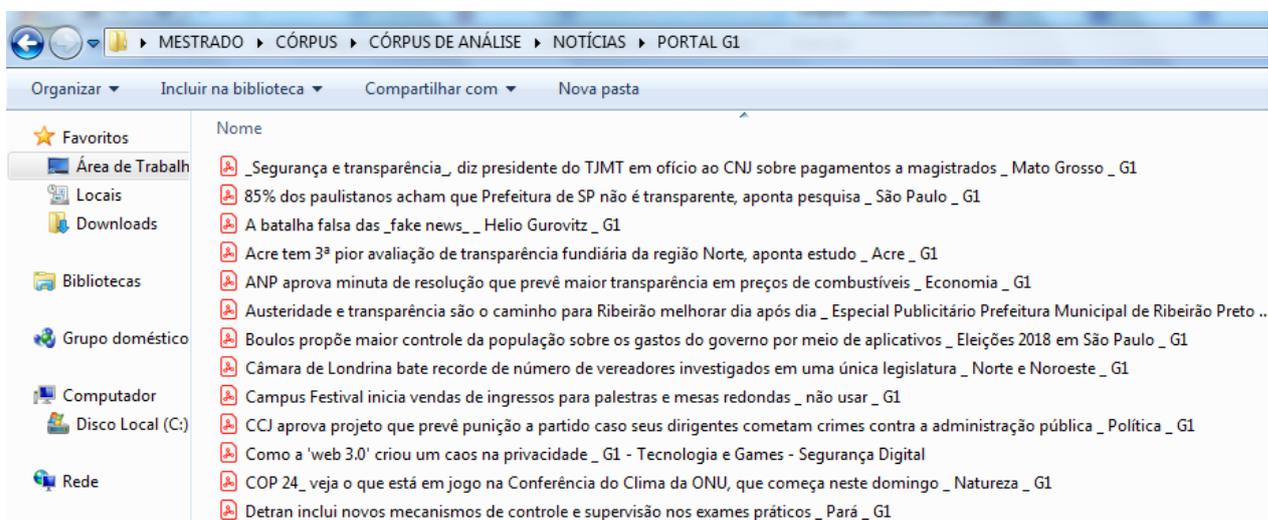


Figura 9 - Captura de tela da organização do córpus, em 24/07/2019.

A fim de mostrar os dados que selecionamos e organizamos para nossas análises, segue a tabela:

NOME	AUTOR(ES)	FONTE	ANO/DATA	GÊNERO DISCURSIVO	TIPO DE DISCURSO
O Círculo	Dave Eggers	Editora Cia das Letras	2014	Ficção	Literário
85% dos paulistanos acham que Prefeitura de SP não é transparente, aponta pesquisa	G1 SP	Portal G1	14/08/2018	Notícia	Jornalístico
CONTRA A TRANSPARÊNCIA	G.LAB PARA SANTANDER	Revista Época	26/11/2019	Post de blog	Publicitário
Jovem critica edição de vídeo de bar onde ocorreu suposto assédio	G1 São Paulo	Portal G1	16/02/2016	Notícia	Jornalístico
A intransparente transparência: Assange, Lula e Moro	Boaventura de Sousa Santos	Brasil 247	18/04/2019	Coluna	Divulgação Científica
Delegacia tem software que registra depoimentos	Jornal do Vale do Itapocu	Jornal do Vale do Itapocu	02/12/2016	Notícia	Jornalístico

O Que Você Escolhe? Ser Transparente e Verdadeiro ou Mascarado e Mentiroso?	Pr. André Santana	Gospel Mais	06/06/2013	Post de blog	Religioso
Insatisfação com serviços públicos exige de governos mais transparência e menos corrupção	ONU Brasil	ONU Brasil	13/02/2017	Notícia	Informativo
Petrobras promete "mais petróleo e mais transparência"	Pedro Cifuentes	El País	17/11/2014	Notícia	Jornalístico
Quatro em cada cinco brasileiros classificam partidos políticos como "corruptos"	Agência Estado	Portal Brasil R7	09/07/2013	Notícia	Jornalístico
Transparência é tendência: Índice de Transparência da Moda Brasil	Fashion Revolution	Fashion Revolution	28/04/2018	Relatório	Informativo
Oficina Amiga da Mulher incentiva transparência nos serviços	Laurie Andrade	Autopapo	06/12/2017	Notícia	Publicitário
Palavra da moda, transparência também pode trazer males ao convívio social	Carlos Alberto Gianoti	GaúchaZH	25/08/20117	Coluna	Filosófico
Confiança e transparência são os requisitos para escolher uma produtora	Ana Flávia Hantt	Tudo e Todas	02/12/2016	Post de blog	Publicitário
Defesa de Lula protocola na ONU documento que critica condenação em 2ª instância e fala em violação de direitos humanos	G1 SP	Portal G1	30/01/2018	Notícia	Jornalístico
Mapa Astral mostra como Demi Moore vive o amor: Aniversariante desta sexta, atriz valoriza fidelidade e transparência na relação	Ego	O Globo	11/11/2011	Notícia	Místico
Transparência, compromisso venha fazer seu orçamento	uiltonmoreno	OLX	04/05/2018	Anúncio	Publicitário
Trabalho honesto e com transparência	nilosobra130	OLX	23/04/2018	Anúncio	Publicitário

Além da transparência: <i>accountability</i> e política da publicidade	Fernando Filgueiras	Revista Científica Lua Nova	2011	Artigo Científico	Científico
“Lista de Transparência” traz 349 nomes	Leonardo Sakamoto	Repórter Brasil	06/06/2016	Relatório	Jornalístico
Falta de transparência e “pedalada” na gestão Alckmin são investigadas	Patricia Faermann	Jornal GGN	06/11/2017	Notícia	Jornalístico
Transparência e combate à corrupção nos governos Lula e Dilma	Gleisi Hoffmann	Brasil 247	15/11/2016	Coluna	Jornalístico
Força-tarefa da Lava Jato ganha prêmio da Transparência Internacional	Talita Bedinelli	El País	04/12/2016	Notícia	Jornalístico
Falta de gestão transparente em todo o Brasil”, diz Maria Elena Johannpeter	Emily Nunes Canto	iG São Paulo	06/08/2014	Notícia	Jornalístico
Sociedade da Transparência	Byung Han Chul	Editora Vozes	2017	Ensaio	Filosófico
A transparência necessária Políticas públicas são financiadas por impostos: É obrigação do governo prestar contas do dinheiro que os brasileiros desembolsam	Editores da Revista Época	Revista Época	12/04/2018	Editorial	Jornalístico
Governos Lula e Dilma: transparência e combate à corrupção	Davis Sena Filho	Brasil 247	08/09/2016	Coluna	Jornalístico
Organizador do Outubro Rosa pede transparência no tratamento do câncer de mama	Mariana Tokarnia	Agência Brasil	01/10/2014	Notícia	Jornalístico
Transparência lança documento com propostas de combate à corrupção	Jornal Nacional	Portal G1	05/06/2018	Notícia	Jornalístico
Maior transparência e combate à corrupção	Redação do Diário Manhã	Diário Manhã da	31/08/2018	Notícia	Jornalístico

Moro comenta embate sobre caso Lula e diz que sempre agiu com transparência	Nathan Lopes	Portal de Notícias UOL	25/07/2018	Notícia	Jornalístico
Ceará Transparente garante ao Estado prêmio em Transparência e Fiscalização Pública	Assessoria de Comunicação da CGE	Controladoria Geral do Estado do Ceará	13/12/2018	Post de blog	Comunicacional
Estatais sofrem com falta de transparência e ingerência	Queila Andrade	Jornal O Tempo	24/04/2017	Notícia	Jornalístico
Tite 'escorrega' ao voltar a falar de transparência na CBF	Silvio Barsetti	Terra	03/10/2017	Notícia	Jornalístico
Acesso à Informação Pública: Controladoria-Geral da União Brasília 2011: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011	Controladoria Geral da União	Controladoria Geral da União	18/11/2011	Cartilha	Instrucional
Como a tecnologia Blockchain pode melhorar a eficiência dos governos	BrazilLab	BrazilLab	03/05/2018	Notícia	Publicitário
Segurança e transparência, diz presidente do TJMT em ofício ao CNJ sobre pagamentos a magistrados	André Souza	Portal G1	19/08/2017	Notícia	Jornalístico
Novas regras para negociação de dívidas	Luciana Casemiro	O Globo	12/08/2017	Notícia	Jornalístico
Movimento Transparência Partidária	Movimento Transparência Partidária	Movimento Transparência Partidária	29/04/2018	Manifesto	Político
Novas medidas contra a corrupção	Michael Freitas Mohallem [et al.].	Unidos Contra a Corrupção	2018	Cartilha	Técnico

Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã	Controladoria Geral da União em parceria com a UNESCO	Controladoria Geral da União	2010	Projeto	Técnico
Estudante que acompanha contas da prefeitura já apontou rombo de milhões	Wilson Mendes	Jornal Extra	24/11/2016	Notícia	Jornalístico

Tabela 1 – Córpus de Análise

A tabela é dividida em seis colunas horizontais: nome do dado; autor; data de publicação; gênero discursivo; tipo de discurso. Esse arranjo possibilita identificar informações necessárias sobre o conjunto de dados que serviram de amostragem em nossas análises. A identificação dos tipos de discurso e gêneros do discurso são indícios que permitem estimativas acerca dos meios em que a fórmula costuma circular.

Apresentamos, até aqui, o quadro teórico-metodológico que orientou as investigações abaixo registradas, especificando as ferramentas que auxiliaram nossa coleta e o arquivamento do córpus. Sendo assim, construímos, por meio de recortes e delineamentos, o percurso atualizado que nos permite apreender a disseminação da expressão a partir da interpretação das inesperadas relações interdiscursivas, afinal, “o arquivo nunca é dado a priori” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1986, p.164).

A seguir descrevemos as condições de produção dos discursos que circulam acerca de “transparência”.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE “TRANSPARÊNCIA”

A partir de certas inquietações acerca dos acontecimentos que dão suporte à emergência de discursos sobre “transparência”, atravessando diferentes campos e esferas da sociedade, como se pode conferir nas análises que seguem, construímos este capítulo.

Como sabemos, um discurso é tecido em uma intrincada trama de fios que se cruzam e se alteram em uma relação de constituição recíproca, sempre em relação com outros discursos. Caminhar sobre esses fios nos permite observar as condições que propiciam a emergência do tema aqui investigado.

Dominique Maingueneau, em *Gênese dos discursos* (2005), fala sobre as distintas e variadas formas de coerção a que o discurso é submetido, tais coerções podem ser apreendidas por meio dos vieses da gênese e da interdiscursividade, de forma que se apreende simultaneamente o discurso através do interdiscurso. Dessa forma, é necessário utilizar lentes que nos possibilitam enxergar os já-ditos que constroem as condições necessárias para os enunciados sobre “transparência”; observar as relações entre os enunciados e os posicionamentos de seus enunciadorees que denunciam seus sentidos. É só a partir da observação do palco de lutas em que surgem os enunciados que se pode depreender a produção de sentidos e subjetividades relativa aos discursos sobre “transparência”.

Nos tópicos seguintes, puxaremos os fios, a fim de distingui-los e de marcar os caminhos (como fez Ariadne), descobrindo os tipos de nós que se apoiam em determinadas construções de valores, de crenças e de verdades, que sustentam a produção e circulação dos opacos enunciados sobre “transparência”. Aí está o problema: depreender a opacidade de “transparência”.

2.1 “Transparência” e a internet: um caso de determinismo tecnológico

A democracia ateniense se valia de um dispositivo chamado *dokimasia* para restringir e controlar o direito de elegibilidade de seus cidadãos. Para poder se candidatar a um cargo público, o grego deveria prestar contas de sua condição social e

jurídica. Tratava-se de uma espécie de “lei da ficha limpa” da antiga Atenas – é preciso levar em consideração, é claro, o anacronismo de nossa comparação. Tal dispositivo operava, a partir do pretexto da “transparência”, a manutenção do poder nas mãos dos homens pertencentes aos grupos sociais mais abastados (CANFORA, 2015).

A emergência do cristianismo no Ocidente trouxe consigo o dispositivo confessional católico. A prática até hoje seguida pelos fiéis de relatar seus “pecados” à autoridade eclesiástica não deixa de ser também uma espécie de controle disciplinar cujas bases giram em torno da defesa da “transparência” nas relações sociais.

Já na Modernidade ocidental, temos uma reivindicação de Jean-Jacques Rousseau por transparência. O filósofo genebrino se vale da metáfora do “coração cristalino” para mostrar que toda verdade da natureza deve se desnudar, como um coração transparente feito de cristal, trata-se de um imperativo moral baseado em uma necessidade de vigilância recíproca entre co-cidadãos (ROUSSEAU, 2008). Outras teorias da “transparência” surgiram na contemporaneidade, como o famoso tratado teológico do filósofo Giorgio Agamben sobre a nudez (AGAMBEN, 2014). Não as discutiremos neste trabalho, mas é preciso considerar a longa história desse valor.

O que parece ser um aspecto reiterado em todos esses entendimentos é que as reivindicações por “transparência” parecem funcionar segundo um dispositivo disciplinar que acompanha boa parte das estratégias de consolidação do poder nos Estados ocidentais. Nos termos de Félix Guattari, “tanto o capitalismo do mercado quanto a estatização do sistema socialista estabelecem uma falsa transparência. Vimos que houve uma ilusão da transparência identitária social e econômica” (2016, p. 117).

Dito isso, o presente trabalho se debruça sobre o problema da “transparência”, observando as condições de emergência dos discursos cujos embates agonísticos de múltiplas forças propiciaram a ampla circulação do termo como vemos na contemporaneidade.

O acesso à informação, filtrado pelos dispositivos digitais de acesso à internet, funciona como uma ferramenta de vigilância e fiscalização por parte da população sobre seus governos. No entanto, as relações de poder que governam, geram e gerenciam as vidas da população devem expor um aspecto positivo de suas práticas de vigilância; vigiar é, segundo os ideais capitalistas, garantir a democracia. A concepção da internet como imaneamente “democrática” integra a chamada “Ideologia Californiana”, que consiste no encontro entre preceitos da economia de mercado dos *yuppies* com a noção

de liberdades individuais dos *hippies* e cria uma narrativa de emancipação social trazida pelos empreendedores, engenheiros dessa nova tecnologia:

O amplo apelo desses ideólogos da costa oeste não resulta, simplesmente, de seu otimismo infeccioso. Acima de tudo, são defensores apaixonados do que parece ser uma forma de política impecavelmente libertária – eles querem que as tecnologias da informação sejam usadas para criar uma nova “democracia jeffersoniana” em que todos os indivíduos serão capazes de se expressar livremente dentro do ciberespaço. No entanto, ao defender esse ideal aparentemente admirável, estes tecnofomentadores estão, ao mesmo tempo, reproduzindo algumas das características mais atávicas da sociedade americana, em especial, aquelas derivadas da amarga herança da escravidão (BARBROOK; CAMERON, 2017, p. 567).

A relação entre a internet e o mercado financeiro, está na disseminação de uma ideologia que prega as liberdades individuais como alocadas no interior da lógica de mercado regida pelas relações capitalistas. A internet abriria uma nova produção de subjetividades que antecipam uma ideia de liberdade baseada no consumo e na adequação a formas de vida condizentes com preceitos identitários apoiados em uma despolitização generalizada. Isto é, não se trata mais de alterar os valores sociais, mas de “atualizar” a própria subjetividade de acordo com as “disrupturas”⁹ do mercado. Na segunda metade da década de 1990, a popularização dos computadores pessoais e de outras ferramentas de acesso à internet coincide com a ideia de “fim da história” (FUKUYAMA, 1992) trazida pelo triunfo do capitalismo sob o socialismo e com a construção de um grande império ocidental que ocupou a totalidade das relações de poder políticas e governamentais do período (HARDT; NEGRI, 2011). Por “democracia jeffersoniana”, Barbrook e Cameron se referem à chamada “república da propriedade” que, a partir das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, instaurou a legislação de todos Estados-nação ocidentais de acordo com a defesa da propriedade privada (vale a pena comentar, humana ou não-humana, um contraponto paradoxal em relação ao suposto abolicionismo da escravatura atribuído à Carta Magna estadunidense). Se o capital contemporâneo produz mais sujeitos para objetos do que objetos para sujeitos, a

⁹ “Disruptura” é um termo utilizado (aparece pela primeira vez em uma tese de Doutorado de Clayton M. Christensen de 1992) para designar as mudanças relativas aos modelos de negócios digitais. O caso da plataforma Uber é um exemplo mais recente de “negócio disruptivo”.

escravidão contemporânea reside justamente nas grades das cadeias subjetivas impostas por um impulso transcendental que rege a sua constituição¹⁰.

O termo “transparência” é usado no contexto das tecnologias digitais para designar uma determinada prática de divulgação de dados que vem sendo adotada com cada vez mais frequência: iniciativas como *e-government* (governo eletrônico) sustentam que a chave para o debate sobre a circulação da “informação” e manutenção da “democracia” é a instauração de ferramentas eletrônicas para o controle e a divulgação de informações. O dado abaixo, retirado do site BrazilLAB, ilustra uma dessas ferramentas:

Excerto 3. Como a tecnologia Blockchain pode melhorar a eficiência dos governos Nem só de polêmicas e especulações vive o blockchain. Um grupo de especialistas reuniu-se para colocar o potencial transformador da tecnologia a favor de serviços públicos mais eficientes e transparentes. (BrazilLab, publicado em 03/05/2018)

No excerto 3, os “serviços públicos eficientes e transparentes” são potencialmente transformáveis e favorecidos por “um grupo de especialistas”, que tem “potencial” de fazê-lo. Tudo isso é colocado além das “polêmicas e especulações”: trata-se, paradoxalmente, da intrincada opacidade algorítmica dessa tecnologia, passível de ser manipulada somente por “especialistas”. O que se omite no post é que, com o uso dessa tecnologia para os fins aí propostos, o conjunto de dados e de fluxos informacionais que é gerido pelos governos, passaria para as mãos desse “grupo de especialistas”, que assume um grande poder sobre a vida das populações.

Nessa conjuntura, o termo “transparência” pode funcionar tanto comum valor adjetival no interior de um sintagma (“governo de transparência”), que qualifica de maneira eufórica diversas práticas institucionais de exposição de dados, quanto como um substantivo que serve para dar nome a uma prática. Ou seja, uma instituição pode *ser* “transparente” ou pode *ter* “transparência”. O verbo “ser” designa uma condição inerente ao sujeito, uma condição ontológica, o sujeito *é* “transparente”, isto é, a “transparência” é um atributo intrinsecamente ligado a sua condição existencial; o verbo “ter” carrega um indicativo de posse, ou de conduta, o sujeito *tem* “transparência” quando lida com uma dada situação. O “ser” vem sempre acompanhado do adjetivo

¹⁰ Existem dois tipos de produção de subjetividade: uma produção de subjetividade capitalista, que é transcendental ao sujeito (que deriva das relações de poder) e uma produção de subjetividade autônoma (que deriva da própria condição imanente do sujeito, isto é, eu mesma produzo minha subjetividade de acordo com meus próprios valores éticos) (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

“transparente”, adjetivo esse que qualifica o sujeito da oração, ao passo que “ter” é sempre acompanhado do substantivo “transparência”, algo que está fora da condição ontológica do sujeito, mas de que ele faz uso.

Há uma crença de que soluções tecnológicas são capazes de resolver problemas sociais complexos, de forma que parte dos discursos sobre as redes digitais na atual conjuntura é fortemente marcado por ela. A maior parte dos usuários dos serviços oferecidos pela internet não questiona a própria arquitetura da internet e as formações sociais, econômicas e culturais que ela enseja. Os atuais dispositivos de confissão, por exemplo, as redes sociais e fornecimento sem consentimento de dados pessoais de que “abrimos mão” ao realizar uma simples pesquisa, que sustentam o estágio atual das relações de poder, são atravessados pelo entendimento da cibercultura relativo à “abertura de dados”, cujos fluxos foram capturados da cultura digital¹¹ de resistência ao uso de dados por parte do mercado financeiro e dos governos, pois há uma necessidade de tornar legível e quantificar tudo que a sociedade produz, para transformar ou converter os fluxos de informação em fluxos monetários (LAZZARATO, 2011).

Com a desvinculação estratégica das cotações de moeda em relação ao ouro, decorrente da crise da bolsa de Nova Iorque (entre 1973 e 1975), a moeda se tornou informação e, portanto, deslocável, de maneira que pode se materializar sob outras formas. Com isso, tudo ganha uma potencialidade de se converter em fluxo monetário. A informação tem virtualmente um grande potencial de se tornar lucro, posto que o neoliberalismo é o “governo das possibilidades” (LAZZARATO, 2011), ele se concentra não somente em fluxos da atualidade como também em fluxos futuros. A informação é a maneira mais explícita possível de revelar aquilo que pode ou não se converter em valor de moeda, além de trazer em seu bojo o meio, por excelência, em que se materializam profecias auto-realizáveis. Isto é, na medida em que os sistemas algorítmicos apontam para os comportamentos que devemos assumir, os investimentos que devemos fazer, e mesmo simulam ou fabulam o que poderemos vir a ser.

¹¹ De acordo com Salgado e Oliva (2019), há uma diferença entre a *cibercultura* e a *cultura digital* no que tange à apropriação da técnica algorítmica: uma “cibercultura” (uma forma de apropriação da técnica ligada sobretudo aos aspectos do controle de fluxos) e uma “cultura digital” (uma forma de apropriação da técnica ligada sobretudo aos aspectos dos fluxos controlados)” (p. 438).

2.2 Neoliberalismo e “transparência”

O neoliberalismo pode ser entendido como uma “política da sociedade”, pautada na inteligibilidade da medida, isto é, na previsibilidade calculada das possibilidades em virtude de um funcionamento planejado tanto do mercado financeiro quanto da produção de subjetividades. “Da sociedade” porque se introduz, justamente, segundo as demandas advindas da relação entre *político* e *econômico* que compõem a economia capitalista; e também porque se trata de um modo de governo, um poder que a economia capitalista exerce sobre o *homem de direito*. Segundo Dardot e Laval, o neoliberalismo

antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (2016, p. 17).

Ocorre que desde o século XVIII, o *homo economicus* tem ocupado os espaços políticos de maneira a se sobrepôr ao *homo juridicus*. Acontece que o sujeito da economia (ou *homo economicus*) não se interessa pela obtenção de direitos, ele se interessa somente pelos aspectos econômicos da organização social, o que dá lugar a dois processos heterogêneos de constituição político-econômica “por meio de uma dialética da renúncia” (LAZZARATO, 2013, p. 16). Trata-se de um processo de integração de cada um dos sujeitos de direito (ou *homo juridicus*) no interior de uma comunidade composta somente por sujeitos de direito, e de uma integração de cada um dos sujeitos econômicos no interior de uma comunidade composta somente por sujeitos econômicos, no intuito de operar uma multiplicação pautada não em um processo de renúncia, mas em um projeto *egoísta* dos interesses concernentes à própria individualidade e somente a ela.

Sendo assim, o sujeito neoliberal deve fazer uma escolha: a manutenção e obtenção de direitos ou a aquisição financeira. Uma das duas opções deve ser

renunciada, pois ambas juntas, em conformidade, são incompatíveis para o sistema. Por exemplo, ou se abre mão de direitos trabalhistas ou se abre mão do emprego, como se vê nas recentes altas dos índices de desemprego que atingem atualmente o Brasil¹².

O antigo liberalismo foi o sistema que operou a combinação entre o âmbito econômico e o jurídico como estratégia de conservação das formas de governabilidade global, introduzindo a noção de “sociedade civil”. O que queremos pôr em relevo aqui é que, quando se fala em *sociedade*, não se fala em uma realidade natural, inevitável ou primitiva, mas de uma simples e recentíssima tecnologia que não tem qualquer tipo de autonomia e tampouco de soberania em sua indissociável relação com o Estado. O cruzamento entre os âmbitos jurídico e econômico supramencionados deu à luz o que conhecemos por *governo neoliberal*.

As polarizações cristalizadas de poder e renda diferenciam e individualizam cada um dos indivíduos que compõem as relações de poder neoliberais, em que não importa a *troca*, mas a *concorrência* e somente ela, concorrência essa que gera desigualdade entre empresas e trabalhadores, assim como entre empresas e empresas, trabalhadores e trabalhadores. Toda a possibilidade de agir do governo neoliberal se concentra na concorrência, por isso ele não intervém *no* mercado, ele intervém *para* o mercado (LAZZARATO, 2013). Para intervir no mercado, seria necessário moldá-lo de acordo com os interesses e necessidades da sociedade como um todo, mas ocorre o contrário, são os interesses e necessidades da sociedade como um todo que são moldados a partir dos imperativos do mercado.

É nas trocas econômicas que ocorre o enfrentamento individual dos riscos, que o próprio indivíduo inserido na lógica neoliberal assume. As antigas técnicas disciplinares descritas por Michel Foucault no decorrer de sua obra genealógica e as novas técnicas securitárias descritas por Hardt e Negri (2014) constroem, em conjunto, a noção de “proteção social” com base na qual se instaura uma prioridade da vigilância em detrimento da punição, do exame e da exclusão (FOUCAULT, 2017). É aqui que entra o problema da relação entre “transparência” e neoliberalismo. Dardot e Laval ajudam a chegar às nossas posições frente ao tema, quando afirmam que:

¹²Os índices de desemprego são 12,7% de acordo com a pesquisa realizada em março de 2019 do IBGE, enquanto em 2014 a taxa era de 4,8%. Vale a pena mencionar os números relativos aos 10 milhões de trabalhadores em regime de precarização, como, por exemplo, entregadores de Ifood, que não deixam de ser desempregados, já que não contam com direitos trabalhistas.

Encontramos aqui a ideia de que o indivíduo deve mostrar-se “ativo”, ser “gestor” de seus riscos; assim, conseqüentemente convém que suscite e alimente uma atitude ativa em questão de emprego, saúde e educação. Para certos teóricos do novo rumo, como Ewald, essa sociedade do risco individual pressupõe uma “sociedade de informação” – o papel dos poderes públicos e das empresas deveria consistir em fornecer informações confiáveis sobre o mercado de trabalho, o sistema educacional, os direitos dos doentes etc. Isso significa ver uma complementaridade ideológica entre a norma de mercado baseada na “livre escolha” do sujeito racional e a “transparência” do funcionamento social, condição necessária para uma escolha ótima. Mas significa, sobretudo, instaurar um mecanismo que identifica o compartilhamento da informação e o compartilhamento do risco: a partir do momento que se supõe que o indivíduo tem condições de acessar as informações necessárias para sua escolha, deve-se supor que ele se torna plenamente responsável pelos riscos envolvidos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 414).

Ao assumir o risco, o sujeito neoliberal encontra-se em uma posição paradoxal, pois olhar exclusivamente para os interesses econômicos implica abrir mão da proteção jurídica. O risco é do consumidor e não do mercado. A vigilância neoliberal em suas múltiplas estratégias de assimilação sutis de sua lógica sobre o indivíduo neoliberal opera criando subjetividades condizentes com a passividade necessária para assumir o risco e servir aos imperativos do mercado. Entre essas subjetividades, a lógica da transparência se configura como um dos principais micromecanismos de produção e reprodução social. São quatro as subjetividades descritas por Hardt e Negri (2014) como constituintes do paradigma neoliberal: o *securitizado*, o *mediatizado*, o *endividado* e o *representado*. Vamos discutir cada uma delas acompanhando sua adequação com o problema da chamada “transparência” em relação ao *Estado de exceção* instaurado nas últimas décadas.

2.3 Estado de Exceção e *transparência*

O mundo polarizado que atravessou o século XX, dividido entre as forças capitalistas do Ocidente e a potência socialista soviética, ruiu na última década desse mesmo século instaurando a hegemonia de uma única superpotência global: o capitalismo ocidental. As antigas ameaças da hecatombe nuclear cederam lugar à guerra civil generalizada e a fronteira única guardada pelas forças militares da OTAN: instaurou-se desde então um Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004). Segundo o filósofo italiano Giorgio Agamben:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma "guerra civil mundial", o Estado de Exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (p. 13)

No interior desse Estado de Exceção global, as subjetividades devem ser concernentes com a configuração da totalidade política e econômica almejada e construída pelas relações de poder dominantes. As quatro subjetividades supracitadas são minuciosamente instituídas para fomentar esse Estado de exceção:

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o *endividado*. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o *representado*. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 21)

Como veremos, a questão da “transparência” perpassa cada uma delas. Para ilustrar essa relação entre as subjetividades neoliberais de que temos tratado e a atual configuração das relações de poder que propiciam sua emergência, começamos pela relação entre a subjetividade do *securitizado* e a circulação do termo “transparência”. Vejamos um dado, no portal de notícias G1¹³ temos a seguinte notícia:

Excerto 4. "Segurança e transparência", transparência diz presidente do TJMT em ofício ao CNJ sobre pagamentos a magistrados Presidente do Tribunal de Justiça de MT, Rui Ramos, alega que pagamentos de mais de R\$ 100 mil a 84 magistrados em julho foram feitos legalmente. (André Souza, G1 MT, 19/08/2017).

Isso que vimos descrevendo e que podemos chamar de *sociedade da transparência* (HAN, 2017) acompanha o desenvolvimento histórico desse Estado de exceção com os processos de securitização crescentes e o aprofundamento da legalização daquilo que somente seria considerado “emergencial”, visa-se eliminar a

¹³O portal do G1 é um site brasileiro, criado e mantido pelo Grupo Globo desde 2006. Se apresenta como um portal de notícias e tem a característica de assinar a autoria de suas publicações de forma coletiva.

diferença e tratar todos os cidadãos como seus inimigos: portanto a “transparência” seria uma característica da conduta que se espera dos sujeitos que, sob esse paradigma, são considerados como *capital humano* e não *sujeitos de direitos*. Somando-se à vigilância unilateral por parte do Estado e os imperativos de “livre competição” impostos pelo mercado financeiro, o discurso da “transparência” serve para balizar essas relações sociais.

A subjetividade do *endividado* se relaciona com a noção de “transparência”, como indicado no tópico anterior. Quando o sujeito assume o risco, ele assume também a dívida que ele contrai ao firmar um pacto. Por exemplo, se um determinado sujeito vai até o banco em que é correntista para tomar um empréstimo (com o intuito de atender a algum tipo de necessidade particular), a instituição bancária operará segundo o que podemos chamar de *lógica da transparência*, exigindo documentos que comprovem renda, ausência de dívidas, residência fixa, carteira assinada, etc., que promove uma manutenção da concentração de renda fora do alcance dos precarizados e desprestigiados. No entanto, há uma assimetria na relação entre o banco e o correntista: a “transparência” incide sobre o cliente, não sobre o banco. Essa é somente uma das formas como o imperativo da transparência pode criar sujeitos endividados.

Encontramos no jornal *O Globo* a seguinte manchete:

Excerto 5. Novas regras para negociação de dívidas.

Autorregulamentação da Febraban cria a possibilidade de acordo com endividados que ainda estão em dia. (Luciana Casemiro, *O Globo*, 12/08/2017).

O termo aparece, no texto abaixo, em sua variante “transparente” (grifo nosso):

Excerto 6. O receio é induzir a um comportamento ruim, de contratar e depois querer mudar as regras de parte a parte. Mas, acreditando na boa-fé do consumidor, o banco também agirá de boa-fé quando reconhecer a necessidade do cliente e buscar soluções para equacionar o problema. É uma busca pelo equilíbrio — afirma. Mecanismos mais adequados para tratar as questões do crédito, com relações mais **transparentes** e que pressuponham confiança, têm um efeito positivo para toda a sociedade, diz Ricardo Morishita, professor de Direito do Consumidor.

A matéria expõe as “novas normas” de tratamento da renegociação de dívidas entre os bancos e seus devedores aprovadas pelo Conselho de Autorregulamentação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em 2017, ano de muitas mudanças na condução das políticas econômicas no Brasil.

No que diz respeito à figura do *representado*, sua relação com o problema da “transparência” é mais explícita nos movimentos sociais que reivindicam “transparência partidária”, reivindicações para a “transparência” das decisões financeiras e orçamentárias cabíveis ao Estado e seus representantes, cobrança de declarações de bens e fortuna para com os candidatos a cargos públicos, etc. Como podemos observar no exemplo abaixo, em que o Movimento Transparência Partidária propõe uma reforma partidária:



Figura 10 - Captura de tela da página inicial do site do Movimento Transparência Partidária, acesso em 29/04/2018.

As marcas da representação se manifestam a partir da crença de que o sistema político-partidário, isto é, a representação institucional de um político em relação à população, deva “mudar”, ser reformada, para que a representação seja mais eficaz por meio de “transparência”.

A subjetividade do representado é de grande importância para a nossa pesquisa, já que existe uma relação direta entre a reivindicação de “transparência” das ações dos representantes políticos com a problemática da corrupção. A corrupção parece ser um importante elemento desencadeador do que chamaremos doravante *discurso da transparência*, assim como uma espécie de subterfúgio por parte do poder para instaurar uma política neoliberal. O economista escocês Mark Blyth, defende que (grifo nosso):

No caso do FMI, tornou-se o fornecedor de firme “vigilância” das políticas dos Estados-membros para aumentar a **transparência global**, pelo menos no mundo desenvolvido. No caso do mundo em vias de desenvolvimento, porém, o FMI tornou-se a força de polícia financeira por trás da aplicação daquilo que se designou como “programas de ajustamento estrutural”, também conhecidos como o Consenso de Washington aplicado na prática (2017, p. 235).

Por parte de órgãos como o FMI, há a instauração de um sistema de austeridade e de intensificação das dívidas e da instauração de um saber político-econômico a ser seguido pelo Sul global, o que interessa para nós é saber como essa instauração é acompanhada pelo termo na disseminação de uma política neoliberal que parta da construção de um consenso nas camadas inferiorizadas da população brasileira. O que nos leva a discorrer sobre a próxima subjetividade.

A figura do *mediatizado* é de extrema importância na imposição das palavras de ordem neoliberais, tal como no bem-sucedido processo de domesticação de praticamente a totalidade da população, não somente em nível nacional ou continental, mas em nível global. Além disso, o mediatizado é diretamente responsável pela transmissão e disseminação do discurso da transparência, irrigando o termo e contribuindo “nas complexas relações de dominação que os discursos organizam, de um processo de *aceitabilidade*” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 122). Lembremos que o mediatizado é o sujeito midiático. Ele cria a fórmula enquanto as mídias a disseminam de duas diferentes formas:

Em parte, no sentido de que, de forma geral, operam uma seleção e uma filtragem (filtragem que operam sobre o material já bastante filtrado antes); e, em parte no sentido de que a circulação a que submetem a fórmula – como diz Louis Quéré (1982: 121), que recusa um ponto de vista sistêmico e a ideologia do desempenho que o sustenta – “não pode ser reduzida a uma tecnologia do empacotamento e da transmissão de mensagens”. Ao contrário, deve ser vista como uma operação de transformação. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 121)

Retomando a noção de comunicação de Krieg-Planque conforme discutimos no tópico 1.2., a comunicação é o espaço em que as fórmulas são postas em circulação, isto é, realizam seu funcionamento, trazendo consigo as marcas dos espaços por onde circulou, se tornando cada vez mais prechos de sentidos.

No caso que estamos estudando, há, hoje, uma disseminação de dispositivos comunicacionais que reivindicam transparência, tal como, para tomar um caminho mais evidente, o Portal da Transparência, um portal governamental que participa de uma filtragem do que deve ou não ser “transparente” no exercício de instauração desse saber anticorrupção, regulado por uma formação discursiva neoliberal, como pretendemos mostrar ao longo de nossas análises.

No entanto, a mediatização das reivindicações por “transparência” não se resume somente a um âmbito institucional, mas se configura como uma espécie de dispositivo de vigilância que se estende à total mediatização da vida, tornando a vida “transparente”, por exemplo, por meio de redes sociais, é a plena conjunção entre o sujeito e o sistema de vigilância que regula sua forma de vida. De acordo com Han:

O vento digital da comunicação e da informação penetra tudo e torna tudo transparente. Ele atua através da sociedade da transparência; mas a rede digital como medium da transparência não está submetida a um imperativo moral. É de certo modo desprovida de coração, que do ponto de vista da tradição foi um medium metafísico-teológico da verdade. A transparência digital não é cardiográfica, mas pornográfica, produzindo também panópticos econômicos. Neles não se busca acentuar a moral do coração, mas maximizar lucros, chamar a atenção. A iluminação total promete, pois, uma exploração máxima (HAN, 2017, p. 53).

Ou seja, a rede digital, com suas diversas materialidades, induz o sujeito a conceber seus ambientes como “transparentes”, porém ela colabora com um sistema intrincado de vigilância que se volta contra o próprio usuário. O mediatizado não apenas é aquele que narra e confessa sua vida em redes sociais, mas também aquele que corrobora com o mito da total “abertura democrática” trazida pela internet e milita por sua manutenção. No corpúsculo constituído, há exemplos dessa relação que descrevemos:



Figura 11 - Captura de tela da notícia da seção Extra do jornal O Globo, publicado em 24/11/2016.

Lessandro Encarnação tem 33 anos, mora em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, estuda Turismo (UFF), adora assistir futebol e sair com a namorada. Um cara comum, mas que assumiu uma missão: manter os olhos bem abertos nas contas públicas da cidade. Um trabalho que já apontou rombos milionários nas contas da prefeitura e posturas pouco éticas dos vereadores. O reconhecimento chegou em forma de convite para que ele fale sobre sua experiência e discuta a **transparência** das contas públicas num evento nacional da Controladoria-Geral da União (CGU), na semana que vem, em São Paulo.

— Eu morei 16 anos fora e, quando voltei, vi que minha cidade não estava nada bem. Era comissário de bordo, vi muitos países, e mesmo os mais pobres da América Central não têm problemas como esses daqui. A questão do lixo, por exemplo, era para ter alguém na cadeia respondendo por isso — avalia.

Figura 12 - Captura de tela da notícia da seção Extra do jornal O Globo, publicado em 24/11/2016.

No recorte acima, vemos que o sujeito dedica seu tempo pessoal à atividade não-remunerada de fiscalizar e contabilizar os gastos públicos segundo uma lógica anticorrupção. Isto é, o sujeito leva às últimas consequências o aparato de mediatização da vida: ele dedica seu tempo de lazer à servidão, ele se voluntaria como peça da máquina midiática que sustenta a produção das subjetividades condizentes com a instauração das políticas neoliberais (“assumiu uma missão”). Ele doa a própria vida enquanto reforça a ineficiência do Estado: “rombos milionários”, “posturas pouco éticas”. Há algo que retoma o intertexto mítico do super-herói americano: um “cara comum”, que faz coisas comuns (“assistir futebol”, “sair com a namorada”), mas que no seu tempo livre “assumiu uma missão”, a de ser um justiceiro que luta contra o mal da “corrupção”, munido de sua arma: uma lupa, que o ajuda a “manter os olhos bem abertos”. Sua sanção ou pagamento foi sair no jornal e ser convidado pela CGU para “falar sobre sua experiência”, isto é, para servir de exemplo que recrutará outros sujeitos mediatizados para sua causa.

As subjetividades neoliberais sofrem com os recentes ataques midiáticos que visam a acusações generalizadas de corrupção. Conceitualmente, “corrupção” se opõe a “transparência”, “corrupto” é aquele que se esconde, “transparente” é aquilo que se permite ver. Do latim “corruptus”, temos “quebrar em pedaços”, “despedaçar”. Considerando essa etimologia, podemos dizer que um sistema corrupto é um sistema em migalhas, um sistema que veio abaixo. O medo da corrupção, que aparece sempre com esse artigo definido, referindo algo que se sabe o que é – a corrupção –, que vem acompanhado de um fascínio neoliberal, pode ser facilmente explicado pelo medo da responsabilidade e da liberdade exigida para levantar um novo edifício social sob os

escombros do antigo sistema “corrompido”. Em tais circunstâncias, as características subjetivas sob controle neoliberal apenas se intensificam, o endividado tem medo da corrupção, pois os “ladrões” podem roubar o pouco dinheiro de que dispõe para sobreviver; o representado intensifica suas esperanças no polo político oposto, polo este figurativizado por um “salvador da pátria”, que combata os “ladrões corruptos”; o mediatizado mergulha ainda mais em seus grupos de WhatsApp e nos programas sensacionalistas de TV para reclamar e ouvir reclamações acerca dos “ladrões corruptos”; o securitizado procura seguir os discursos punitivistas e aderir aos dispositivos de vigilância, para que sejam presos e inelegíveis os “ladrões corruptos”.

Quando as políticas neoliberais começam a fracassar na ocultação de suas múltiplas falhas, surge o pânico do “Estado corrupto”, os bodes expiatórios e as atribuições causalistas:

Excerto 7. Insatisfação com serviços públicos exige de governos mais transparência e menos corrupção.

Em relatório sobre como políticas e legislações podem coibir o desrespeito à lei e promover crescimento inclusivo, o Banco Mundial lembra das manifestações de 2013 no Brasil, quando protestos exigiram serviços públicos de qualidade ‘padrão FIFA’. Em situações de insatisfação, organismo financeiro recomenda usar recursos públicos de forma transparente e redobrar esforços contra corrupção. (ONU Brasil, publicado em 13/02/2017).

O título da matéria fala de uma insatisfação que se manifesta sob a forma de uma exigência: “mais transparência e menos corrupção”. Dá-se a entender que há uma relação dialética entre “corrupção e transparência”, que se afetam reciprocamente em termos quantitativos: quanto mais uma, menos outra. Ambas (transparência e corrupção) são polos opostos que operam um sobre outro uma tensão de forças conflitantes. Os insatisfeitos são representados pela retomada dos agentes dos “protestos [que] exigiram serviços públicos de qualidade ‘padrão FIFA’”. Retoma-se também a memória dos protestos contra o direcionamento dos gastos público à Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil em 2014, alvo de protestos no ano anterior. Tal retomada serve de argumento nem tanto para o combate a “corrupção”, mas para prevenção de revoltas populares, já que o “Banco Mundial lembra das manifestações” e “recomenda usar recursos públicos de forma transparente e redobrar esforços contra a corrupção”. Caso a finalidade do relatório fosse mesmo a diminuição da corrupção, a instituição não retomaria os protestos de 2013, mas retomaria a Constituição brasileira e mundial de

“combate à corrupção”. Isto é, 2013 aparece como um exemplo do que se quer evitar. Dessa forma, “mais transparência e menos corrupção” é um tratamento profilático contra as revoltas populares.

No dado abaixo a fórmula dialética (mais e menos) se modifica, vemos uma relação de causalidade diferente (mais e mais):

BRASIL

CORRUPÇÃO ›

Petrobras promete “mais petróleo e mais transparência”

A empresa apresentou os resultados do terceiro trimestre e afirmou que são urgentes medidas para prevenir futuros escândalos

PEDRO CIFUENTES

Rio de Janeiro - 17 NOV 2014 - 17:21 BRST

Figura 13 – Captura de tela da notícia publicada no El País, acesso em 16/01/2020.

No dado acima, a tag “corrupção” etiqueta uma notícia sobre “transparência”. Tal configuração indica uma associação no interior de um mesmo domínio semântico: “mais transparência” é uma medida “para prevenir futuros escândalos [de corrupção]”. Ao se referir a “futuros escândalos”, o enunciado retoma a memória da investigação ocorrida no 1º semestre do mesmo ano: que averiguava um desvio de 10 bilhões de reais dos cofres da Petrobrás. Ao qualificar “escândalos” como “futuros”, ao invés de dizer simplesmente “prevenir escândalos”, ressalta-se a importância dessa memória, pois “prevenir escândalos” teria um efeito de sentido no mínimo cômico se enunciado durante uma investigação de corrupção, já que soaria como uma confissão. A forma “mais petróleo e mais transparência” retoma uma forma bastante usual, “mais x e menos y”, subvertendo-a e, assim, causando um efeito de sentido de superação dos problemas passados: “mais e menos” agora será “mais e mais”. Se “transparência” substitui “corrupção” por ser semanticamente oposta a essa, “mais petróleo e menos corrupção” ganha ares positivos se assumir a forma “mais petróleo e mais transparência”.

Podemos ver abaixo um trecho do Prefácio de uma cartilha produzida pela ONG Transparência Internacional em parceria com Michael Freitas Mohallem, intitulada “Novas Medidas Contra a Corrupção”¹⁴, publicada em 2019. O excerto

¹⁴ A cartilha “Novas Medidas Contra a Corrupção” é produto da instituição Unidos Contra a Corrupção, que se apresenta da seguinte forma em sua página oficial na web: “A coalizão é formada por organizações

recortado ilustra uma típica forma de circunscrição de relação entre “corrupção” e “transparência” na atual conjuntura:

Excerto 8. A corrupção, sabemos melhor agora, é problema sistêmico. Local, nacional e global. Atinge o público e o privado. Ofende a ética, o direito, a economia e a política. Não é problema só do Judiciário, Ministério Público ou Legislativo. É vírus que se prolifera no comportamento de quase todos. Enfrentá-la exige abordagem que fortaleça instituições, aprimore os mecanismos de prevenção, como a transparência e o controle social, e ofereça os instrumentos necessários à responsabilização de corruptos e corruptores (Cartilha “Novas Medidas Contra a Corrupção”¹⁵, de autoria da ONG Transparência Internacional em parceria com Michael Freitas Mohallem, 2019).

“Corrupção” é colocada como um problema que “atinge o público e o privado”, portanto, além de um problema “local” e “nacional”, é também como um problema “global”. Há nessa premissa indícios de que o discurso não se atenta a tudo que está fora da dicotomia republicana entre Estado (público) e corporação (privado), isto é, a população, que não pode ser representada por nenhum dos dois tipos de instituição. Por outro lado, a população, apesar de não ser considerada como vítima de corrupção, é julgada como corrupta e responsabilizada como corruptora: “[a corrupção] é vírus que se prolifera no comportamento de quase todos”, nesse “quase todos” quem são exceções representadas por “quase”? Isso não se especifica. A “transparência e o controle social” são “mecanismos” que podem prevenir a corrupção, por isso devem ser aprimorados. Para aprimorar mecanismos de “transparência” e “controle social”, a vida das populações deve ser controlada pelas “instituições” em um poder que se exerça substancialmente sobre suas subjetividades, isto é, em nome da “transparência” e contra a “corrupção”, devem-se produzir seres humanos domesticados, moldados, controlados, adestrados, que se distribuem no espaço de uma forma específica, condizente com a

sem fins lucrativos, movimentos e instituições sem vínculos partidários, com atuação reconhecida no país, e que são representativas da sociedade civil, da academia e de governos locais. Seus propósitos são mobilizar, discutir e propor meios de implementação das propostas da campanha Unidos Contra a Corrupção, as quais contemplam medidas efetivas para obter avanços nas diferentes dimensões que compõem essa agenda. Buscamos combater a corrupção para além de nossas diferenças, através da união e com espírito democrático.”. Disponível em: <http://unidoscontraacorrupcao.org.br/quem-somos/>, acesso em 16/01/2020.

¹⁵ A cartilha “Novas Medidas Contra a Corrupção” é produto da instituição Unidos Contra a Corrupção, que se apresenta da seguinte forma em sua página oficial na web: “A coalizão é formada por organizações sem fins lucrativos, movimentos e instituições sem vínculos partidários, com atuação reconhecida no país, e que são representativas da sociedade civil, da academia e de governos locais. Seus propósitos são mobilizar, discutir e propor meios de implementação das propostas da campanha Unidos Contra a Corrupção, as quais contemplam medidas efetivas para obter avanços nas diferentes dimensões que compõem essa agenda. Buscamos combater a corrupção para além de nossas diferenças, através da união e com espírito democrático.”. Disponível em: <http://unidoscontraacorrupcao.org.br/quem-somos/>, acesso em 16/01/2020.

manutenção das relações de poder. Qual a “ética” que está sendo ofendida? Quais direitos estão sendo violados? Os que concernem à esfera da “economia”, pois “não é problema só do Judiciário, Ministério Público ou Legislativo”. Portanto, ao combater a “corrupção” fazendo uso da “transparência”, operam-se mecanismos de controle que promovem a manutenção dos interesses neoliberais.

Como pudemos ver, estão intrinsecamente relacionados os conceitos de “transparência” e “corrupção” em relação ao problema das produções de subjetividades condizentes com o neoliberalismo. Cobram-se punições, leis, informações, prevenções, etc. De qualquer forma, no interior das relações neoliberais, “transparência” é cura de “corrupção”.

Nestes dois últimos tópicos, introduzimos as condições que fizeram emergir discursos sobre “transparência” no espaço público, relacionando o problema do neoliberalismo com o problema invocado por “transparência”, para que no tópico seguinte adentremos a investigação das condições de produção no que diz respeito ao contexto mais específico: o neoliberalismo no Brasil e a criação da Lei de Acesso à Informação.

2.4 O neoliberalismo no Brasil e a Lei de Acesso à Informação

De acordo com os dados apresentados acima, percebe-se que o Brasil passa já há algum tempo por um processo de financeirização e inserção em uma política neoliberal de caráter global. Sabendo que o neoliberalismo é, como qualquer outro sistema de poder, um conjunto de relações que marcam os corpos em que se manifestam, descreveremos neste tópico as condições de produção que propiciaram uma inserção nacional de uma sociedade da transparência, no intuito de atingir um entendimento satisfatório das condições de emergência do termo “transparência” enquanto fórmula discursiva, segundo nossa hipótese de trabalho.

Em *Esferas da Insurreição*, coletânea de ensaios escritos sobre a crise política brasileira e as eleições presidenciais de 2018, a psicanalista Sueli Rolnik (2018) aponta que no ano de 2004 deu-se início ao projeto de “financeirização” neoliberal do Estado brasileiro. Segundo a psicanalista, ocorreu um golpe midiático que tinha por finalidade destruir a popularidade de que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva gozava naquele momento. O primeiro governo Lula, aparentemente um governo social-desenvolvimentista (NOBRE, 2013), apesar de ter feito algumas concessões para certas

políticas neoliberais, se manteve como força política no campo da esquerda, promovendo medidas de distribuição de renda, como a recuperação do valor do salário-mínimo. Até o escândalo midiático do "mensalão", decorrente da Ação Penal 470, o Partido dos Trabalhadores - PT tinha certa autonomia para gerir seu governo nesses termos. Tal acusação trazia à tona a denúncia de um esquema de propinas mensais para deputados aliados ao governo em troca de apoio ao poder executivo. Em 2005, surgiu a CPI que avaliaria as denúncias; em 2006, 38 denúncias foram levadas ao STF, cujo relator era o ministro Joaquim Barbosa, que, por sua vez, iniciou um processo contra os acusados. Os grandes veículos midiáticos brasileiros destacaram o nome de dois membros do PT: o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o então presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno. Os espectadores de tevê, os leitores de jornais e revistas e os ouvintes das grandes estações de rádio, isto é, praticamente a totalidade da população brasileira, foram submetidos a uma narrativa que se dispunha a desmoralizar o governo e plantar um profundo sentimento de ódio nos potenciais eleitores (ROLNIK, 2018). Esse foi um primeiro momento de fortalecimento dos ideais neoliberais, já que esses mesmos aparelhos midiáticos trataram de criar uma grande polarização em que a esquerda se associava a “corrupção”, e a direita se associava a uma imagem de honestidade, em seus termos, de “transparência”. Afinal, em uma lógica mecanicista, a corrupção era aquilo que o governo do PT escondia, tornava opaco aos olhos do povo.

Em um segundo momento, durante o ano de 2014, houve manifestações massivas por todo o país. Aos poucos, percebeu-se que tais manifestações colocavam em marcha um golpe de Estado, uma forte indignação frente à “corrupção” dos governos petistas, cuja figura máxima agora era a presidenta da república Dilma Roussef. A partir daí, houve uma aceleração visível do processo iniciado em 2006, pelo então ministro Joaquim Barbosa, agora presidente do STF, em que se executava a prisão de figuras importantes do governo Lula e do PT no dia 15 de novembro de 2013, ou seja, no dia da Proclamação da República, dando ao evento um efeito de sentido ligado ao nacionalismo e ao patriotismo que seria constantemente evocado nos anos seguintes. Esses últimos eventos inflamaram na população um grande número de ideais conservadores e retrógrados concernentes à extrema direita, como sabemos.

Em 2013, a Controladoria Geral da União inicia o programa Brasil Transparente por meio da Portaria nº 277, de 07 de fevereiro de 2013, que tinha por objetivos:

- I - promover uma administração pública mais transparente e aberta à participação social;
- II - apoiar a adoção de medidas para a implementação da Lei de Acesso à Informação e outros diplomas legais sobre transparência;
- III - conscientizar e capacitar servidores públicos para que atuem como agentes de mudança na implementação de uma cultura de acesso à informação;
- IV - contribuir para o aprimoramento da gestão pública por meio da valorização da transparência, acesso à informação e participação cidadã;
- V - promover o uso de novas tecnologias e soluções criativas e inovadoras para abertura de governos e o incremento da transparência e da participação social;
- VI - disseminar a Lei de Acesso à Informação e estimular o seu uso pelos cidadãos;
- VII - incentivar a publicação de dados em formato aberto na internet;
- VIII - promover o intercâmbio de informações e experiências relevantes ao desenvolvimento e à promoção da transparência pública e acesso à informação.

Em uma matéria produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada no portal de notícias R7, é divulgada, via ONG Transparência Internacional, uma pesquisa feita pelo Ibope no dia 8 de julho de 2013 (ou seja, logo após as Manifestações de Junho de 2013) em que quatro em cada cinco brasileiros classificavam os partidos brasileiros como “corruptos”:

Excerto 9. Segundo o autor do informe [nota da Transparência Internacional sobre a pesquisa do IBOPE], os indicadores mostram que os brasileiros estão cansados de não saber como o poder é administrado, quem paga por ele, quem recebe e quem se beneficia.

— Os partidos são como caixas-pretas e, para mudar essa percepção, uma reforma importante será dar mais transparência ao financiamento dos partidos.

Ainda segundo a avaliação de Salas, que é diretor regional da ONG para as Américas, as manifestações nas ruas no Brasil colocaram "uma pressão enorme" sobre os políticos.

— Depois das manifestações no Brasil, se os partidos não mudarem, vão acabar de se afundar.

O representante da TI alerta também para a possível aparição e fortalecimento de líderes carismáticos por causa do descrédito dos partidos políticos. Conclui, porém, que o resultado das manifestações de junho é positivo.

— O que ocorreu dá esperança (Agência Estado, publicado em 09/07/2013).

Começa a surgir uma demanda que liga as reivindicações por “transparência” e o sistema partidário, o dado acima mostra uma preocupação relativa ao “financiamento

dos partidos”. No entanto, tal “percepção” acabou por contribuir com a instauração de esquemas judiciais que caçavam alguns políticos e partidos em detrimento de outros. Em 2014, deu-se início à operação Lava-jato, em que o juiz federal Sérgio Moro apurava um esquema de propinas da Petrobrás. 23 prisões ocorreram no dia 15 de novembro de 2014, isto é, novamente no dia da Proclamação da República.

Entre 2014 e 2015, emergiram manifestações massivas pró-ditadura militar que pediam, entre outras coisas, a prisão do ex-presidente Lula e o impeachment da então presidenta Dilma Roussef. Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, promoveu abertura do processo de impeachment a partir do documento apresentado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal, concluído em 31 de agosto de 2016 com a cassação do mandato da presidenta eleita. A operação Lava-Jato recebeu o prêmio Contra a Corrupção da ONG Transparência Internacional “por sua atuação no caso que **desvelou** o esquema existente na Petrobrás” (Talita Bedinelli, jornal *El País*, publicado em 04/12/2016, grifo nosso). *Desvelar é retirar o véu*, o véu cobre aquilo que constitui a verdade, sendo a vontade de verdade o próprio desejo negativo em relação ao véu. O véu separa a vontade de verdade da transparência absoluta. *Desvelar o esquema da Petrobrás* equivale a *criar um valor de verdade até então ocultado*. No entanto, não se trata de uma vontade direcionada ao objeto sob o véu, mas de uma vontade que se direciona a um desejo reativo, pois não se pode sentir falta de uma verdade que, por estar sempre escondida sob um véu, não conhecemos. Isto é, não se sente falta daquela verdade com a qual nunca tivemos contato.

Essa série de eventos definiu as condições de emergência da fórmula no interior do espaço público, como veremos a partir do Capítulo 3, para a instauração plena e cabal do neoliberalismo por meio da gradual disseminação das reivindicações por transparência.

CAPÍTULO 3

A CIRCULAÇÃO DO TERMO “TRANSPARÊNCIA” COMO FÓRMULA DISCURSIVA

No capítulo anterior, que trata das condições de emergência de acontecimentos que tornaram propícia a projeção do termo “transparência” no espaço público, vimos que “transparência” se opõe muito frequentemente a “corrupção” – e não a “opacidade”, por exemplo. A pergunta que nos guia neste capítulo é: como se deu esse atual arranjo, como descrito acima, que, em termos de sentido, faz com que a palavra “transparência” circule segundo esse traço semântico?

Em seu intuito de compreender o funcionamento dos termos que configuram o que chama de fórmulas discursivas, Krieg-Planque (2010) propõe uma circunscrição do “objeto fórmula” a partir de quatro propriedades, que têm por função determinar “certas tomadas de posição no método de apreensão do objeto, tanto do ponto de vista da construção do corpus (...), quanto no que diz respeito a orientações metodológicas” (2010, p. 61). Retomando o que apresentamos sucintamente na introdução, essas propriedades são:

- o caráter cristalizado da fórmula;
- sua dimensão discursiva;
- seu funcionamento como referente social;
- seu aspecto polêmico.

Podemos dizer, acerca da propriedade da cristalização, que se trata de uma forma linguística relativamente estável, mas que pode comportar variantes conforme os usos de diferentes posicionamentos e institucionalidades. Sobre a dimensão discursiva, por se tratar de um material linguístico em uso social, é histórica e socialmente demarcada, portanto disputada como descrição do real. Essa forma cristalizada em uso assume a condição de referente social porque cada enunciador é interpelado e deve tomar uma posição frente a sua existência, seja contra ou a favor, colocando-a em circulação, e o aspecto polêmico se deve justamente às diferentes posições ideológicas que disputamos sentidos dessa sequência linguística, expondo a multiplicidade de institucionalidades que constituem a sociedade e que pleiteiam os sentidos que a sequência linguística condensa (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Com base nessas propriedades, o estudo de termos que se alçam à condição de fórmulas discursivas permite observar como o vocabulário sociopolítico se organiza no espaço público em determinada conjuntura.

Acompanhar uma possível fórmula discursiva é, assim, desembaraçar as várias linhas que compõem esse espaço público, na expectativa de compreender como o consenso e o contraditório estão se organizando em uma dada conjuntura em uma certa sociedade.

Sendo assim, vamos ver, a partir daqui, como essas quatro propriedades delimitam o funcionamento do termo *transparência*.

3.1 Cristalização

O caráter cristalizado da fórmula possibilita certo poder de concisão, que “permite à fórmula circular, no sentido material do termo, é ela que permite à sequência ser integrada a enunciados que a sustentam, a incluem, a retomam, a reforçam, a reiteram, a recusam” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 71). No caso em estudo, “transparência” se apresenta, no *cópus*, como um significante relativamente estável desde a aprovação da Lei de Acesso à Informação. Sob um ponto de vista linguístico, “transparência” é uma unidade lexical simples. No *cópus* podemos observar uma variante, o adjetivo “transparente”, também uma unidade lexical simples. Segundo Azeredo (2011, p. 146), trata-se de um sintagma básico, como são todos aqueles “formados por uma classe de palavra apta a constituir por si só o respectivo sintagma”. Entendemos assim que, como um substantivo, um nome comum, “transparência” funciona como um sintagma nominal, que consiste em uma única palavra. Nas ocorrências no *cópus*, percebemos que “transparência” ocupa essa posição de sintagma e funciona como tal. Isso acontece porque o substantivo “transparência” sempre aparece como núcleo do sintagma:

Excerto 10. Falta de transparência e “pedalada” na gestão Alckmin são investigadas. (Patricia Faermann, Jornal GGN, publicado em 06/11/2017).

O enunciado trata das investigações relacionadas ao governo do Estado de São Paulo: a “gestão Alckmin”, em ocasião da prestação de contas referente ao balanço do ano de 2017. O sujeito da enunciação denuncia “falta de transparência” no processo. É ambíguo no enunciado se “falta de transparência” é uma causalidade decorrente de “pedalada” ou se ambas são diferentes atributos que pesam na investigação. De

qualquer forma, a conjunção “e” sugere que coexistem “falta de transparência” e “pedalada” e que ambas “são investigadas”. Chama a atenção que se usa o termo “falta” para descrever o que caracteriza a investigação, apontando um elemento negativo, isto é, dizendo algo que não ocorreu, ao invés de utilizar um termo positivo que se oponha semanticamente àquilo que falta, como, por exemplo: “opacidade”, “corrupção”. O substantivo “pedalada” pode funcionar como esse termo semanticamente oposto, mas a conjunção “e” neutraliza essa condição quando sugere que além de “pedalada” há tal “falta de transparência”. Trata-se, portanto, de um eufemismo, na medida em que um termo reforça o sentido do outro.

Também consideramos a variante “transparente”, que aparece como adjetivo (“x é transparente”). Como podemos ver no dado que segue:

Excerto 11. "Falta gestão transparente em todo o Brasil", diz Maria Elena Johannpeter. (Emily Canto Nunes, iG São Paulo, publicado em 06/08/2014).

Já no exemplo acima, figura o adjetivo “transparente”. O adjetivo vem acompanhado do substantivo “gestão”, isto é, “transparente” é algo que qualificaria uma “gestão”. No entanto, o enunciado diz que “falta” tal atributo “em todo o Brasil”. Como vimos no enunciado anterior, a denúncia aqui também se baseia no aspecto negativo da falta.

Em ambos os dados expostos acima, o uso de “falta de” substituindo um termo semanticamente oposto funciona como uma estratégia enunciativa de polidez, não se acusa ninguém de promover algo como “opacidade” ou “corrupção”, já que não se afirma uma ação disfórica, mas nega-se a existência de uma ação eufórica. O enunciador não se compromete, ainda que faça oposição. Um outro ponto importante em ambos os dados é que se referem aos governos por meio do substantivo “gestão”. Tal termo é característico do governo neoliberal, pois implica a queda das fronteiras entre Estado e corporação, quando retoma no interdiscurso a memória do campo empresarial, adotando um termo típico da semântica do discurso corporativo: a “gestão”. Quem gere é o gerente e não o presidente da República ou o governador do Estado, mas, quando a tal diferença é apagada, pode-se ver uma peculiaridade neoliberal: a amalgamação entre as esferas pública e privada.

Um indício de cristalização é que podemos encontrar verbetes do termo na versão digital de dois dicionários tradicionais¹⁶ como o *Aulete digital*¹⁷ e o *Michaelis*¹⁸, dispostos abaixo, respectivamente:

transparência

(trans.pa.rên.ci.a)

sf.

1. Característica ou estado do que é transparente.
2. Folha de plástico transparente em que se imprimem textos, gráficos, desenhos etc. para serem projetados em tela pelo retroprojetor.
3. Fig. Qualidade de quem demonstra sinceridade e/ou lisura: Sua transparência fez com que ganhasse a admiração dos amigos.

Transparência

trans·pa·rên·ci·a

sf

- 1 Propriedade do que é transparente: “Emílio e Fernando riam gostosamente, oferecendo ao sapateiro mais cerveja e mais aguardente. O infeliz, encantado pela transparência brilhante dos copos, deixava-se atordoar e ia bebendo... bebendo” (RP).
- 2 Folha de acetato utilizada para impressão de gráficos, mapas, pontos importantes de um tema, desenhos etc., que são projetados por equipamento apropriado.
- 3 Característica de quem age de modo franco e sem subterfúgios.
- 4 GRÁF Matriz de impressão feita em material transparente.

Além disso, conta com páginas na Wikipédia¹⁹:

¹⁶Justificamos a utilização das versões digitais de dois dicionários considerados tradicionais, o *Caldas Aulete* e o *Michaelis* devido à facilidade de acesso, já que são disponíveis para acesso grátis, enquanto dicionários como o *Aurélio* e o *Houaiss* cobram uma licença de uso para que o usuário possa acessar os verbetes. Isto é, no caso do *Aurélio* e do *Houaiss*, trata-se de um acesso muito menos democrático, já que, com as tendências relativamente novas de pesquisas online, sua licença foi comprada pela Microsoft.

¹⁷ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/transpar%C3%Aancia>, acesso em 12 de novembro de 2018.

¹⁸ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/transpar%C3%Aancia/>, acesso em 12 de novembro de 2018.

¹⁹ A Wikipédia, segundo o próprio site, é um “projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilíngue estabelecido na *internet* sob o princípio *wiki*. Tem como propósito fornecer um conteúdo livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar.” (disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Transpar%C3%Aancia_\(desambigua%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transpar%C3%Aancia_(desambigua%C3%A7%C3%A3o))), acesso em 12 de novembro de 2018). O site é, para os usuários, um primeiro contato com diversos temas em pesquisas formais ou informais, por isso nos serve de parâmetro para medir o interesse público acerca do termo.

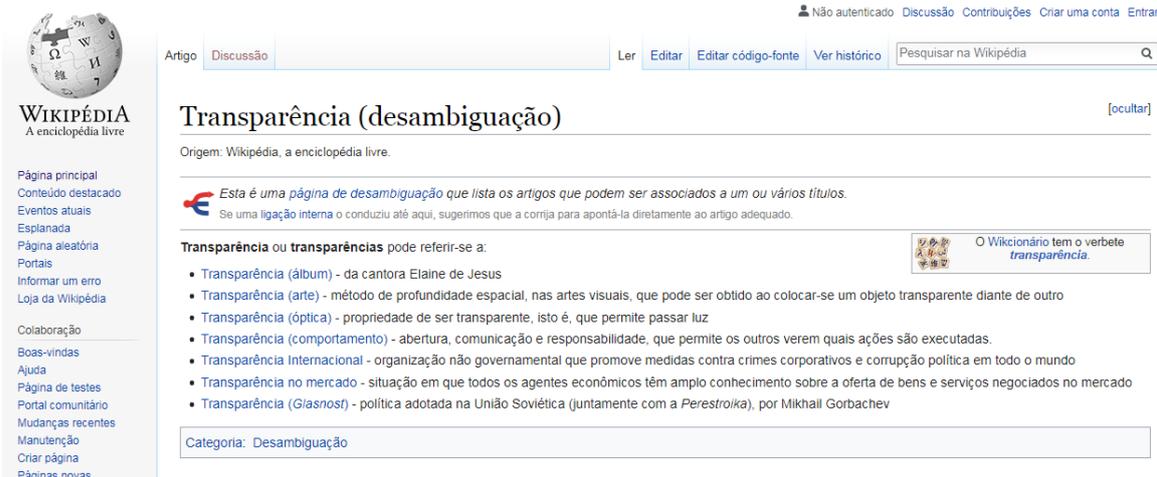


Figura 14 - Captura de tela da página da Wikipédia do termo "Transparência" (24/06/2019).

As páginas “Transparência (comportamento)”, “Transparência Internacional”, “Transparência no mercado” e “Transparência (Glasnost)” contribuem para a circulação de uma metáfora que faz migrar a característica de um fenômeno físico para um fenômeno político e social. Por se tratar de um ambiente colaborativo, em que os próprios usuários podem ser produtores dos conteúdos, o fato de haver diferentes páginas dessa enciclopédia dedicadas ao termo indica certo interesse por “Transparência”, que, por sua vez, ocupa na imagem acima uma relação que abarca homônimos mais específicos como “Transparência (álbum)”, “Transparência (arte)”, “Transparência (óptica)”, etc., o que aponta para certo grau de cristalização. Cada página apresenta um nome cujo sentido distinto é atribuível a um mesmo significante, a especificação entre parênteses não é de ordem linguística, mas indica, para o usuário da enciclopédia, o campo em que circula o significante em tela.

Tomamos como referência na construção do corpus a Lei de Acesso à Informação, isto é, como um indício importante do caráter cristalizado da fórmula, pois no artigo 3, parágrafo IV do documento que explicita os princípios e diretrizes da Lei, encontramos “IV - fomento ao desenvolvimento da *cultura de transparência* na administração pública” (BRASIL, 2011) e no artigo 41º parágrafos I e II, temos:

I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação; II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública. (BRASIL, 2011)

Se o documento tem por princípio fomentar o desenvolvimento de uma “cultura da transparência”, ele tem por finalidade cristalizar uma prática relacionada a essa mesma cultura. Já na cartilha *Acesso à Informação Pública: Controladoria-Geral da União Brasília 2011: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*, produzida pela Controladoria Geral da União como um instrumento didático de implementação para funcionários públicos, o termo aparece 11 vezes, o que não significa necessariamente que a cristalização se dá a partir da lei, mas se trata de algo que a lei reforça, ratifica, ou seja, garante que essa “cultura da transparência” possa ser fomentada:

A Lei 12.527 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção.

Nesse sentido, a atuação dos agentes públicos, comprometidos com a transparência e ao acesso à informação, mostra-se essencial e determinante para o sucesso e a eficácia da Lei.

Ao estabelecer este marco regulatório, o Brasil dá um importante passo em sua trajetória de transparência pública.

A transparência não é assunto novo no País: diferentes leis e políticas já contemplaram, de maneiras variadas, esta questão (BRASIL, 2011).

No trecho acima, afirma-se que há uma “trajetória de transparência pública” no Brasil, que “transparência não é assunto novo no País”, ou seja, “transparência” é algo já construído antes e alhures, já contemplado em leis e políticas estabelecidas: retoma-se, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, que prevê o controle dos gastos públicos de estados e municípios; a Controladoria-Geral da União (2003), órgão que fiscaliza as decisões orçamentárias do governo Federal; a Lei Complementar nº 131 (Lei da Transparência) de 2009, que prevê a obrigatoriedade de estados e municípios publicarem seus dados orçamentários.

Os órgãos responsáveis pela vigilância de práticas que promoveriam “transparência” também cristalizam o sintagma, pois levam “transparência” no nome, como, por exemplo, Transparência Brasil, Transparência Internacional e a Controladoria Geral da União que, a partir de 2016, se tornou o Ministério da Transparência e Controladoria da União.

Cabe aqui a distinção entre “as cristalizações de ordem estrutural (ou formal) das cristalizações de ordem memorial” de que fala Krieg-Planque (2010, p. 64). As primeiras são formas que se cristalizam na língua e na gramática, passam a fazer parte

delas: em nosso *cópus*, por exemplo, sempre que “transparência” aparece, entre um conectivo “e” e um outro substantivo abstrato, este último substantivo se insere em um campo semântico que gravita em torno das temáticas da gestão política e/ou de tecnologias midiáticas. Por exemplo, são recorrentes em nosso *cópus* construções como:

Excerto 12. “Ceará Transparente garante ao Estado prêmio em Transparência e Fiscalização Pública” (Controladoria Geral do Estado do Ceará, publicado em ceara.gov.br, em 13/12/2018).

Excerto 13. “Estatais sofrem com falta de transparência e ingerência” (Queila Ariadne, publicado no *Jornal O Tempo* em 24/04/2017).

Excerto 14. “Tite 'escorrega' ao falar de transparência e democratização na CBF” (Silvio Barsetti, publicado no portal Terra em 03/10/2017).

Dentro de outras cristalizações de ordem estrutural, isto é, aquela que “remete a uma análise sistemática das expressões cristalizadas nos termos da língua e nas categorias da gramática” (EBEL; FIALA *apud* KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 64), fica evidente que o termo pode se manifestar de várias formas. Na cristalização de ordem memorial, encontramos “frases feitas” como “combate à corrupção”, para citar alguns exemplos:

Excerto 15. “Transparência e combate à corrupção nos governos Lula e Dilma” (Gleisi Hoffmann, publicado em *Brasil 247*, em 15/02/2016).

O excerto 15 separa “transparência” e “corrupção”, a primeira é ligada a um “combate” à segunda pela conjunção “e”, portanto, ambas não são a mesma coisa, mas se complementam. O enunciado ainda diz: “nos governos Lula e Dilma”, atribuindo ao tempo, categoria enunciativa que diz respeito ao período histórico, os nomes dos governantes, levando o enunciatório a associar a ação de “combate a corrupção” aos dois nomes citados como ligados à “corrupção” a ser combatida. A data em que o enunciado foi publicado propicia tal tentativa de associação, já que o governo Dilma sofria inúmeras acusações de “corrupção” e “falta de transparência”, pelo quê, como sabemos, respondia a um processo de impeachment.

Excerto 16. “Maior transparência e combate à corrupção” (Redação do *DIÁRIO DA MANHÃ*, publicado em 31/08/2018).

No excerto 16, vemos novamente a associação entre os termos “transparência” e “combate à corrupção” ligados pela conjunção “e”. Aqui “transparência” é precedida pelo adjetivo qualificativo “maior”, que indica um aumento de intensidade. Pela datada publicação, sabemos que esse aumento de intensidade é relativo ao período anterior, passávamos por um período de campanhas para as eleições presidenciais. Em outras palavras, aumenta-se a intensidade de “transparência” para que se evite uma nova crise política.

Excerto 17. “Transparência lança documento com propostas de combate à corrupção” (Redação do G1, publicado em 05/06/2018).

Ao contrário dos enunciados anteriores, o excerto 17 não associa “transparência” e “combate à corrupção”, mas coloca a primeira como uma promotora da segunda, aquela que “lança documentos com propostas de combate à corrupção”. Enquanto a senadora Gleisi Hoffmann, no excerto 15, associa esse papel a Lula e Dilma, aqui (excerto 17) ele é atribuído à Transparência Internacional. O órgão é colocado no enunciado como a atualização material e concreta do conceito de “transparência”, quando omite parte de seu nome (“internacional”), sua natureza institucional (ONG), e a coloca como agente.

Para observar essas diferentes ordens de cristalização, se faz necessário investigar como se dá sua circulação. Por ser um significante relativamente estável, é a concisão que permite à fórmula condensar em si discursos acerca de questões sociopolíticas que sintetizam seu teor. Há “uma tendência das fórmulas a ‘reduzir’ – como se diz de um molho no domínio culinário – à medida que sua circulação aumenta e sua estrutura se fortalece” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 71), isto é, um princípio de economia relativo ao uso do termo acaba condensando um enunciado como “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã” em “Lei da Transparência” e, posteriormente, “transparência”, como tem circulado, cuja “razão de ser reside menos numa lei do menor esforço ou numa regra da preguiça articulatória natural dos locutores do que nos benefícios discursivos que eles podem obter de determinações assim reduzidas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 73). Tal redução é o que permite que o sentido se evapore, se desprendendo dos contextos e adentre outros campos discursivos. No caso dos enunciados seguintes, a mudança de campos se torna clara:

Excerto 18. “Governos Lula e Dilma: transparência e combate à corrupção” (Davis Sena Filho, publicado no jornal Brasil 247, em 08/09/2016).

Excerto 19. “Organizador do Outubro Rosa pede transparência no tratamento do câncer de mama” (Mariana Tokarnia, publicado em Agência Brasil, em 01/10/2014).

O enunciador do excerto 19 leva em conta a repercussão gerada por enunciados como o excerto 18 para realizar uma estratégia que busca adesão pública ao seu apelo, evidenciando “transparência” como um significante partilhado, construindo-se como um referente social. Trata-se de uma disputa pelos sentidos que acompanha a fórmula “transparência”, em sua característica de ser composta por um único item lexical, que a dota de um contorno impreciso, o que contribui para o aumento de sua circulação e intensifica o seu caráter polêmico. Afinal, o termo é regulado por diferentes formações discursivas a cada vez que é enunciado por diferentes atores sociais, como podemos ver nos exemplos a seguir:

Excerto 20. A transparência necessária: políticas públicas são financiadas por impostos. É obrigação do governo prestar contas do dinheiro que os brasileiros desembolsam (*Época*, publicado em 12/04/2018).

Excerto 21. Quem relaciona a transparência apenas com a corrupção e a liberdade de informação desconhece seu real alcance. Ela é uma coação sistêmica que abarca todos os processos sociais, submetendo-os a uma modificação profunda. Hoje, o sistema social submete todos os seus processos a uma coação por transparência, para operacionalizar e acelerar esses processos. A pressão pelo movimento de aceleração caminha lado a lado com a desconstrução da negatividade. A comunicação alcança sua velocidade máxima ali onde o igual responde ao igual, onde ocorre uma reação em cadeia do igual. A negatividade da alteridade e do que é alheio ou a resistência do outro atrapalha e retarda a comunicação rasa do igual. A transparência estabiliza e acelera o sistema, eliminando o outro ou o estranho. Essa coação sistêmica transforma a sociedade da transparência em sociedade uniformizada (*gleichgeschaltet*). Nisso reside seu traço totalitário, em uma “nova palavra para dizer uniformização: transparência” (Byung Chul Han em *Sociedade da Transparência*, livro publicado em 2017 pela Editora Vozes, p. 9).

Vemos acima uma formação discursiva que defende que a transparência é “necessária”, já que “é obrigação dos governos prestar contas”, e uma que defende é um sintoma da “falta de confiança”. Um enunciado é regulado por um conjunto de crenças e valores que tende a associar a vontade de verdade a um saber relativo à gestão do dinheiro público, enquanto o outro é regulado por uma crença de que aderir às reivindicações por transparência é consentir a negação da “alteridade” e a

“uniformização” totalitária (“sociedade uniformizada”) da população operada em nome da manutenção das relações de poder. São entendimentos distintos do que pode ser ou não “transparência”, o excerto 20 associa “transparência” ao dinheiro público reforçando sua oposição semântica a “corrupção”; o excerto 21 associa “transparência” ao controle social que permeia as configurações políticas e sociais que atravessam o capitalismo contemporâneo. O excerto 20 parte em defesa de uma política “transparente”, enquanto o excerto 16 a denuncia como uma forma de “uniformização” e apagamento das diferenças.

O caráter cristalizado da fórmula auxilia o analista em sua busca pelas ocorrências em diversos suportes materiais, o que traz vantagens e desvantagens: sua cristalização permite ao analista, já imerso em sua constante busca, identificar a fórmula nos lugares onde ela se encontra; por outro lado, somente o aparecimento do significante não é suficiente para que o termo tenha um estatuto de fórmula sem as exterioridades que o acompanham, que lhe conferem características de um enunciado: aparecer em um dado espaço, em uma dada conjuntura histórica, enunciado por um sujeito atravessado por uma memória discursiva.

3.2 Dimensão discursiva

Uma materialidade relativamente estável e, por isso, de fácil reconhecimento configura o caráter cristalizado da fórmula. Contudo, a fórmula não é apenas uma noção linguística, ela é, principalmente, uma noção discursiva. A fórmula só existe em decorrência dos usos que fazemos dela (KRIEG-PLANQUE, 2010), de operações de retomada e de comentário que a fazem circular além do funcionamento “normal” em relação a outras sequências linguísticas. Ou seja, a fórmula é também socialmente e historicamente demarcada, entra no jogo das relações de poder de um determinado espaço e um determinado tempo.

Alguns dados ajudarão na exposição do problema (grifos nossos):

Excerto 22. As informações que constam na “Lista de **Transparência** sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil” são oficiais uma vez que fornecidas pelo Ministério do Trabalho através de solicitação formal e transparente, que obedece a todos os trâmites legais previstos na Lei de Acesso à Informação. Solicitação que pode ser repetida por qualquer cidadão, organização social ou empresa. Informação livre é

fundamental para que as empresas e outras instituições desenvolvam suas políticas de gerenciamento de riscos e de responsabilidade social corporativa. Tanto a portaria antiga quanto a nova portaria que regulamentam a “lista suja” não obrigam o setor empresarial a tomar qualquer ação, apenas garantia transparência. Muito menos a relação aqui anexa. São apenas fontes de informação a respeito de fiscalizações do poder público. A **Transparência** é fundamental para que o mercado funcione a contento. Se uma empresa não informa seus passivos trabalhistas, sociais e ambientais, sonega informação relevante que pode ser ponderada por um investidor, um financiador ou um parceiro comercial na hora de fazer negócios. (Leonardo Sakamoto, reportagem para o *Repórter Brasil*, publicada em 06/06/2016)

Excerto 23. A formatura é um sonho que se vive desde o início da graduação. E quando ela se aproxima, é natural que os estudantes procurem por empresas especializadas, que possam auxiliar na realização de cada detalhe da colação de grau, e também do baile dos formandos. Nesse momento, a escolha da produtora consiste em uma das etapas mais importantes, quando deve-se considerar a **transparência** na apresentação dos serviços, e a referência sobre trabalhos anteriores. (Ana Flávia Hantt, publicado no site *Tudo e Todas*, em 02/12/2016)

Excerto 24. A jovem que denunciou um caso de assédio no dia 4 de fevereiro, no bar Quitandinha, na Vila Madalena, Zona Oeste de São Paulo, publicou na tarde desta terça-feira (16), em sua página no Facebook, um post criticando a edição de um vídeo divulgado pelo estabelecimento. No texto, ela cobra **transparência** e diz esperar por justiça. "É difícil entender tudo quando não há áudio e os diálogos sórdidos não são ouvidos. Os olhos só veem o que querem. Mas, esperamos, a justiça verá tudo. E ouvirá a todos. E, sem edições, poderá chegar a uma conclusão", escreveu [a denunciante]. (G1 São Paulo, publicado no portal do G1, em 16/02/2016)

Excerto 25. O Estado de Santa Catarina é pioneiro na implantação do sistema audiovisual para os procedimentos de flagrante e desde terça-feira (29), a Delegacia da Comarca de Jaraguá do Sul também passa a contar com esta nova ferramenta. A tecnologia garante mais agilidade e **transparência** nos procedimentos policiais. O sistema é um programa de software para captação de som e imagem de depoimentos coletados nas delegacias. Os depoimentos que antes eram registrados em papel passam a ser coletados em som e vídeo, e os arquivos são anexados aos processos. (Sem autor, publicado no Jornal JDV, em 02/12/2016)

Excerto 26. A Oficina Amiga da Mulher é uma certificação para centros automotivos. Desenvolvida por uma técnica em mecânica, tem como objetivo garantir a **transparência** nos serviços e o atendimento de qualidade. Além de padronizar os processos, o projeto é ligado ao movimento HeForShe, da ONU Mulheres e tem como missão sensibilizar um mercado majoritariamente masculino. Além de emitir os selos, a Oficina Amiga das Mulheres capacita o público feminino por meio da produção e do compartilhamento de conteúdo. De acordo com Bárbara Brier, idealizadora do projeto, “as mulheres decidiram entender como os carros funcionam, não querem mais ser passadas para trás”. (Laurie Andrade, publicado no portal R7, em 06/12/2017)

Cada um dos enunciados apresenta certas relações em que “transparência” é uma reivindicação por “justiça”, ainda que de maneira implícita, o que parece ser condizente com as subjetividades emergentes dos arranjos neoliberais que constroem os aspectos políticos e as formas de vida de nossa época, conforme desenvolvemos no Capítulo 2. As reivindicações por justiça parecem se mostrar sob a forma de um arranjo limitado à conservação de valores já cristalizados no interior do ambiente político-discursivo. Vemos nos excertos uma diversidade de temas em que “transparência” é mobilizada, como, por exemplo, sistemas de vigilância, de policiamento, de capacitação para o mercado de trabalho, de rituais comemorativos e de fiscalização das legislações.

O excerto 22 foi extraído de uma matéria publicada no portal da ONG Repórter Brasil, pelo jornalista Leonardo Sakamoto em 06/06/2016. O autor menciona uma lista de nomes de empresas envolvidas com trabalho escravo, denominada “Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo”. Posiciona-se acerca da importância da lista utilizando “transparência” como uma justificativa: a “liberdade de informações” é igual a “transparência” e resultaria em uma prática eufórica porque atrairia “investidores” e “parceiros comerciais”. A afirmação da lógica regida pelo mercado de trabalho se choca com “a falta de informação” e, portanto, de “transparência” no interior dessa mesma lógica, como se o problema do trabalho escravo fosse simplesmente uma questão de ruído e ocultação informacional, como se o problema não fizesse parte das relações de poder reguladas por esse mesmo “mercado” que, segundo o enunciador, deve funcionar “a contento”. Ao fazer uso do termo em caixa-alta no início da palavra, o enunciador lhe confere certa notoriedade, como uma entidade sagrada ou algo hierarquicamente superior no sentido moral.

No excerto 23, texto do campo publicitário, recomenda-se “transparência” como um dos pré-requisitos para a contratação de uma produtora para a realização da formatura. Constrói-se um paradigma em que a existência de “transparência” se associa a algo positivo, necessário para a conduta satisfatória de um prestador de serviços. A transparência funciona como uma garantia de que não haja quebra fiduciária na relação entre empresa e indivíduo, o discurso por “transparência” funciona como uma intensificação de uma universal associada a “transparência”, como se os programas de verdade não fossem adaptados às suas condições de produção e “a transparência” fosse imutável.

Destacado de uma notícia do portal G1, o excerto 24 narra uma denúncia de assédio sofrido por uma jovem em um bar na zona oeste de São Paulo e a sua

reivindicação por “transparência”, segundo o portal, já que ela alega que o vídeo entregue à polícia teria sido editado, isto é, que ele teria sido subtraído de seus traços de “transparência”, sendo essa manipulada. Esse excerto apresenta uma interessante estratégia enunciativa em que o enunciador toma a palavra se passando pelo sujeito do enunciado: ele fala pela vítima, mas não com a vítima, já que é o enunciador quem categoriza a denúncia como uma busca por “transparência” e não o sujeito ancorado no enunciado.

No excerto 25, uma ferramenta é apresentada como potencialidade de intensificação de “transparência”. Trata-se de um software que captura, em som e vídeo, depoimentos prestados na delegacia. Nesse enunciado, “transparência” se relaciona com uma formação discursiva tecnocrática, como se os problemas sociais pudessem ser resolvidos com a aplicação de tecnologias digitais que reforçam uma suposta necessidade de aumento da vigilância policial, que atenuaria os problemas de criminalidade.

Já o excerto 26, se configura uma captura institucional das lutas que envolvem o problema da desigualdade de gênero. Propõe-se a padronização de uma prática que tem por fim a inserção de um grupo identitário na lógica do mercado, anulando as singularidades em nome da manutenção do mercado por meio da inclusão de um grupo minoritário, de sua captura.

Nos cinco enunciados apresentados, apesar das enunciações que são tematizadas de maneiras diferentes, verificamos uma aparente assimilação entre “transparência” e “justiça” pelos enunciadores. Ambas são colocadas como imprescindíveis para um “bom funcionamento” da sociedade. Isso indica que é o campo discursivo em que o sintagma “transparência” emerge como fórmula que fornece essa potencialidade, enquanto campo fértil de possibilidades de circulação de um sintagma dotado virtualmente de grande produtividade no campo político. As instituições de poder parecem se pautar pelo sentimento reativo de “falta de justiça” para conseguir a adesão dessas subjetividades constituídas pelas relações de poder neoliberais, para que estas últimas possam encenar seu papel da maneira esperada; promete-se “justiça”, pois a promessa funciona como um ato performativo que constrói a previsibilidade daquele que foi alvo da promessa.

No caso de “transparência”, trata-se de uma fórmula que figurava no interdiscurso como parte importante nas demandas por justiça, anticorrupção, constituintes de uma crescente disputa no espaço público, quando substitui e

ressignifica termos como “informação” e “abertura”, sempre recorrentes no *cópus*²⁰, atualizando também a própria intensificação reativa dos atores sociais que as reivindicam. A Lei de Acesso à Informação, criada em 2011, condiz, segundo nossas hipóteses, com as configurações das condições de produção relatadas no capítulo anterior e com as formações discursivas que as regulam, já que a Lei atende a toda reatividade imposta pelos regimes capilares que compõem o biopoder (os governos, as instituições financeiras e jurídicas) aos sujeitos que passam a reivindicar “transparência” inclusive no serviço público. Isto é, o sujeito é conduzido a uma vontade de verdade que corresponde às demandas que atendem a tais instituições, por exemplo, expor procedimentos administrativos (tais como o fechamento de contas) de governos do Sul global para instabilizar governantes democraticamente eleitos. A emergência das subjetividades neoliberais apresentadas acima figura em toda a extensão do *cópus* constituído: somos *representados, mediatizados, endividados e securitizados* no e pelo discurso da transparência.

A dimensão discursiva da fórmula será retomada no decorrer de nossas investigações acerca de seu caráter polêmico, adiante.

3.3 Referente social

Quando uma fórmula emerge e se cristaliza a partir de um “conjunto de forças sociais” (FIALA; EBEL *apud* KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 18), os enunciadores são convocados a assumir uma posição em relação a ela. O contexto leva os enunciadores a “tomar partido”, a opinar, a se inserir na discussão para qualificá-la positiva ou negativamente, para que tomem parte, que sejam produtivos em seu processo de constituição. Dessa forma, um termo se torna um *referente social*, pois a fórmula ganha o espaço público a partir dos usos e garante a construção de uma memória discursiva.

“Transparência” é uma unidade lexical simples, como dissemos, o que facilita sua circulação. Segundo Krieg-Planque (2010, p. 62), ainda que “a questão da permanência do significante seja fácil de tratar no caso das unidades lexicais simples, é bem mais complicada quando nos interessamos por sequências morfossintaticamente

²⁰ O *cópus* está disponível no seguinte endereço: <https://www.dropbox.com/sh/aeV6x84n1wfjatg/AACozSwk3b75C3RXkL3xLiGva?dl=0>.

mais complexas”. No caso das unidades simples, trata-se de uma estabilidade formal que facilita a cristalização porque facilita as retomadas.

O funcionamento da fórmula como referente social é indicado também por sua circulação em ambientes e materiais institucionais de todo tipo – midiáticos, acadêmicos, de ONGs, publicitários, religiosos, desportivos, etc. Além disso, sua presença funciona como pré-requisito em operações burocráticas, policiais, jurídicas e legislativas, o que lança uma luz sobre a sua visibilidade e consagração. Um exemplo de notoriedade é a troca de nome da Controladoria Geral da União, órgão que fiscaliza as ações do governo e incentiva políticas anticorrupção, para Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, em 2016. Trata-se de um acontecimento significativo a partir do qual podemos mostrar que a fórmula é legitimada no nível da representação a ponto de compor um nome de ministério, assim como em suas múltiplas secretarias instaladas nos municípios e estados. Note-se que o termo foi incluído junto aos termos que já designavam o órgão, numa sugestão de que a transparência não estava prevista antes em suas práticas constitutivas; o termo acrescido é a novidade nesse nome. Em uma busca por “transparência” em Projetos de Lei, emendas à Constituição, Medidas Provisórias, etc. no site da Câmara dos Deputados, podemos atestar essa produtividade da fórmula: são 4075 resultados em 373 páginas de um arquivo com extensão .pdf. A seguir, alguns dos dados obtidos (grifos nossos):

PL 7990/2017 – “Dispõe sobre a **transparência** e publicidade de relações financeiras estabelecidas entre a indústria da área da saúde e os médicos.” (BRASIL, 2019).

PL 10167/2018 – “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir a **transparência** das filas de espera de consultas, exames e tratamentos, e a divulgação dos protocolos clínicos ou de diretrizes terapêuticas para doenças utilizados em estabelecimentos que prestam serviços ao SUS.” (BRASIL, 2019).

PL 136/2019 – “Institui a ‘Lei da **Transparência** Tributária’, dispondo sobre fornecimento de informações relativas à arrecadação tributária federal.” (BRASIL, 2019).

PL 5479/2016 – “Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de garantir a **transparência** na utilização da contribuição sindical e prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU.” (BRASIL, 2019).

No PL 7990/2017, “transparência” e “publicidade” são separadas e distinguidas pelo conectivo “e”, mas nenhum dos termos é definido. *Tornar transparente é tornar público? Publicizar é, assim, tornar transparente?* A causa da redundância não é

aplicação de um mesmo termo para cada diferente objetivo, pois o fim descrito no excerto é um só: expor “as relações financeiras”. O termo “transparência” parece ter sido usado como estratégia retórica para conferir um peso institucional ao documento. No PL 10167/2018, “transparência” aparece como uma técnica dirigida à comprovação de que não há trapaceiras ou qualquer tipo de irregularidade nas filas de espera do SUS, servindo também de instrumento de prevenção. O adjetivo ganha aqui um status de um Ser animado, ele garantirá a ordem, ainda que não seja explicitado o sentido que a ele se atribui e, tampouco, o meio pelo qual ordem será garantida. Em PL 136/2019, “transparência” integra o nome do projeto e, portanto, da futura lei, mas, ainda assim, não é definida, só se sabe que tal projeto é direcionado ao “fornecimento de informações relativas à arrecadação tributária federal”. Será que esse “fornecimento de informações” seria “transparência”? Se sim, qual a causa de se chamar “Lei da Transparência Tributária” e não “Lei da Informação Tributária”? O que há no termo que o confere tamanha credibilidade? Em PL 5479/2016, “transparência” aparece como um elemento regularizador das ações sindicais, que agora devem prestar contas, ser expostas à União. O importante é que, em projetos de lei, artigos e emendas constitucionais, documentos que deveriam ser o mais claro possível, não há qualquer definição encontrada do que se entende, como funciona, como se consegue “transparência”.

No setor empresarial, políticas internas de empresa se declaram regidas por “transparência”, o que pode ser evidenciado pela prática de inserção de abas intituladas “transparência” nas páginas web das empresas. A fórmula ainda aparece como slogan publicitário, sob a forma de uma qualificação eufórica: somos transparentes. Um exemplo de uso pode ser visto no excerto 27 abaixo:

Excerto 27. “Somos transparentes

Usamos materiais diferentes sim, mas nossa maior diferença está na **transparência**. **Transparência** essa que ilumina a luz da consciência. Consciência de que não agredimos qualquer ser vivo. Que protegemos o meio ambiente.” (Manifesto Ahimsa, publicado no site oficial da empresa²¹).

O enunciado acima foi retirado de um site de uma fábrica de sapatos, trata-se de um trecho do “manifesto” das políticas da empresa. Aqui “transparência” adquire uma forte inspiração iluminista: “Transparência essa que ilumina a luz da consciência”.

²¹ Site oficial da empresa: <https://useahimsa.com/a-marca>, acesso em 30/10/2019.

Iluminar é fazer ver ou fazer saber, ascender a “luz da consciência”, algo que retoma o intertexto filosófico do “século das luzes”. Porém, é um saber que se volta para o próprio sujeito que enuncia, como um remédio para sua má-consciência, de forma que “transparência” acaba por ser relacionada, de uma forma um tanto obscura e forçada, com uma prática de proteção do “meio ambiente”. Não se especifica como essa relação acontece e muito menos o que é “transparência”, mas o termo carrega aqui um valor, uma carga moral, o que confere à empresa sua “maior diferença”. Reiteramos a falta de definição do termo, o que lhe confere uma grande opacidade.

No dado abaixo, vemos a forma como uma empresa do setor petrolífero se vale do termo “transparência” ao construir uma imagem eufórica de si:



Figura 15 - Captura de tela da aba 'Sustentabilidade' do site da Empresa Shell, disponível em <https://www.shell.com.br/sustentabilidade/transparencia-e-anti-corrupcao.html>, acesso em 17/01/2020.

Na publicidade acima, a empresa direciona a construção de uma imagem de si, a partir de efeitos gerados pelo enunciado “transparência e anti-corrupção”. Mais uma vez vemos uma distinção e, ao mesmo tempo, uma ligação entre os termos através da diferença, operada pelo conector “e”, entre “transparência” e um outro termo que poderia apresentar uma grande similaridade, isto é, uma relativa sinonímia: anti-corrupção. O “anti-” denota um posicionamento reativo em relação a “corrupção”, como se o enunciado dissesse “sou contra a corrupção”, mas sou a favor de “transparência”. No entanto, como estratégia enunciativa típica da publicidade, a afirmação tem prioridade em relação à negação, pois “transparência” antecede “anti-corrupção”. O diferencial dessa publicidade, em relação à maioria dos dados que compõem nosso

cópus, é que ela define, ainda que de maneira sutil e implícita, o que entende por “transparência”: “compromisso com a integridade, honestidade e respeito pelas pessoas na condução de nossas atividades”, ao mesmo tempo em que define o que é “anti-corrupção”, em suas “atividades”, como: “ofertas diretas ou indiretas, pagamento, solicitação ou aceitação de suborno são inaceitáveis para a Shell”. É importante reparar que “transparência” é definida por um conjunto extremamente abstrato de valores sociais relativos a cada diferente posicionamento discursivo, a cada diferente época e em cada diferente comunidade. Ou seja, os valores evocados por significantes como “honestidade”, “respeito”, “integridade” etc., são diferentes para cada posicionamento, tal estratégia enunciativa busca totalizar um ethos eufórico de si para qualquer enunciatário possível quando não define em termos concretos o que faz, em termos práticos, para ser “transparente”. A definição de “anti-corrupção”, ao contrário, se dá a partir da enunciação de práticas concretas, diretamente relacionadas à recusa de dinheiro que se apresenta de forma ilícita, retomando no interdiscurso os já-ditos acerca da corrupção que tanto atormenta e direciona a conduta das subjetividades neoliberais, cujo mote gravita em torno da caça às bruxas (os “corruptos”), como vimos no capítulo anterior.

A fórmula também dá nome a prêmios institucionais, como o Troféu Transparência da Associação Nacional de Executivos e Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) junto com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Serasa Experian; e a edição de 2018 do Prêmio Innovare, que premia servidores da área jurídica, teve por tema práticas que promovam a “transparência” no poder público.

Um desses prêmios foi divulgado conforme se vê na imagem abaixo:



15ª. Edição do Innovare dará destaque ao Combate à Corrupção

Em 2018, A Comissão Julgadora destacará iniciativas que tiverem como objetivo principal criar mecanismos para prevenir, combater ou dar transparência ao poder público.

Figura 16 - Cabeçalho do prêmio do Instituto Innovare publicado no site <https://www.premioinnovare.com.br/>. Acesso em 13/03/2019.

Temos uma formulação ambígua em um dos enunciados, que diz “criar mecanismos para prevenir, combater ou dar transparência ao poder público”. Dá-se a entender que se quer “prevenir” e “combater” o “poder público”, ou então “dar transparência” a ele, como se fosse “transparência ou nada”, ou “transparência a qualquer custo”, mesmo que isso signifique combater ou prevenir o poder público, pois os dois verbos no infinitivo indicam uma ação direcionada ao objeto (“poder público”). É importante ressaltar que o poder público é o grande responsável pela manutenção do Estado Democrático de Direito, já que ele é o conjunto de órgãos em que se realiza a República: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, o conjunto que, em uma República, legitima e garante a soberania popular. “Transparência” é colocada, ainda que de maneira inconsciente, acima dos preceitos democráticos.

A circulação do termo claramente extrapolou o campo da gênese da fórmula, de reivindicações institucionais direcionadas à problemática relativas ao termo “corrupção”, passou a circular como um traço de “obrigação moral e cívica” nos mais variados campos.

Excerto 28. Transparência e amor: torcida arrecada fundos para construir campo do CT. Grupo de torcedores do Santa Cruz já conseguiu R\$ 47 mil em três meses de campanha (Daniel Lima, Folha de S. Paulo, em 17/08/17).

O enunciado acima liga, por meio da conjunção “e”, “transparência” e “amor”, dois termos que podem soar incompatíveis: “transparência” pressupõe desconfiança, enquanto “amor” pressupõe confiança. Se o amor é a manutenção de um sentimento decorrente de uma alegria externa, a desconfiança é a dúvida em relação a uma alegria externa. Dúvida e contentamento não podem ser compatíveis, já que o contentamento implica uma plenitude, e dúvida implica uma falta. Não se reivindica “transparência” se não houver dúvida. A dúvida no caso do enunciado acima é uma dúvida de gestão monetária: “fundos para construir o campo do CT”. O “amor” da “torcida” deve ser monitorado e regulado pela vontade de verdade que permeia negócios do mundo financeiro.

Temos, a seguir, um exemplo de atravessamento para um campo não explorado até aqui, o campo místico, em uma notícia sobre o mapa astral da atriz Demi Moore:

Excerto 29. Mapa Astral mostra como Demi Moore vive o amor. Aniversariante desta sexta, atriz valoriza fidelidade e **transparência** na relação. (Ego, publicado em 11/11/2011).

Nessa ocorrência, o uso de “transparência” foi deslocado para o campo das relações afetivas: “fidelidade e transparência na relação”, aproximando o relacionamento afetivo a um contrato institucional. “Fidelidade” não é sinônimo de “transparência”, a existência de uma não pressupõe a existência de outra, já que a “fidelidade” é um atributo decorrente de um *saber-poder* confiar que exclui a necessidade de vigilância subentendida na “transparência”. Isto é, ver através é ver o que se passa, se preocupar com o que ocorre do outro lado. A “fidelidade” valorizada pela “atriz” “na relação” amorosa é, ao contrário, uma exclusão da necessidade de vigilância, pois a “transparência”, nesse enunciado em particular, se baseia em algo como: “não precisa me vigiar, eu exponho o que você quer ver”. Nesse caso há, portanto, uma inversão do sentido, a vigilância passa a ser entregue voluntariamente pelo vigiado, pressupõe-se pelo contexto que em acordo mútuo, excluindo dos envolvidos o trabalho acarretado pela vigilância. O que o sujeito do enunciado “Demi Moore” “valoriza” é o estabelecimento de um contrato entre as partes que preze por uma ideia de “transparência” que visa à manutenção da “fidelidade”.

Nos dados seguintes, “transparência” aparece como parte de um serviço oferecido em um site de compra e vendas:

PE » Petrolina, Garanhuns e região » Celulares e telefonia » Apple » Petrolina » Maria Auxiliadora

Transparência, compromisso venha fazer seu orçamento

Inserido em: 4 Maio às 15:04

R\$ 11



uiltonmoreno
(87) 9883 ... ver número

Iniciar chat

Dicas de Segurança

Evite pagar adiantado
Desconfie de anúncios não realistas

Favoritos Denunciar Compartilhar

Preço: R\$ 11

Figura 17 - Captura de tela do anúncio publicado no site OLX, em 04/05/2018.

Trabalho honesto e com transparência

Inserido em: 23 Abril às 09:39

R\$ 50



nilosobral30
(95) 9810 ... ver número

Iniciar chat

Dicas de Segurança

Evite pagar adiantado
Desconfie de anúncios não realistas

Favoritos Denunciar Compartilhar

Preço: R\$ 50

Figura 18 - Captura de tela do anúncio publicado no site OLX, em 23/04/2018.

O termo aparece logo no enunciado que apresenta os produtos, destacando a importância de trabalhar com “transparência”. Em ambos os dados acima, “transparência” aparece como um produto materialmente realizado que possa ser comprado e vendido. O substantivo abstrato perde aqui parte de sua abstração, no que diz respeito ao conceito. Ambos os anúncios oferecem serviços técnicos, isto é, trabalhos paradoxalmente abstratos, imateriais, que não oferecem um produto final concreto, mas um trabalho que se concentra em torno de um saber especializado e que, assim, consiste em ações concretas que têm por base uma práxis intelectual²². No primeiro anúncio, o enunciado “Transparência, compromisso venha fazer seu orçamento” promete “transparência” e “compromisso”, o uso da vírgula indica que “transparência” não é um compromisso, são coisas separáveis. No entanto, a vírgula também parece indicar uma gradação, se difere do “e” que aparece em tantos outros dados. Tal gradação é relativa ao engajamento que cresce indo da “transparência” ao “compromisso”, e a um grau de especificidade, que vai da “transparência”, como algo

²²É paradoxal também o fato de que a *práxis*, como trabalho intelectual, que não gera resultados transcendentais ao fazer (pensar), se coaduna com a *poiesis*, que lega um resultado material constitutivo de um bem durável e, por isso, um produto material derivado da ação (a máquina de lavar e/ou computador funcionando normalmente). Para entender de maneira mais substancial a ideia, ver Marx (2011).

generalizado e abstrato, a um comportamento específico a ser adotado para com os clientes desse serviço. Portanto, não se trata de um compromisso de ser transparente. Sendo assim, o que seria? Um privilégio? Uma questão de “qualidade” e/ou de “segurança”, como explicita o anúncio. No anúncio “Trabalho honesto e com transparência”, vemos novamente a presença da conjunção “e” que coloca “trabalho honesto” e “transparência” como coisas distintas: além de ser um trabalho honesto, também é um trabalho transparente. A definição de “transparência” pode ser entendida a partir de não ditos que nos levam a entender que “transparência” remete a imediaticidade e se opõe a “paciência”: “está cansado de esperar sua máquina volta [sic] da oficina?”. A concretização do enunciado em forma de pergunta retoma uma memória discursiva que remete ao intertexto da propaganda publicitária televisiva (“está cansado de...?” – “temos uma solução” ou “seus problemas acabaram!”). A solução para esse cansaço é a “transparência”, já que o que é implicado é que o cliente pode assistir (isto é, ver com “transparência”), em tempo real, o conserto de sua máquina em “sua casa” de “imediato” e “com garantia”, excluindo qualquer tipo de má-fé e de “espera”. O nome da oficina também tem um traço semântico que acumula sentidos ao que é oferecido: Máquinas 100% – esse 100% tem papel importante na delimitação dos termos *transparência* e *honestidade*, retomando o intertexto popular do ditado que diz “à mulher de César, não basta ser honesta, tem de parecer honesta”, ou seja, é honesto e mostra que é: transparência.

Frente à variada circulação do sintagma em sua condição de referente social, pode-se dizer que “transparência” é um signo conhecido por todos, tem um caráter dominante na conjuntura atual brasileira.

3.4 Polêmica

Vimos nos tópicos acima três das propriedades da fórmula: que ela se cristaliza em uma materialidade relativamente estável, que tem um caráter discursivo que, de fato, é o que contribui para sua cristalização, na medida em que os usos vão atribuindo sentidos a essa unidade linguística, e tem a propriedade de constituir-se como um referente social, que decorre da intensificação desses usos. Agora vamos tratar da sua quarta característica: seu caráter polêmico, que diz respeito à disputa pelos sentidos que nela estão condensados.

A fórmula supõe um caráter polêmico que é “indissociável do fato de que ela constitui um referente social” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100), isso porque a fórmula discursiva é, em certa medida, um denominador comum, que se insere em um espaço de disputa por ser sempre veiculadora de questões políticas e sociais. Ela

(...) põe em jogo a existência das pessoas: a fórmula põe em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros. Às vezes a fórmula põe em jogo sua própria vida (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

Como temos visto, o termo “transparência” tem um grande peso na constituição do contexto político que atravessamos no Brasil atualmente. Ele participa de embates na arena de que fala Bakhtin, como um elemento constituinte da história recente de nosso país. Se a fórmula “põe em jogo a vida das pessoas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100), ela, inevitavelmente, é colocada como um objeto de posicionamentos que lutam pela legitimidade de descrever o real. É essa característica que distingue a fórmula discursiva de outros enunciados cristalizados com alto grau de circulação, como provérbios, expressões idiomáticas, entre outros.

A fórmula “transparência” tem apresentado, em nosso corpus, um caráter a que chamaremos *tirânico* porque a polêmica em seu entorno é fraquíssima: o termo se impõe como influência irresistível. Nos discursos jornalísticos, religiosos, políticos, técnicos e publicitários, isto é, discursos que, de uma maneira ou de outra, têm algum papel ativo na manutenção das subjetividades neoliberais, não se apresenta qualquer nível de polêmica: não há menção ao modo como o outro convoca o termo. Por mais que haja uma divergência de opiniões entre a relevância social do conceito de “transparência”, não há qualquer indício de distinção em termos de sentido. Já em discursos acadêmicos (filosóficos e científicos), humorísticos (charges, sobretudo) e literários (romances), vemos que há diferenças de sentido quando colocados em relação com os discursos jornalísticos, religiosos, políticos, técnicos e publicitários. Isso ocorre porque o conceito de “transparência”, como adotado pelas instituições neoliberais, aparentemente não é compatível com esferas sociais desinteressadas da produção de subjetividades neoliberais. Isto é, o termo “transparência”, segundo nossos achados, condensa debates que confrontam diferentes pontos de vista do que é a verdade que

melhor representaria um referente qualquer, no caso em estudo: quanto mais “transparência”, mais clara e diáfana é a visão do outro lado do objeto “transparente”. A semântica de cada formação discursiva gera embates entre elas, cada uma reivindica para si posicionamentos baseados no entendimento de ser mais próximo da “realidade” e mais distante das “ideologias” (que normalmente figuram no espaço público, uma em oposição às outras), como se uma concepção de realidade fosse possível sem interferências ideológicas.

Seguem alguns exemplos de discursos jornalísticos, políticos, técnicos e publicitários.

Em janeiro de 2018, a defesa do ex-presidente Lula lançou uma nota, no dia 29, na qual acusa o juiz do caso (Sérgio Moro) de violar direitos fundamentais do acusado (Lula). Recortamos o seguinte excerto no portal G1 (grifo nosso):

Excerto 30. As provas apresentadas demonstram como os direitos fundamentais do ex-presidente Lula continuam sendo violados, como o julgamento do recurso foi injusto e **sem transparência**, como os juízes que não fazem parte da jurisdição do TRF-4 tentaram interferir no processo e a desconsideração de grande quantidade de provas da inocência de Lula produzida pela defesa (G1, 30/01/2018).

Há uma conexão entre “injusto” e “sem transparência” que sugere que justiça e transparência são termos que se implicam, como condição um do outro. O enunciador ressalta a falta (“**sem** transparência”, “que **não** fazem parte”) para apontar um defeito que ocasionaria a imperfeição do processo jurídico. A exposição daquilo que falta na ação do outro funciona como uma afirmação implícita dos “direitos fundamentais do ex-presidente” cuja existência é “violada” a partir de um julgamento “injusto” e “sem transparência”.

Em uma matéria do Portal UOL²³ do dia 25/07/2018, aparece um enunciado do então juiz federal da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, Sérgio Moro, respondendo à acusação do enunciado acima:

Excerto 31. "Podem me acusar de muita coisa, mas sempre agi com transparência”.

²³ Universo Online (UOL) criada em 1996, é uma empresa brasileira produtora de conteúdo, serviços e produtos da Internet, integrante do conglomerado midiático Grupo Folha.

Tal enunciado aparece em um contexto em que o magistrado respondia a deputados federais sobre sua decisão de negar um *habeas corpus* solicitado pela defesa do ex-presidente Lula. Quando o ex-juiz enuncia “Podem me acusar de muita coisa”, ele usa de uma estratégia que confere ao enunciado um efeito de honestidade, de quem até pode ter cometido erros (“muita coisa”), mas não o erro de não agir “com transparência”: “transparência” é um valor acima de todos os outros que por ventura ele tenha ferido. Ao olhar para a conjuntura em que o enunciado foi proferido, sabemos que houve um pedido de *habeas corpus* por parte da defesa do ex-presidente Lula e que “podem me acusar” aponta para um pré-construído que consiste na acusação de erro na condução legal do processo dirigida ao juiz Moro como podemos ver na nota dos advogados do então réu, analisada acima. “Transparência” é usada no enunciado como uma estratégia de defesa. O enunciado pode ser dividido em: *a*) me acusam (“podem me acusar”) “de muita coisa” (errar); *b*) “sempre agi com transparência” (dentro da lei, sem erros). A conjunção coordenativa de oposição “mas” anula a negatividade pressuposta em *a*), de que houve erro no processo. Isto é, *b*) é usada para se defender de *a*) com base no argumento de que se agiu com “transparência”. O termo tem um valor tão arraigado que, por si só, serve de argumento de defesa, sem que haja necessidade de definição.

Vemos uma clara dissonância entre os dois posicionamentos, em sua forma de relacionar “transparência” com aquilo que se pretende, por meio dela, designar: um dos sujeitos se pauta em argumentos jurídicos e institucionais, enquanto o outro se apóia em uma defesa individual e moral. Os papéis parecem invertidos, pois o réu se apóia na lei para acusar o juiz, e o juiz se apóia em argumentos morais para se defender das acusações dos advogados do réu. Não há polêmica entre os enunciados, pois não há propriamente discussão sobre os sentidos do termo, o que há são diferentes posicionamentos acerca da legitimidade da aplicação do conceito segundo os mesmos parâmetros de valor social atribuído ao termo. Ou seja, ambos têm entendimentos diferentes de “transparência”. Uma das partes afirma a legitimidade do processo, enquanto a outra o nega. Ou seja, ambos veem legitimidade em “transparência”, mas enquanto uma parte diz que Moro não tem “transparência”, a outra afirma o contrário. O que está em jogo nas posições enunciativas é o futuro da presidência da república: de um lado há o réu, que pretendia se candidatar ao cargo (cujas pesquisas de intenção de voto o réu liderava naquele momento); de outro lado há o juiz que, a partir de uma acusação de corrupção, conduzia o processo de investigação, cujo resultado poderia retirar o réu do pleito eleitoral. Há uma relação entre os interesses de ambas as partes e

os elementos do sistema político-econômicos, conforme descritos no capítulo anterior, que só se tornarão evidentes após a prisão do réu e a relação do então juiz com o principal concorrente do réu nas eleições (o atual presidente Jair Bolsonaro), que premiou Moro com o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública. Tal desenrolar aponta para indícios de que todo o processo foi uma manobra de escalada do poder em troca de uma colaboração com a instauração de políticas neoliberais no Governo Federal. O termo “transparência” mais vez se mostra como favorável à proposta neoliberal.

Dizer que a fórmula é “constitutivamente polêmica” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 56) é dizer que, ainda que se colocasse em um papel dominante, ela não é uma unanimidade no que diz respeito a sua aceitação coletiva, ocorre que, de tanto repercutir, no sentido comunicacional do termo, isto é, de tanto soar, ser dita, ela acaba se impondo no debate público. Krieg-Planque fala da distinção entre referente social e polêmica como um recurso analítico que permite investigar os lugares em que uma fórmula se instala e os lugares em que ela se fragiliza. Segundo a autora, “na massa de discursos que se respondem, construção da fórmula como *referente social* e construção da fórmula como *objeto polêmico* são indissociáveis” (2010, p. 56).

Seguem alguns exemplos de atribuições de sentido diferentes das que vimos acima (grifos nossos).

Excerto 32. A política da **transparência** tem um compromisso normativo com a produção de informação verdadeira e faz com que o processo de construção da informação seja fundamental ao estabelecimento do entendimento público. Dessa forma, demanda uma instância de deliberação imparcial, que, pela lógica de um discurso voltado para os aspectos cognitivos da sociedade, possibilite esse entendimento. Um Estado plenamente **transparente** não significa entendimento e, por sua vez, julgamento imparcial no âmbito da sociedade. Sem essa instância imparcial de deliberação, o resultado da política da **transparência** é nutrir uma política do escândalo, em que os aspectos relacionados à vida privada e à reputação dos envolvidos importam mais do que as questões públicas propriamente (Fernando Filgueiras, Além da transparência: accountability e política da publicidade. Publicado em: Lua Nova [online]. 2011, n. 84, p. 79).

No excerto 32, um cientista político apresenta um outro sentido de “transparência”, se tomarmos por referência o sentido mais recorrente, como visto nos exemplos anteriores. Ao enunciar: “Um Estado plenamente transparente não significa entendimento e, por sua vez, julgamento imparcial no âmbito da sociedade”, o sujeito

traz uma outra ideia vinculada ao termo com base em um traço negativo (“não significa...”). O que “não significa” é “entendimento” (esclarecimento) e “julgamento imparcial”, justamente o que se cobrava nos exemplos anteriores acerca da peleja entre Lula e Sérgio Moro, cuja cobrança era a de um conteúdo similar e relativamente sinônimo de “julgamento imparcial”, como podemos ver em enunciados como “injusto e sem transparência”, por parte da defesa de Lula, e o enunciado de Moro que deixa subentendido, pelo contexto de se tratar de um juiz acusado de ser imparcial, a similaridade da negativa do cientista político. Essa negativa das similaridades acarreta um sentido distinto. O traço positivo pelo qual o sujeito diz o que, para si, **é resultado** de uma “política da transparência” é “nutrir uma política do escândalo, em que os aspectos relacionados à vida privada e à reputação dos envolvidos importam mais do que as questões públicas propriamente”. Podemos ver que o sentido se apresenta em um extremo oposto em relação aos anteriores: enquanto lá se define como ausência de estratégias ardilosas e inconstitucionais de manipulação política, aqui se qualifica como justamente o contrário. Ao “nutrir uma política do escândalo”, nutre-se a construção de um ethos disfórico do rival político, relativo “à vida privada e à reputação”, deixando de ser um problema público, mas impactando consideravelmente em suas políticas, isto é, no fazer político daquele que é desqualificado.

O caráter polêmico de “transparência” pode ser classificado segundo as duas séries que Fiala e Ebel operacionalizaram para analisar a polêmica presente nos enunciados que contêm os termos “xenófobo” e “xenofobia” em sua pesquisa. Segundo sua operacionalização, ambas as séries podem funcionar da maneira como se seguem.

Um bom exemplo de enunciados que podem ser interpretados com *valor de referência* são os dados, acima analisados, que tratam da disputa jurídica entre Lula e Moro, já que há consenso acerca da existência de transparência, não se discute o que ela significa, o que ela é, mas se discute se Moro é ou não transparente em seus atos.

O dado abaixo pode ser classificado nas séries de enunciados interpretáveis como apresentando o valor *de dicto*:

Excerto 33. CONTRA A TRANSPARÊNCIA. A ideia de uma sociedade da transparência total colide com o sentido mais virtuoso da palavra confiança, afirma Hamilton dos Santos (por G.LAB para SANTANDER, Revista Época, publicado em 26/11/2019).

No excerto 33, vemos a rejeição do próprio sentido de “transparência”. Há uma discussão acerca do sentido, isto é, se algo pode ou não ser predicado como “transparente”, há um questionamento acerca do valor social que a própria valoração do já consolidado conceito pode trazer consigo ou não. Discute-se o dizer propriamente e não “a coisa em si”: “sentido mais virtuoso da palavra confiança” é ameaçado pelo anseio por “transparência total”, um referente consagrado, como vimos, cuja condição de valor supremo está subentendida. Portanto, o dado acima pode ser interpretado como tendo um valor *de dicto*.

Segue abaixo mais um dado que exemplifica enunciados interpretados como tendo valor *de dicto*:

Excerto 34. 85% dos paulistanos acham que Prefeitura de SP não é transparente, aponta pesquisa. Prefeitura diz que sua transparência tem reconhecimento internacional e que implementa ações para melhorar abertura de dados e participação dos cidadãos. (Por G1 SP, publicado em 14/08/2018).

O que se recusa não é a existência de “transparência”, mas a designação da prática adotada pela Prefeitura de São Paulo: “Prefeitura diz que *sua transparência* tem reconhecimento internacional” (grifos nossos). Se a Prefeitura “diz que sua transparência” tem reconhecimento, então ela se afirma “transparente” ao se reconhecer como tal na especificidade do seu modo de sê-lo: o termo não é evidente, pode ter um sentido próprio que a prefeitura formula. No entanto, quando 85% dos paulistanos “acham que a Prefeitura de SP não é transparente”, é porque questiona a legitimidade do uso do termo para se referir a suas práticas. O enunciador, baseado nos dados sobre o que pensa a população, põe em questão o que a prefeitura chama de “transparência”. Pelo termo ser precedido pelo pronome “sua”, podemos ver que há uma acusação de que a “transparência” da prefeitura é algo muito próprio, a ser entendido segundo suas escolhas e suas preferências. Trata-se, portanto, de uma “contestação da própria palavra, e especialmente de uma contestação do sentido que lhe é dado” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 57). Sendo assim, o dado acima pode ser interpretado como tendo um valor *de dicto*.

No caso do valor *de dicto*, ele contribui de maneira mais proveitosa para as análises, já que indica a disputa pela designação e descrição do “real” de forma mais explícita. Isto é, há constantes tentativas de impor um único sentido onde existem muitos. Seguem abaixo dois excertos que evidenciam essa disputa:

Excerto 35. O que une Assange, Lula e Moro é o serem peões do mesmo sistema de poder imperial, Assange e Lula, enquanto vítimas, Moro enquanto carrasco útil e por isso descartável quando tiver cumprido a sua missão ou quando, por qualquer motivo, se transformar num obstáculo a que a missão seja cumprida", diz o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos; "**O problema da transparência, tal como o da luta contra a corrupção, é a sua intransparente seletividade**". (Boaventura de Sousa Santos, publicado no Brasil 247 em 18/04/2019).

Excerto 36. Uma vida de **transparência** é a fonte para **sairo** [sic] natural e provar do sobrenatural, não ser **transparente** é uma brecha para atuação de demônios, pois o diabo gosta de lugares escuros e é **contrário** [sic] **a tudo que e** [sic] **luz** (Pr. André Santana, publicado no portal Gospel Mais, em 06/06/2013).

Apesar de os excertos serem regulados por campos comumente opostos, o campo da ciência e o campo da religião, que se distinguem por formulações sobre o real justamente por disputarem a explicação de fenômenos constitutivos da Natureza e da Sociedade, ainda assim compartilham da interpretação do *valor de dicto*: ambos sustentam uma crença em comum, a crença nos valores provenientes do conceito de “transparência”. No excerto 35, há uma contestação do sentido quando o conceito de “transparência” é qualificado como “intransparente” em sua “seletividade”, há uma contestação do sentido que é dado a “transparência” por parte do “sistema de poder imperial”. O excerto 36 atribui sentidos que se podem perceber pelas posições do termo no enunciado: “transparência” como ponto de partida de uma experiência metafísica.

A incompatibilidade dos enunciados acima pode se instalar a partir de diversos posicionamentos acerca da “transparência” enquanto elemento regulador dos comportamentos e das relações interpessoais, como nos excertos abaixo (grifos nossos):

Excerto 37. A **transparência** aniquila a confiança, que desde sempre foi a possibilitadora de qualquer relação com o outro; isto é, a **transparência** transparece, ademais, ausência de confiança. O politicamente correto da moderna demanda por **transparência** surge como poder de controle, como eliminador da confiança, como aniquilador de qualquer singularidade, logo, como produtor da uniformidade inexpressiva. (Carlos Alberto Gianotti, publicado no jornal *Gauchá Zero Hora* em 25/08/2017)

No excerto 37, o enunciador se posiciona contra a prescrição de um comportamento regido pela demanda de “transparência”, com o argumento de que ela

“aniquila” a confiança, as singularidades, de que funciona como um “poder de controle”. Segundo Byung Chul Han:

Transparência é um estado no qual se elimina todo e qualquer não saber, pois onde impera a transparência já não há espaço para a confiança. Em vez do mote transparência cria confiança dever-se-ia propriamente dizer: a transparência destrói a confiança. A exigência por transparência torna-se realmente aguda quando já não há mais confiança, e na sociedade pautada na confiança não surge qualquer exigência premente por transparência. Por isso, a sociedade da transparência é uma sociedade da desconfiança e da suspeita, que, em virtude do desaparecimento da confiança, agarra-se ao controle (2017, p. 57).

“Transparência” é, nessa formulação teórica, um auxílio para a manutenção do poder, porque semeia a desconfiança, típica da sociedade de controle, tanto a instaura quanto se alimenta dela. A desconfiança tem sua base no medo do que a população pode vir a fazer contra as relações de poder vigentes, por isso essa mesma população é levada a mostrar, em troca de um determinado número de positivities fornecidas, suas ações – por exemplo, pelo acesso à internet, deixando seus rastros de navegação – para que fique claro que tais relações não estão sendo ameaçadas.

Sem dúvida, o caráter polêmico da fórmula ajuda a tecer relações e atribuições de sentido acerca de um mesmo significante, sendo que essa “guerra de posição e guerra de movimento” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.103) imprime nele as marcas de diferentes espaços em que circulou e que fazem com que uma fórmula veicule a conjuntura histórica em toda sua complexidade.

Nossos dados indicaram que há uma polissemia relacionada à “transparência”, mas que também há um grande consenso sobre transparência deslizar entre diferentes posicionamentos. Não se sabe bem o que é, mas trata-se de uma sequência pouco questionada. No entanto, ela sempre aparece com qualificações valorativas eufóricas. Assim, a polêmica aparece vetada, mesmo que se reivindicuem traços semânticos distintos, “transparência” está quase sempre posta como algo desejável. Esse é um valor semântico hegemônico, de acordo com os dados apresentados e as considerações presentes nos capítulos anteriores acerca da política neoliberal em relação ao discurso da transparência.

Os poucos indícios de polêmica em nossos dados são aqueles que dizem algo como: “isso aí não é bom, não, gente, transparência é controle, vigilância, falta de

confiança, não honestidade e compromisso”. Assim, evidencia-se o caráter tirânico e neoliberal da fórmula que não deixa saída. Praticamente não há debate, pois seu conteúdo hegemônico gravita em torno de uma semântica que relaciona “transparência” ao “bom” e ao “desejável” (com a polissemia de “honestidade”, “justiça”, “confiança” etc.).

Por outro lado, nas ocorrências, mais raras, de dados do campo acadêmico ou do literário, há um outro vetor semântico, que relaciona “transparência” ao “não bom”, “não confiável” e a uma subtração das subjetividades autônomas. Isto é, quase sempre com traços negativos, já que a tirania da fórmula bloqueia qualquer positividade propositiva.

A divergência entre os tipos de discursos, e seus respectivos gêneros, em relação a seus diferentes posicionamentos se baseia, como explicitamos no início deste tópico, nos interesses que cada um de seus enunciadores apresentam em relação ao papel da fórmula na contribuição para a instauração de políticas e economias neoliberais. Os dados indicam que essa contribuição tende a um entendimento eufórico e tácito de “transparência”, por dois motivos: a) já que, para o desenvolvimento de uma integração mundial do capitalismo é necessária a colaboração das mídias de massas, o que explica tal fenômeno nos grandes jornais, revistas e portais de notícias; b) porque os governos do Sul global sofrem grande pressão para aderir às agendas neoliberais impostas pelo Norte global, tal pressão independe de qualquer ideologia identificável em governantes ou membros do governo, o que explica a adesão eufórica do termo por parte da classe política, independentemente de seu lugar no espectro da organização política partidária. Não há, portanto, espaço para debates, o que reduz a expressão democrática das diferenças ao mínimo possível.

CAPÍTULO 4

CONTEXTOS DISCURSIVOS DA FÓRMULA “TRANSPARÊNCIA”

Neste capítulo, tratamos dos *contextos discursivos* em que o termo “transparência” ocorre. Afinal, uma fórmula se constitui em redes interdiscursivas, o que implica redes de memória, que os atores sociais, conscientemente ou não, mobilizam. Para Krieg-Planque, o contexto discursivo pode ser composto de “relatos, declarações e documentos nos quais os comentadores acreditam poder identificar o sentido profundo ou as intenções inaugurais da fórmula” (2012, p. 7).

O que se encontra abaixo são alguns dos contextos que, para a compreensão da fórmula “transparência”, podem ser de maior interesse. Não cabe aqui uma análise tão rigorosa desses mesmos contextos, trata-se, antes de tudo, de uma projeção que aponta desdobramentos pertinentes para uma pesquisa futura.

Alguns dados que se apresentam foram encontrados de forma mais intencional: o interpretante razoável, depois da ampla coleta, pode reconhecer institucionalizações do termo quando é retomado em charges, que são sínteses nas quais se conta com um pacto com o interlocutor, que prontamente deve apreender os sentidos evocados; e as citações de autoridade, que firmam a importância do termo. Alguns dados resultam de referências encontradas no *cópus* como, por exemplo, os textos-chave, que são considerados como textos fundadores, e os nomes próprios, empregados para nomear acontecimentos que a fórmula ajuda a designar.

Nomes próprios

O termo “transparência” é mobilizado com frequência para dar nomes a instituições, eventos, organizações governamentais e não-governamentais (secretarias e ministérios), documentos jurídicos (projetos de lei) e prêmios. Segue uma lista, alguns de seus elementos foram analisados anteriormente e aqui compõem um rol dos que contribuem sobremaneira para cristalização do termo e que ilustram, assim, a diversidade das ocorrências em que “transparência” nomeia algo:

- Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;
- Centro da Transparência da Microsoft, sediado em Brasília;
- Lei da Transparência (Lei Complementar 131) de 2009;
- Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) da Controladoria-Geral da União;
- Secretaria de Transparência do Senado;
- Prêmio ANEFAC - FIPECAFI - SERASA EXPERIAN-“Troféu Transparência” da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade;
- Transparência Internacional (ONG);
- Transparência Brasil (ONG);
- 1ª Semana Municipal da Transparência e Combate à Corrupção, realizada de 4 a 6 de dezembro de 2018, na cidade de Navegantes-SC.

A lista traz um conjunto de instituições públicas, privadas e também algumas ONGs, elementos típicos da sociedade regida pela lógica neoliberal de que tratamos no capítulo 2, uma vez que são organizações que se põem como não públicas, mas operam com dinheiro público em ações ditas de interesse social. O substantivo “transparência” é precedido da preposição “de” às vezes acompanhada do determinante feminino (“de” + “a”, que se institui como pré-construído: há transparência e todos sabem qual é, como é); na maioria dos dados desse tipo, indicando função e propósito das instituições, por isso, o uso da preposição se dá na designação de setores burocráticos de instituições públicas, privadas e parcerias público-privadas. Em três dos nove dados acima, o termo aparece com a função de nomear e qualificar, funcionando como uma entidade abstrata, uma espécie de “espírito” que definiria a “essência”, valores intangíveis que sustentam práticas. Ao mesmo tempo em que cristalizam o termo, contam com sua circulação alhures, de modo que possam ter a função de designar algo conhecido, que tenha o efeito de esclarecimento do que faz o órgão em questão ou do que se valoriza nos prêmios em questão. Em todo caso, se há opacidade no termo, tal como vimos no Capítulo 3, podemos nos perguntar sobre o quanto fica claro o que fazem esses órgãos.

Textos-chave

A seguir, estão listados os textos-chave, como por exemplo, relatos, declarações e outros tipos de documentos que colocam o termo “transparência” em circulação:

- O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁴;
- A cartilha Lei de Acesso à Informação: cartilha do cidadão²⁵;
- Texto do projeto “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã”.

Esses textos podem ser considerados, segundo o percurso que estudamos, fundadores da fórmula e se põem como fontes das definições que a permeiam, já que são frequentemente retomados como marcos de sua circulação. Por exemplo, no artigo 19 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, trata-se do direito ao acesso à informação, isto é, do direito ao que pode ser definido como “direito à transparência”. O mesmo ocorre, no âmbito das políticas nacionais, em relação à implementação da *Lei de Acesso à Informação*, de 2011. A última, por ser um material instrucional, circunscreve as práticas discursivas acerca de “transparência”, definindo aquilo que pode ou não ser chamado de “transparente”; o projeto justifica a necessidade de uma lei relativa a “transparência” segundo a manutenção dos valores que sustentam as relações de poder concernentes ao espaço e ao tempo em que foi proposto. Isto é, o contexto brasileiro, no período que vai de 2011, tomando como marco a criação e a implementação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação), a 2018, tendo por pressuposto que tal implementação abre um importante debate acerca do conceito de transparência no Brasil, como vimos.

²⁴Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>, acesso em 03/03/2019.

²⁵ Disponível em https://www2.camara.leg.br/transparencia/acesso-a-informacao/cartilha-do-cidadao-lei-de-acesso-a-informacao-1/at_download/file, acesso em 04/11/2018.

Citações de autoridade

Em inúmeras pesquisas realizadas durante o processo de coleta do *córpus*, frequentemente nos deparávamos com enunciados atribuídos a autoridades de variados campos, como o literário, o político, o religioso e o filosófico. Coletávamos alguns desses enunciados, que não necessariamente pertencem a textos-chave relativos à fórmula, mas que, de uma forma ou outra, por serem proferidos justamente por quem os proferiu, são usados para conferir legitimidade ao discurso da transparência, conferindo certa autoridade a seus enunciadores, pois são proferidos por vozes que, ao proferi-los, se põem como sujeitos responsáveis e incorruptíveis:

“A falta de transparência resulta em desconfiança e um profundo sentimento de insegurança.” (Dalai Lama, em entrevista para Daniel Goleman, publicada no livro *Uma força para o bem: a visão do Dalai Lama para o nosso mundo*, Editora Objetiva, 2016).

“Privacidade para os fracos, transparência para os poderosos” (Julian Assange, epígrafe publicada no livro “Quando o Google encontrou o WikiLeaks”, Editora Boitempo, 2015).

“Para mim, o que vicia as relações entre as pessoas é que cada um conserva, na relação com o outro, alguma coisa de oculto, de secreto. Penso que a transparência deve sempre substituir o segredo. E penso muito no dia em que duas pessoas não terão mais segredos entre si porque não mais os terão para ninguém, porque a vida subjetiva, assim como a objetiva, estará totalmente aberta.” (Jean Paul Sartre, publicado no livro *A idade da razão*. São Paulo: Circulo do Livro, 1976).

Charges

Encontram-se no corp us alguns discursos do campo humorístico, entre os quais as charges abaixo são exemplos pertinentes. O que indica que a fórmula penetrou nesse campo específico. Para Possenti (2018), o humor é um campo que não está associado somente ao cômico, mas também às discussões políticas, institucionais, como   o caso desta pesquisa. Vejamos alguns exemplos:



Figura 19 – Charge. Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/oliveira/transparente-demais/>, acesso em 17/11/2019.



Figura 20 – Charge. Disponível em: <https://linhaslivres.wordpress.com/2015/04/11/charge-do-eder-cade-a-transparencia/>, acesso em 17/11/2019.



Figura 21 – Charge. Disponível em: <https://paulgettynascimento.blogspot.com/2014/05/porta-da-transparencia.html>, acesso em 17/11/2011.

As charges acima²⁶ indicam parte importante das discussões presentes em nossas análises: os três exemplos opõem “transparência” a verdade, ironizando seu papel e sua legitimidade, já que uma recorrência entre elas é o contraste.

Na charge da Figura 19, tenta-se enxergar através dos vidros que sustentam as paredes da sede do Ministério da Transparência e se consegue ver do outro lado, mas o que se vê são “mentiras, propinas, corrupção, gente metida na Lava-jato”. Isto é, o que se vê no interior da instituição que representa “transparência” são justamente coisas que sua existência deveria prevenir. A transparência não está no Ministério, que é cheio de inverdades, ilícitos, malfeitos.

Na charge da Figura 20, há um chiste que se sustenta na relação entre a definição de “transparência” como um fenômeno físico e como uma metáfora para um fenômeno sociopolítico. Algo “transparente” é invisível para que se possa ver o que está do outro lado, mas, segundo o “prefeito”, que figurativiza na charge a classe política, a intensidade de “transparência” é tão grande que afeta também o que está do outro lado. É uma declaração cínica, que implica que a “transparência” que nomeia o “Portal da Transparência” é inacessível.

²⁶ Agradecemos ao Prof. Dr. Helio de Oliveira pelo envio das charges após o Exame de Qualificação.

Na charge da Figura 21, retoma-se o intertexto ficcional, por meio da história de Pinóquio, apenas evocado por um nariz que cresce quando mente, para implicar que o Portal da Transparência mente, pois um enorme nariz de madeira se projeta para o exterior da tela em que se está visitando o site da instituição.

Esse pequeno conjunto de charges indica que, para além de uma anti-política, há uma certa desconfiança instaurada contra a relação entre “transparência” e governos, já que todas ironizam suas práticas. O que retoma sentidos amplamente difundidos, conforme visto nas análises do Capítulo 3.

Estrato gráfico e icônico

Há uma relação entre a fórmula e imagens: alguns ícones são recorrentes. Segundo Krieg-Planque, “diferentes elementos que implicam o estrato gráfico e icônico, assim como o estrato verbal, devem ser igualmente levados em conta no contexto da fórmula” (p.8, 2012). No caso de “transparência”, a figura iconográfica da lupa (Figura 31) é um recurso abundante no corpus e parte importante na constituição de sentidos que a fórmula mobiliza. Trata-se de uma construção metafórica associada à capacidade de ver através de, de investigar, de buscar a “verdade”. Seguem dois exemplos:



Figura 22 - Ícone da seção "Transparência" da CGU de Pernambuco. Disponível em: <http://www.cge.pe.gov.br/?portfolio=transparencia>. Acesso em 21/03/2020.

A imagem acima foi retirada da seção “Transparência” do site oficial da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco. Vemos uma lupa sobre um gráfico de linhas. Esse tipo de gráfico mostra picos de intensidade de um dado fenômeno. A imagem sugere que a “transparência”, iconizada pela lupa, se inteira dos acontecimentos a partir de uma investigação minuciosa. Em se tratando de um órgão

estatal, tal minúcia se concentra em assuntos de Estado, mais especificamente dados orçamentários do governo de Pernambuco (função de uma Controladoria Geral). A cor azul sob o fundo branco indica frieza (trata-se de uma cor fria), atributo necessário para a racionalidade analítica, gerando um efeito de sentido de objetividade que resume tão bem a temática da “transparência”.

Na imagem abaixo, vemos um tipo de uso de recursos imagéticos que difere da metonímia da lupa.



Figura 23 - Painel de informações sobre a LAI. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>. Acesso em: 21/03/2020.

A figura mostra um monitor de onde saem balões de fala com a letra “i” em seu centro, de um balão maior parecem sair três balões menores. Um monitor é um espaço normalmente usado para que se tenha acesso visual a conteúdos digitais, a imagem sugere que dali saem as informações. Os balões de fala retomam o intertexto das histórias em quadrinho, pois a partir deles são indicadas as falas de seus personagens, no caso a indicação é a de que o portal “fala” ao leitor. A letra “i” no interior desses balões é o símbolo convencionalmente usado para designar “informação” nos meios digitais. É importante reparar que o ícone grande do balão no centro do monitor é um ponto originário dos balões menores, como se os últimos devessem replicar, espalhar a informação derivada do primeiro, gerando um efeito de sentido de credibilidade, pois

ele é maior que os demais e os mantém informados, dentro de uma hierarquia. A tela verde do monitor, tal como a cor verde das letras “i” em coexistência do amarelo dos balões e da parte de fundo da imagem, são as cores historicamente associadas ao Brasil. A informação “transparente” é um elemento de coesão pátria, um povo regido por uma hierarquia comunicacional que envolve o que deve ou não ser informado, o que deve ou não circular, no que diz respeito aos assuntos públicos. Portanto, a imagem não sugere um “Acesso à Informação”, mas uma difusão de informação, em que o enunciário é passivo, os três balões saem da tela e nenhum balão entra.

Enfim, a pesquisa sobre a relação entre as fórmulas discursivas e as imagens segue como um campo aberto, isto é, demanda mais investigações acerca de uma prática intersemiótica (MAINGUENEAU, 2005). Ou seja, uma prática “que integra produções que pertencem a outros domínios semióticos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 23), já que os elementos que constituem uma prática discursiva também podem ser materializados a partir de outras semioses que não a materialidade verbal.

Os *contextos discursivos* ancoram a circulação da fórmula no interdiscurso, eles pertencem “à ordem do real discursivo e simbólico que a própria fórmula revela” (KRIEG-PLANQUE, 2012, p. 7). Como vimos acima, podemos identificar algumas recorrências de ordem linguística relacionadas à fórmula. A oposição semântica que a coloca em um polo oposto em relação à “corrupção” (seja essa última manifesta explícita ou implicitamente), e sua inserção discursiva nos valores que sustentam a demanda neoliberal pela vontade de verdade.

A exposição desses contextos expressos a partir de dados que não figuram nas análises dos capítulos anteriores, mas que nos ajudaram a compreender a produção de sentidos que a fórmula enseja, permite que encerremos com a síntese do percurso construído durante a pesquisa.

CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que o termo “transparência” apresenta as quatro propriedades de uma fórmula discursiva. Em relação ao seu caráter cristalizado, observamos que a sua estrutura formal apresenta uma relativa estabilidade, já que identificamos sua ocorrência em diversos contextos, servindo, por exemplo, de elemento legitimador de instauração de políticas, como vimos no tópico correspondente no capítulo 3. Não há variantes, o que indica uma cristalização forte, o que remete ao aspecto tirânico da fórmula “transparência”. A única forma de variante encontrada no corpus é o adjetivo “transparente”, como vimos, que funciona como uma qualificação que depende de que se suponha que “transparência” seja algo evidente. No que diz respeito a sua dimensão discursiva, vimos sua emergência em diferentes tipos de enunciados, com diferentes usos, que seguem reproduzindo traços fundamentais e avolumando com cada vez mais sentidos que lhe são atribuídos conforme os enunciadores e os gêneros em que emergem. “Transparência” também pode ser considerada como um referente social, pois ela circula no espaço público notoriamente, obrigando os atores sociais a tomar uma posição, isto é, se alçou à condição notória de um signo conhecido por todos na atual conjuntura, que se materializa a partir dos mais variados temas. O caráter polêmico também está presente, de forma bastante sutil e de difícil assimilação, como vimos. A circulação da fórmula se dá de maneira que os enunciadores não questionem o sentido que lhe é correntemente atribuído, por isso, quase não há disputas pela denominação e pela delimitação de sentidos que “transparência” veicula.

Considerando as quatro propriedades da fórmula, podemos perceber que, com exceção de seu caráter polêmico, todas aparecem bem marcadas em sua circulação. Ela é conhecida por todos, é colocada em constante circulação, de modo que, apesar de seu significante estar altamente estabilizado, seu significado é opaco. A disputa pelo seu sentido não é explícita, há uma polissemia em jogo que aponta para o deslizamento de práticas institucionais para comportamentos morais. A estabilidade do sentido não está garantida, pois suas condições de emergência não permitem questionamentos da palavra de ordem que “transparência” representa frente ao projeto de instauração do programa neoliberal. Isto é, para o sucesso de tal programa, o conceito de “transparência” deve ser aceito, se põe como um valor inquestionável.

Em todo caso, acreditamos que o impulso de estudar o termo "transparência" como uma fórmula discursiva não se resume a descobrir se ele corresponde ou não às características necessárias para que o sintagma se enquadre nessa categoria, trata-se muito mais de testemunhar o fenômeno de sua emergência no espaço público, testemunhar seu funcionamento a partir desse método que se mostrou muito produtivo para observar o que está em relação com o termo, suas implicações, os posicionamentos de seus enunciadores, as subjetividades por ele, ou por meio dele, produzidas.

Pudemos ver que o discurso de transparência emerge a partir da instauração de políticas neoliberais, em uma reconfiguração do poder que necessita de subjetividades condizentes com suas práticas, para aceitá-las e cobrar as "verdades" nuas, "transparentes", universais, inquestionáveis por isso. Assim, os temas da representação, da dívida, da segurança e das mídias foram recorrentes nos enunciados. Afinal,

Pensar o Estado e a burocracia neste novo quadro requer compreender que a burocracia não se apresenta mais como um objeto frio e distante, mas que, através dos ideais de transparência, responsabilização e combate à corrupção, isso muda: o burocrata é alguém que está lutando pelo bem de todos, que está construindo um mundo completamente novo, o mundo da transparência. Ou seja, não se trata "apenas" de uma racionalidade instrumental, mas uma racionalidade que também define regimes morais, certas normas de vida (ROSAS, 2019, p. 123).

O que chama a atenção é como o termo "transparência" vem sendo usado por certos atores sociais como um suposto remédio para um "mal" visto como sendo endêmico da sociedade brasileira: a "corrupção", que quase nunca é definida, assim como "transparência". A *cruzada contra a corrupção* é marcada por um *desejo por mais transparência*, se configurando como uma *demonização* de certos sujeitos: "a demonização tem sido um operador de desigualdade no reconhecimento do status de humanidade para determinados sujeitos e grupos sociais" (LIONÇO, 2019, p.3). Embora a autora esteja discutindo o funcionamento de "intolerância religiosa" quando formula essa ideia de demonização, cabe também em nossas reflexões sobre "transparência", devido à extensa cobertura midiática de casos de corrupção na imprensa brasileira (que foram altamente personalizados, por sinal) supostamente cometidos por certos sujeitos e não outros, por certos partidos políticos e não outros. Sobretudo a forma como são narrados esses casos de corrupção, suscitando o ódio na população.

Cabe ressaltar que, os dados que compõem o *cópus* estão, em sua maioria, relacionados à economia, a questões orçamentárias. Por se tratar de uma fórmula cuja circulação se apresentou como característica do neoliberalismo, “transparência” ajuda a suscitar um conjunto de reações negativas ao que concerne ao setor público, tornando toda questão política uma questão de mercado: não se pode distribuir recursos de maneira satisfatória a setores como educação, saúde, cultura, já que é o mercado que deve ser privilegiado como *lócus* da distribuição dos serviços estatais. No entanto, que os termos “transparência” e “transparente” aparecem com outros sentidos, que não foram explorados aqui por sua falta de relação com a temática das políticas neoliberais, um exemplo disso é o campo da moda: durante a década de 2010 uma tendência predominante foi a de tecidos transparentes. Não obstante, ambos os campos (o da moda e o político) convergem, de certa forma, em uma semântica global, há um universo apriorístico aceito por ambas as partes: o de expor, de não esconder, seja o corpo, seja os aspectos morais. Isso porque o discurso da moda se apóia sobre um mesmo suporte institucional que o do discurso político, eles compartilham um conjunto de práticas que apontam para uma mesma forma de aplicação do saber no interior de uma sociedade. Ou seja, arte e política se refletem quando valorizadas, distribuídas, repartidas e reconduzidas pelas mesmas relações entre saber e poder dominantes nas sociedades neoliberais.

A experiência da pesquisa trouxe, até aqui, um entendimento acerca da busca por “transparência” pelos atores sociais. Tal busca parece se relacionar aos sombrios valores que se tornam cada vez mais proeminentes nos últimos anos – a circulação e a disputa pelo valor do termo indicam o surgimento de uma terrível cruzada em prol da moral que recobre a manutenção das relações de poder hegemônicas, em que “transparência” seria, para seus soldados, arma para eliminar todos os males político-econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Trad. Henrique Burigo. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Nudez**. Trad. Davi Pessoa Carneiro. São Paulo, 2014.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2011.

BARBROOK, R.; CAMERON, A. **A Ideologia Californiana: uma crítica ao livre mercado nascido no Vale do Silício**. Trad. Marcelo Trasel. Curitiba, Porto Alegre: Monstro dos Mares, Baixa Cultura, 2018.

BELO, J. F. **Um estudo sobre o caráter translinguístico das fórmulas discursivas**. 2017. 1 recurso online (129 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325514>>. Acesso em: 17 set. 2019.

BLYTH, M. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. Trad. Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei e outras proposições. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>. Acesso em 04/02/2019. Resultados de pesquisa realizada com a entrada “transparência”.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 01/02/2018.

CANFORA, L. **O mundo de Atenas**. Trad. Federico Calotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHARAUDEAU, P. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. Trad. Angela M. S. Corrêa. In: **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, Volume 10, p. 01 - 23, dez., 2011. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br>. Último acesso em 26/07/19.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Luiz B. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Trad. Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GERALDES, E.C. et. al (orgs.). **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília: FAC Livros, 2016. Disponível em: https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_midiamisoginiagolpe.pdf

GOOGLE. Plataforma Google Trends. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/>. Acesso em 22/10/2018.

GUATTARI, F. **Confrontações**: conversas com Kuniichi Uno e Laymert Garcia dos Santos. Trad. Hortencia Lencastre (entrevista Kuniichi Uno) e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de leitura**: da História no Discurso. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1994. (Language, 81, 1986).

HAN, B. C. **A sociedade da transparência**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Declaração**: isto não é um manifesto. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Trad. Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KRIEG-PLANQUE, A. **“Fórmulas” e “lugares discursivos”**: propostas para a análise do discurso político. Trad. Sírio Possenti e Luciana Salazar Salgado. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. Fórmulas discursivas. São Paulo: Contexto, 2011, p.11-40.

KRIEG-PLANQUE, A. **A fórmula “desenvolvimento sustentável”**: um operador de neutralização de conflitos. Trad. Roberto Leiser Baronas, Júlia Lourenço Costa e Virginia Rubio Scola. Linguagem: revista eletrônica de divulgação científica. 19a. edição. São Carlos, DL-UFSCAR: 2012 (versão digital).

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. Trad. Renato Abramowics. São Carlos: Edufscar, 2011.

LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. Trad. Leonora Orsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LIONÇO, T. **Liberdade religiosa ou discurso de ódio**. In: <https://constitucionalismo.com.br/demonizacao-liberdade-religiosa-ou-discurso-deodio/>. Acesso em: 11/09/2019.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARX, K. **Gündersee**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Nélio Scheiner. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

NOBRE, M. **Imobilismo e movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, H. **Educação a distância**: uma fórmula discursiva. 2013. 167 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268874>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

OLIVEIRA, H. **O racismo que (não) se vê**: a fórmula Consciência Negra e a atopia do discurso racista brasileiro. 2018. 1 recurso online (221 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331836>>. Acesso em: 3 set. 2018.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. Trad. Bethania S. Mariani et al. In: GADET& HAK (org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp,1990, p.163-252.

POSSENTI, S. **Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2018.

QUARTAROLLA, A. A. **Emergência da fórmula discursiva flexibilização**: gênese e desdobramentos. 2017. 1 recurso online (211 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325056>>. Acesso em: 17 set. 2019.

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROSAS, A. K. Os valores da auditoria no Estado: um estudo de caso de uma Controladoria Geral do Estado. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v.7, n. 15, p. 104-125, jan-abr. 2019.

ROUSSEAU, J. J. **Confissões**. Trad. Raquel de Queiroz e José Benedicto Pinto. São Paulo: Edipro, 2008.

SALGADO, L. S.; OLIVA, J. A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social. **Discurso & Sociedad**, Vol. 13(3), 2019, 432-448.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª ed. Edusp: São Paulo, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2012.

SILVA, H. M. B. **A constituição da fórmula discursiva "cultura de paz": circulação e produção dos sentidos**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SILVEIRA, S. A. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.